

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

CRISTIANE PRUDENCIANO DE SOUZA

**RESISTÊNCIA TRANS
PRÁTICAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS NA CIDADE DO RECIFE**

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**São Paulo
2017**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

CRISTIANE PRUDENCIANO DE SOUZA

**RESISTÊNCIA TRANS
PRÁTICAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS NA CIDADE DO RECIFE**

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Carla Cristina Garcia.

São Paulo

2017

BANCA EXAMINADORA

À Patrícia Gomes, a travesti que me inspirou a escrever essa dissertação. Pelo profissionalismo, pela convivência, por seu ativismo e o sonho compartilhado de mundo mais humano, justo e solidário. Eterna Patrícia, brilhando como purpurina, onde quer que esteja.

À minha avó, Candida Pereira de Jesus, que com sua simplicidade me ofereceu as mais belas lições sobre respeito, resistência e o que significa ter um propósito na vida.

Àquelas e aqueles que mediante situações de injustiça e violações de seus direitos, resistem.

A CAPES/PROSUP que viabilizou a continuação da pesquisa, através de bolsa concedida.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi possível através do apoio de muitas pessoas, por isso o considero uma construção coletiva merecedora de agradecimentos.

Agradeço às travestis e transexuais que fizeram parte dessa pesquisa, Maria Clara de Sena, Heymilly Maynard e Luana Rodrigues, pessoas que ousaram ao questionar uma vida repleta de violações e resistiram dentro dos movimentos, instituições que participam e, sobretudo, na vida cotidiana.

Agradecimentos extensivos à generosidade dos membros da ONG da cidade do Recife GTP+, Azael Cosme dos Santos Júnior, André Guedes, Ednaldo Brandão, Reinaldo Brito, Sergio Pereira de Araújo e Wladimir Reis, sem dúvida vocês me ofertaram um privilégio de conviver com pessoas de uma indescritível qualidade humana.

Agradeço à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Carla Cristina Garcia por sua paciência, por seus pareceres, sua vivacidade, rebeldia inspiradora e os desafios proporcionados no processo de construção da pesquisa.

A CAPES/PROSUP que viabilizou a continuação da pesquisa, através de bolsa concedida.

Ao Prof. Francisco Greco e à Prof.^a Dr.^a Marisa Borin, meus agradecimentos imensuráveis pelas contribuições no processo da qualificação da pesquisa, que foram fundamentais para sua finalização.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, pela inquietação provocativa que proporcionaram durante suas aulas. Também aos pesquisadores que cito na pesquisa, pela clareza, inspiração e engajamento que me auxiliaram nessa jornada.

Aos funcionários da PUC-SP, em especial, aqueles que atuam na biblioteca, na Secretaria do Programa de Ciências Sociais e na Secretaria de Bolsas, agradeço toda a paciência em esclarecer meus questionamentos recorrentes e ajudarem com dicas valiosas e precisas.

Ao Núcleo NIP - NÚCLEO INANNA DE PESQUISA -, um âmbito que conta com pesquisadores (mestrandos, doutorandos, mestres e doutores) e que proporcionou um novo panorama na construção dessa pesquisa. Sinceros agradecimentos aos membros do NIP, em especial à Prof.^a Dr.^a Carla Cristina Garcia e às companheiras e companheiros: Bruna Jesus dos Santos, Chinaira Raiazac, Daniel Yago, Elisete Suely Marques, Fabio Mariano, Franklin Marques Filho, Gabriel Battazza Lonza, Grazielle Campos, Luciana Busquets, Luciana Dantas, Maria Silvia Ribeiro, Mariana Serafim Xavier Antunes,

Natália Yukari, Nathalí Estevez, Sulamita Jesus de Assunção e Roberta Ribeiro. Agradecimentos a Marcelo Hailer e Francisco Greco que direcionaram as ideias principais do trabalho, oferecendo outro panorama da dissertação. Suas considerações e companheirismo, *nipianos*, deram contribuições impactantes para o desenvolvimento desse projeto.

À minha família, Ivanice Pereira de Souza, Orivaldo Prudenciano de Souza e Luciane Prudenciano de Souza, pelo apoio.

Às amigas e aos amigos humanistas que me ampararam nos momentos de difíceis crises, Alexandre Sammogini, Alexandre Cartes, Fernanda Pereira Mendes, Maria Cecília Borges Leme, Maria Lourdes Silva, Margarete Teraguchi e Roberto Freire, irmãos e irmãs que a vida me concedeu. Aos amigos Otacílio Alacran e Marcus Vinicius Abbehausen que em tantos momentos me brindaram de felicidade com suas escutas atentas e comentários inspiradores quando eu contava os detalhes da pesquisa.

Ao amigo e companheiro de todas as horas, Celso Luiz Barana, minha eterna gratidão.

RESUMO

A investigação tem como foco central a análise da relação entre as experiências e vivências de travestis e transexuais e a construção da cidadania e direitos humanos. Primeiramente, realiza-se uma breve genealogia da palavra travesti, buscando reminiscências na mitologia. Posteriormente, abordamos o corpo como um território político e as contribuições dos movimentos feministas sobre a temática de gênero na atualidade, considerando a constituição da travesti como categoria política. Em um terceiro momento, pretende-se fazer um recorte histórico, tendo como marco referencial os anos 1990 até os dias atuais, a respeito do movimento social travesti e transexual no contexto brasileiro. O projeto busca compreender a dinâmica interna do movimento até a atuação de campo, elencando as principais pautas, avanços e desafios, analisando a contribuição transversal das ONGs/Aids, que atuam com a temática dos direitos das travestis e transexuais nesse processo de organização social. Para finalizar, observamos os desdobramentos das pautas nacionais da organização social e seu impacto na atuação local. Para tal, analisaremos a atuação da ONG da cidade do Recife que contribuiu para o surgimento de organizações de travestis e transexuais no estado de Pernambuco. Metodologicamente, o trabalho é caracterizado como sendo uma pesquisa qualitativa, viabilizada através de entrevistas em profundidade.

Palavras-chave: travestis; transexuais; ativismo; cidadania; direitos humanos.

ABSTRACT

The main focus of the research is the analysis of the relation between the sharing experiences of travestis and transsexuals and the construction of the citizenship and human rights. First, a brief genealogy of the word travesti is performed, seeking reminiscences in mythology. Subsequently, it is approached the body as a political territory and the contributions of feminist movements on gender subject in the present time, considering the constitution of the travesti as a political category. In a third moment, it is intended to make a historical cut, having as reference the 1990s up to the present day, regarding the social travesti and transsexual movement in the Brazilian context. The project seeks to understand the internal dynamics of the movement to the field, highlighting the main guidelines, advances and challenges, analyzing the cross-cutting contribution of NGOs / Aids, that work on travestis and transsexual rights in this social organization process. Finally, it was observed the unfolding of national patterns of social organization and their impact on local action. Thus, it will be will analyzed the work of the Recife NGO that contributed to the emergence of travestis and transsexual organizations in the state of Pernambuco. Methodologically, the work is characterized as being a qualitative research, made possible through in-depth interviews.

Keywords: travestis; transsexuals; activism; citizenship; human rights.

*“Eu não sou eu nem sou o outro, sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte de tédio que vai de mim para o Outro.”*

Mário de Sá-Carneiro

*“Não cumprirás a tua missão se não deres o teu melhor para vencer a dor e o sofrimento
daqueles que te rodeiam”*

Silo

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Escultura Hermafrodita Dormindo 1.....	38
Imagem 2 - Escultura Hermafrodita Dormindo 2.....	39
Imagem 3 - Shiva Nataraja, uma das imagens representativas de Shiva.....	41
Imagem 4 - Yoni-lingam: Símbolo que conecta o princípio do feminino ao princípio masculino.....	42
Imagem 5 - Revista Manchete número 1681, reportagem com Roberta Close, em 1984 ..	69
Imagem 6 - Brenda Lee e a apresentadora de programa de televisão Hebe Camargo.	73
Imagem 7 - Foto Janaína Dutra	94
Imagem 8 - Galo da Madrugada 2015	111
Imagem 9 - Teatro de Rua realizado por membros em 1998.	121
Imagem 10 - Participação de membros do GTP+ em manifestação exigindo medicamentos	124
Imagem 11 - Foto da sede dos membros fundadores do GTP+	125
Imagem 12 - Foto de Reunião com os membros do GTP+ na sede	126
Imagem 13 - Foto de Patrícia Gomes	129
Imagem 14 - Maria Bonita (Marcos França) e Lampião (Ednaldo Brand)	129
Imagem 15 - Foto do acervo pessoal de Maria Clara de Sena com a sobrinha e a pesquisadora.	142
Imagem 16 - Foto da Oficina Minha Cidadania Meus Direitos Humanos.....	155
Imagem 17 - Foto 1 da confecção de cartazes após oficina de educação entre pares.	156
Imagem 18 - Foto 2 da confecção de cartazes após oficina de educação entre pares	157
Imagem 19 - Ato público de Caminhada ao Ministério Público	158
Imagem 20 - Caminhada ao Ministério Público com exibição dos cartazes	159
Imagem 21 - Foto em frente ao Ministério Público: destaque para senhora transeunte de vestido branco estampado que acompanha o grupo	159
Imagem 22 - Foto em frente ao Ministério Público com exibição dos cartazes.....	160
Imagem 23 - Foto da reunião no gabinete	161
Imagem 24 - Foto no gabinete do Ministério Público no final da audiência.....	162

Imagem 25 - Maria Clara de Sena e Heymilly Maynard..... 165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro Geral das Pessoas Entrevistadas.....	29
Quadro 2 - Assassinatos por países	105
Quadro 3 - Causa da Morte.....	105
Quadro 4 - Dados do Sistema Nacional de Informação de Gênero - Censo Demográfico 2010	113
Quadro 5 - Pobreza extrema em Pernambuco	114
Quadro 6 - Pontos de circulação LGBT na cidade do Recife.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ANTRA - Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros

AMOTRANS - Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco

BSH - Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação

GLBT e de Promoção da Cidadania

CNCD - Conselho Nacional de Combate à Discriminação

CRDHCH - Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

EBGLT - Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Liberados que lutam contra a AIDS

FHC - Fernando Henrique Cardoso

GLBT - Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis

GTP+ - Grupo de Trabalho em Prevenção Positivo

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

HSH - Homens que fazem sexo com Homens

ILGA - International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association

LGBT - lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

LGBTTT - lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

NATRAPE - Nova Associação de Travestis, Transexuais e Transformistas de Pernambuco.

MEPCT/PE - Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco.

MHB - Movimento Homossexual Brasileiro

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OS - Organização Social

OSC - Organização da Sociedade Civil

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

REDETRANS - Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil

SDH - Secretaria de Direitos Humanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
TEMA, PROPÓSITO E JUSTIFICATIVA	17
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
METODOLOGIA E CONSTRUÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO	27
ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	32
CAPÍTULO I	34
TRAVESTI: UMA BREVE GENEALOGIA	34
1.1. REMINISCÊNCIAS NA MITOLOGIA E NA FILOSOFIA	35
CAPÍTULO II	47
CORPO: TERRITÓRIO POLÍTICO	47
2.1. O CORPO: ENTRE TEORIAS E MOVIMENTO	48
2.2. PERSPECTIVAS FEMINISTAS	50
2.3. UNIVERSO TRANS	55
CAPÍTULO III	63
LUTA E RESISTÊNCIA 1990-2016	63
3.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS AO “REFLORESCIMENTO DO MHB”	65
O Impacto Paradoxal da Epidemia da Aids	70
3.2. ONGS: SURGIMENTO E ATUAÇÃO NO BRASIL	74
AIDS I e AIDS II: Projeto de Controle de Aids e DST	79
As ONGS/AIDS Como Mediadoras Propositivas do Movimento das Travestis	80
ENTLAIDS	83
3.3. ANTRA E REDE TRANS	84
3.4. PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	86
3.5. ABGLT E AS PARADAS DE ORGULHO	87
3.6. PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA E I CONFERÊNCIA LGBT	91
3.7. PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA	95
3.8. (IN)VISIBILIDADE TRANS	98
3.9. NOME SOCIAL	100

3.10. CRIMES DE ÓDIO.....	102
CAPÍTULO IV	108
RESISTÊNCIA TRANS: PRÁTICAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA CIDADE DO RECIFE	108
4.1. RECIFE: ENTRE LUZES E SOMBRAS.....	108
4.2. A ARTE IMITA A VIDA: O SURGIMENTO DO GTP+	117
4.3. TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NOS PROJETOS DO GTP+.....	133
Direitos Humanos nas Unidades Prisionais: a Trajetória de Maria Clara de Sena	140
4.4 PRÁTICAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	146
Ampliar os Vínculos Sociais	147
Institucionalização e Associativismo Nacional	149
Participação em Palestras, Encontros e Seminários	153
Educação Entre Pares.....	154
Atos Públicos e Diálogo com Ministério Público.....	157
Os Desafios.....	162
Aspirações e Sonhos	164
CONCLUSÃO	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	170

INTRODUÇÃO

TEMA, PROPÓSITO E JUSTIFICATIVA

O propósito deste trabalho é apresentar as travestis e transexuais no espaço do ativismo, inseridas no movimento social, desvendando suas práticas sociais, táticas e estratégias, tendo como foco as conquistas políticas dessa população, como a luta pela visibilidade das principais pautas do movimento organizado e a resistência a toda forma de violação de direitos.

Se a temática das travestis e transexuais está em voga na atualidade, consideramos oportuno apontar que foi trilhado um caminho para chegar a esse patamar, o tema não surgiu espontaneamente e nem tampouco foi obra do acaso. Além da luta cotidiana de cada travesti e transexual para assegurar condições dignas de vida para si mesmas, temos que valorizar o empenho daquelas que, através do movimento organizado, pressionaram, propuseram e lutaram como puderam para garantir um espaço que evidenciasse a relevância de suas pautas.

Lutar pela garantia de direitos é, sobretudo, uma construção histórica. Os direitos não são simplesmente oferecidos, eles são conquistados por todas aquelas pessoas que vivendo em situações de violação, invisibilidade, opressão e violência intencionam uma nova realidade para suas vidas e para a sociedade.

Pretendemos resgatar o processo de luta, a jornada trilhada para a construção de direitos, edificada pelo exercício da cidadania de uma população estigmatizada que, por via de regra, segue invisível a várias políticas públicas, mas, que ainda assim, resiste.

Segundo o Dicionário Etimológico o verbo resistir vem do latim *resistere*, que significa manter-se firme, insistir, persistir e existir. Logo, resistir também pode ser considerado re-existir, reafirmar uma forma de existência ou existir de novas e diferentes formas.

Juridicamente, a resistência pode ser considerada como oposição, prevista ou não por lei, feita por alguém à execução de uma norma legal, considerada injusta e que seja interpretada como violação dos seus direitos. A Constituição brasileira de 1988, entretanto, não dita expressamente esse direito, mas confere mecanismos para exercê-lo.

Consideramos a resistência como força frente a toda forma de violação de direitos, parte integrante da construção da prática cidadã. Quando falamos em resistência, estamos abordando-a como rebelião contra toda forma de opressão, violência e estigma a fim de assegurar a dignidade humana, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma “Considerando ser essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão” (ONU, 1948)¹.

Para Michel Foucault², onde existe poder, existe resistência e a possibilidade de contraposição, pois não existe causa e consequência, mas sim a coexistência entre os dois conceitos, como menciona no trecho:

Absolutamente, não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente a partir do momento que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação e segundo uma estratégia precisa... Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. [...] Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. (FOUCAULT, 1986, p. 241).

Considerando que a prática social da resistência gera cidadania de maneira inventiva e móvel, cabe problematizar a seguinte questão: a resistência, através do exercício da cidadania de travestis e transexuais, gerou conquista de direitos?

Para responder essa pergunta, a pesquisa propõe uma investigação sobre o exercício livre da cidadania manifestado pela luta por visibilidade dos direitos das travestis e transexuais, através de suas práticas sociais no processo de garantir direitos e conquistas políticas, seus principais desafios para diminuir o estigma e a invisibilidade.

Sabendo que o termo cidadania pode ser conceituado de diversas maneiras e desenvolvido através distintas abordagens, ressaltamos que essa dissertação baseia-se no conceito da cidadania em sentido amplo, ou seja, como o exercício pleno dos direitos e

¹ Declaração Universal dos Direitos Humanos - <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>

² O uso do nome e sobrenome dos autores, em sua primeira aparição no texto, é uma prática intencional em todo o decorrer dessa dissertação. Essa prática parte do intuito de reafirmar que tantas mulheres quanto homens tem contribuído com a construção do conhecimento acadêmico. Assim como, quando a autoria da citação for de travestis e transexuais serão igualmente mencionadas.

deveres da/o cidadã/o, dentro de uma sociedade democrática, com o envolvimento social, consciência de si, senso crítico, visão sistêmica e compreensão de seus papéis sociais.

Esclarecidos sobre os conceitos de resistência e cidadania, retomo brevemente, nesta introdução, as motivações que despertaram meu interesse no tema, contextualizando como a organização de travestis e transexuais interagem com vários movimentos.

Através de uma experiência profissional no estado de Pernambuco, no período de 2008 a 2011, onde trabalhei para uma ONG chamada GTP+ (Grupo de Trabalho em Prevenção Positivo), me interessei sobre o tema da luta de travestis e transexuais no campo do ativismo. Situada na cidade do Recife, a ONG desenvolvia projetos focados nos programas Direitos Humanos e Prevenção ao HIV/Aids, que abrangia a capital pernambucana e sua região metropolitana.

Através da graduação em Administração de Empresas, desempenhei duas funções: coordenação e monitoramento e avaliação de projetos sociais. Tive contato direto com projetos sociais desenvolvidos pela instituição que abarcavam transversalmente a temática das travestis e transexuais femininas.

A partir daí, acompanhei vários encontros, oficinas e seminários. Esses eventos geravam muitas conversas e intercâmbios, construindo a oportunidade de contato com outros grupos, redes e organizações que atuavam – diretamente ou transversalmente - com a temática da prevenção do HIV e com a defesa dos direitos humanos. Entre esses grupos contatados, estava o movimento das travestis e transexuais da região, que efetuavam reuniões periódicas na sede da ONG.

Interessava-me saber como elas se organizavam, quais eram suas principais demandas e pautas como movimento. Chamava-me atenção o engajamento enquanto sujeitas de direito, sua forma de organizar, seus desafios e as respostas frente a eles, se existiam conquistas.

Possivelmente, o uso do termo “sujeita” e não “sujeito” possa causar estranhamento na leitura, porém sua utilização é proposital, com intuito de suscitar em quem lê a reflexão sobre o quanto a universalização no gênero masculino esconde outras possibilidades de existência.

A pessoa que me ofereceu detalhes e esclarecimentos sobre o movimento foi a travesti Patrícia Gomes mais conhecida como Nena Patrícia, que era ativista da AMOTRANS (Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco). Patrícia trabalhava remuneradamente como secretária administrativa da ONG GTP+, sendo assim, éramos companheiras de trabalho. Em vários momentos dialogamos sobre os embates e as dificuldades culturais para o avanço do movimento, como o conservadorismo, o machismo e o alto índice de travestis assassinadas na região metropolitana da cidade.

Nesse ínterim, pude acompanhar diariamente travestis que visitavam o espaço em que trabalhávamos para pedir informações sobre acesso à saúde ou direitos sexuais e, posteriormente, ingressavam como beneficiárias de algum projeto social da ONG. Meses depois, algumas delas se engajavam no movimento organizado, participando das atividades, cientes de seu papel social e com poder de fala sobre as violações sofridas, executando denúncias e mobilizando-se na defesa de seus direitos.

O dinamismo das atividades da instituição GTP+ propunha aos seus colaboradores a execução dos projetos sociais em andamento, atrelados à atuação política e de militância nos movimentos sociais. Os espaços de articulação política, como o Fórum LGBT e Articulação AIDS de Pernambuco, aglutinavam representantes de várias organizações da sociedade civil para ações conjuntas. Tais âmbitos se tornavam propícios para reivindicações de direitos, para o controle social e a garantia de políticas públicas. Nesses espaços, as travestis e transexuais em vários momentos estavam presentes, mesmo que em menor número.

O controle social consistia na interação com a administração pública. A finalidade dessa interação era de solucionar problemas sociais ou revelar deficiências administrativas, a fim de garantir melhor qualidade dos serviços, garantindo direitos, sugerindo ajustes em políticas existentes ou criação de novas políticas públicas. Gerava-se, assim, uma linha tênue entre o trabalho específico da função a ser desempenhada e a práxis do ativismo que o corpo técnico da ONG GTP+ acabava exercendo.

Ao término do meu contrato de trabalho regressei à minha cidade natal, São Paulo. Entretanto, o vínculo com os membros da organização prosseguiu e nos anos seguintes recebia frequentemente notícias via e-mails, informes, relatórios, assim como

convites para seminários e congressos em São Paulo e Recife. Em 2014, consolidou-se o objetivo de escrever um projeto sobre o movimento das travestis e transexuais em Recife e o papel interlocutor da ONG GTP+ nesse processo.

Para atender os interesses de investigar a trajetória social de travestis e transexuais, enquanto sujeitas, trilharemos um caminho que abrange temporalidades diferentes e consideraremos a importância da abordagem das especificidades locais, as questões pertinentes à cultura pernambucana e suas reverberações nas práticas sociais, onde a interseccionalidade, como marcador social de diferença, pode ampliar essa análise.

No decorrer da dissertação, serão apresentados trechos das entrevistas individuais realizadas em profundidade, produzindo um mapeamento de processos de estigmatização, investigando as respostas frente ao estigma e à construção de estratégias e táticas, contribuindo para uma cultura de resistência.

Os detalhes da metodologia que embasa a pesquisa, assim como a coleta de dados, as diferentes temporalidades retratadas e a distribuição dos capítulos serão apresentados após a fundamentação teórica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A produção brasileira de pesquisas acadêmicas sobre a temática de travestis e transexuais é recente, tendo seu princípio na década de 1990, justamente poucos anos após a abertura política do país em 1985. Esse período significou o crescimento da participação popular na defesa e garantia dos direitos como cidadãs e cidadãos, o que também se refletiu nos estudos acadêmicos.

Inicialmente, as pesquisas abordavam o tema pesquisadores das Ciências Sociais, sobretudo da Antropologia. Com o passar dos anos, pesquisadores de outras áreas do saber como a Psicologia Social, Sociologia, Serviço Social, Política, Psicologia, Saúde Comunitária, entre outras iniciaram seus estudos referentes às travestis e, posteriormente, sobre as transexuais.

O interesse de pesquisadores pelas vivências, experiências e relações sociais de travestis e transexuais é encontrado através de diversos olhares, e muitas vezes, estudos percorreram um caminho transdisciplinar para abarcar o que se propuseram na pesquisa.

As investigações que apresentaremos contribuíram de maneira significativa para a reflexão sobre como foram desenvolvidas as produções acadêmicas sobre travestis e transexuais ao longo do tempo, quais questões foram empreendidas nas pesquisas e em qual momento histórico e conjuntural estavam inseridas. Sendo assim, o levantamento a seguir contribuiu, sobretudo, como fundamentação teórica para esta dissertação.

Ressaltamos que a contribuição dos estudos realizados por Foucault (1985; 1986) pode ser considerada como um grande marco, tanto pelo desenvolvimento de eixos norteadores para investigações sobre a sexualidade enquanto construção histórica, quanto pelo fato de problematizar a política de controle dos corpos e os dispositivos de saberes e práticas orientadas pelo ideário da norma, da disciplina e do controle. Várias pesquisas que abordaremos a seguir tiveram como base teórica as ideias de Foucault.

Um dos trabalhos pioneiros³ na investigação da temática travesti foi o do antropólogo Hélio Silva (1993), através de uma etnografia feita nas ruas da Lapa, bairro boêmio carioca. Don Kulick (2008) também optou pela pesquisa etnográfica para investigar um grupo de travestis baianas que atuavam na prostituição, dividindo a moradia com elas e partilhando seu cotidiano. Para Kulick, a categoria “travesti” é uma produção tipicamente brasileira. O autor defendeu que as travestis consideravam a prostituição como um trabalho comum, sendo a única “esfera da sociedade brasileira onde as travestis podem ser admiradas e reconhecidas” (KULICK, 1998: 151).

Outras pesquisas gravitam em torno da “transformação” dos corpos nas experiências travestis, como no caso do estudo das travestis de Porto Alegre, na investigação de Marcos Benedetti (2005). Nesse mesmo sentido, somam-se as pesquisas de Wiliam Peres (2005) e Larissa Pelúcio (2007), que relatam a urgência por parte das travestis da necessidade de uma metamorfose feminina dos corpos para a concretização dos desejos de uma estética corporal condizente com a orientação do gênero vivenciada, apesar de sofrerem discriminação pela modificação dos corpos.

A transformação corporal das travestis também foi investigada a partir de uma abordagem antropológica, como no estudo realizado por Adrianna Silva (2008), que

³ Consideramos também o artigo do final dos anos 80: MOTT, Luiz e ASSUNÇÃO, Aroldo. Gilete na carne: etnografia das automutilações dos travestis da Bahia in Revista Temas IMESC, sociedade, direitos, saúde, São Paulo, 4 (1), julho de 1987

relata as experiências de travestis, apontando os discursos sobre o enfrentamento social ao estigma e, por outro lado, analisa os discursos a partir da satisfação relacionada às transformações do corpo. O corpo das travestis investigado por meio de artigos jornalísticos foi a motivação da pesquisadora Gloria Pereira (2010), que analisou a imagem da travesti na mídia impressa, realizando uma cartografia.

O universo da prostituição aparece em várias pesquisas que abordam a temática das travestis, como as pesquisas de Silva (1993), Kulick (2008), Peres (2005), Pelúcio (2007 e 2009). A narrativa de evasão escolar, abandono ou expulsão da casa dos pais ou familiares é frequente na trajetória de vida de várias pessoas citadas nos estudos, que não conseguem colocação no mercado de trabalho devido ao estigma, apropriando-se da prostituição como estratégia de sobrevivência ou como opção imediata de resposta econômica.

Conforme sinalizado por Peres e Toledo (2011), quanto mais atributos negativos e de desqualificação um corpo pode receber, mais processos de estigmatização se abaterão sobre esse corpo. Sendo assim, ao abordar a temática de travestis e transexuais são necessárias problematizações que remetam ao cuidado de si frente à construção de seus corpos, mas que também contribuam para uma emancipação psicossocial, política e cultural. (PERES, TOLEDO; 2011: 265-268)

Muitas pesquisas passaram a ter um olhar que investiga, além da corporalidade travesti, as práticas sociais, a falta de oportunidades, as situações de violência e a violação de direitos. Benedetti (2005) e Peres (2005) contribuíram nesse sentido, relatando como as travestis se organizavam em relação à construção cidadã e à garantia de direitos humanos. Peres (2005) direcionou sua pesquisa para a problematização da organização social, o uso do termo cidadania e as práticas que poderiam promover a emancipação psicossocial e política das travestis. Sendo assim, destacamos Peres (2005) na abordagem de questões de estigma sofridas pelas travestis e da construção de uma cultura de resistência.

Isadora França (2006) abordou a relação dos atores do movimento LGBT e o mercado de consumo, tratando a constituição do sujeito político do movimento em um contexto de múltiplas categorias identitárias. Jamile Chequer (2010) estudou a relação entre as ONGs/aids e o movimento social travesti, analisando sua interação e parceria

com o Estado. Mário Carvalho (2011) também analisou a organização dos movimentos de travestis e transexuais, identificando os conflitos que revelam a emergência das identidades coletivas e a luta pelo reconhecimento nas proposições das políticas de saúde.

Existem várias pesquisas que abordam saúde, prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), Aids, cuidado, risco e vulnerabilidade. Nesse ponto, é necessário atentar que devido à epidemia da Aids, muitas pesquisas foram financiadas por agências de saúde, programas de prevenção e/ou redução de danos ligados às drogas e às DSTs. Por um lado, esse “boom” de estudos foi importante para o avanço do pensamento científico. Foi possível a problematização de questões vividas por travestis, profissionais do sexo, transexuais, agentes de saúde, educadores sociais e ativistas LGBT desde a ótica da garantia ao acesso à saúde e à construção de políticas públicas nessa direção. Porém, por outro lado, as pessoas trans passaram a ser relacionadas a situações que envolviam drogas, DSTs, associando e naturalizando de forma perversa travestis e HIV/Aids:

A atenção a esta população tornou-se majoritariamente voltada a ações preventivas e paliativas de saúde, na maioria das vezes percebida pelos profissionais e governos como sinônimo de aids. As demandas governamentais de assistência às travestis continuam diretamente associadas às drogas, à prevenção da criminalidade, ao HIV/aids e às DSTs. Partindo destes enunciados, observa-se que muitos trabalhos têm reproduzido ou problematizado de forma política este contexto. (AMARAL, et al, 2014)

Destacamos Pelúcio (2007) e Sabatine (2012) e suas contribuições com pesquisas em que problematizam ações empreendidas e/ou propostas para a promoção da qualidade de vida e saúde das travestis que se prostituem através de políticas para essa população. Nesse contexto, Pelúcio (2007) questiona o modelo preventivo da aids, analisando alguns efeitos controversos e perversos que os programas de prevenção podem gerar, direcionando as travestis às unidades especializadas em DST/Aids, distanciando essa população da prevenção e do cuidado básico com a saúde em geral.

Berenice Bento (2006) realizou estudos sobre a condição humana de travestis e transexuais pela ótica sociológica. Sua pesquisa foi uma importante contribuição acadêmica na defesa dos direitos das pessoas trans, pois questiona o conhecimento das ciências médicas que tratam a transexualidade de forma universal, assim como questiona o caráter patologizante dos tratamentos sugeridos e aplicados nos hospitais que promovem a cirurgia de transgenitalização sexual.

Em 2008, o Ministério da Saúde incluiu no espaço da saúde pública o “Processo Transexualizador no SUS”⁴, que garante o atendimento integral de saúde a pessoas trans, incluindo acolhimento e acesso com respeito aos serviços do SUS, desde o uso do nome social, passando pelo acesso a hormonioterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social.

Surgiram novas produções acadêmicas que buscavam analisar as experiências nos serviços especializados na realização da cirurgia. Além disso, dinamizaram-se as discussões sobre o acesso à saúde para além da prevenção do HIV e das DST's. Entretanto, na prática, tais estudos reafirmaram que obstáculos ainda existem, conforme podemos observar na citação⁵:

Essa busca por problematizar o cuidado em saúde e os espaços ofertados para esse cuidado demonstra uma tentativa de se pensar para além da relação travesti-prostituição-HIV/aids. No entanto, esbarra-se em questões ligadas aos estigmas dessa população, que as coloca em situações marginais e/ou periféricas da nossa sociedade, dificultando a efetivação de um cuidado integral em saúde. (RAIMONDI, PAULINO, TEIXEIRA; 2016: 133)

O pesquisador Jorge Leite Jr. (2008) parte de uma reflexão sobre a construção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico, com recortes que vão desde o imaginário antigo com a figura do hermafrodita até as representações das travestis na atualidade. Em sua tese de doutorado, Pelúcio (2009) aborda o fascínio e o rechaço que marcaria a existência das travestis que se prostituem, e também a dos/das seus/suas clientes. Não apenas as travestis teriam sua (a)normalidade certificada pelo sistema binário dos gêneros (masculino e feminino) que sustenta a heteronormatividade, mas seus próprios clientes que, mesmo afirmando a sua heterossexualidade, também estariam marcados pelo estigma e pela abjeção.

Cabe ressaltar que as nomenclaturas também foram se transformando ao longo desse processo. Observamos o uso de “travesti”, “travestismo” e “travestilidades” (AMARAL; et al, 2014). Monica Siqueira (2009) entrevista em seu trabalho de pesquisa travestis ativistas que questionam a terminologia travestismo, considerado provido de

⁴Fonte:<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1174-sgep-raiz/lgbt/21885-processo-transexualizador>

⁵ Citação de artigo. Fonte: Raimondi, Gustavo A.; Paulino, Danilo B.; Teixeira, Flávia do B. “O que importa? As Pesquisas Brasileiras no Campo da Saúde e as (In)visibilidades das Travestis e Transexuais.”. Saúde & Transformação Social -Health & Social Change, UFSC (SC) [online]. 2016, v.7, n. 3, pp. 133-145

estigma devido ao sufixo “ismo” que remetia a um olhar patologizante. Peres (2005) usa a denominação transgênero, “que contempla todas aquelas pessoas que de alguma forma rompem com as categorias clássicas de masculino e feminino, construindo novas formas estéticas e relação com o mundo” e a definição do termo travesti que abarca múltiplas experiências que permitem utilizar o termo travestilidade. (PERES, 2005). Enquanto isso, Vasconcelos (2015) problematiza as sujeitas da pesquisa como mulheres trans, terminologia utilizada tanto para travestis como para transexuais.

As pesquisadoras Pelúcio (2007), Silva (2008), Pereira (2010) e Vasconcelos (2015) estruturaram suas investigações a partir da teoria queer, adentrando em questões como a heteronormatividade compulsória, inteligibilidade dos corpos e permeando as discussões que objetivam o rompimento com o binarismo, buscando questionar questões clássicas de sujeito e identidade.

Nos estudos feitos por pesquisadores que tiveram como sujeitas de pesquisa as travestis e transexuais do estado de Pernambuco, destacamos: o estudo de Maria Cecília Patrício (2008), que objetiva entender o movimento da rota das travestis que se prostituem e circulam entre o Brasil e a Europa, enquanto Denise Chagas (2006) investiga os desafios da política de prevenção às DST/HIV e Aids na população de mulheres e travestis. Há também a recente pesquisa na área da Psicologia de Thaíssa Vasconcelos (2015) que explora questões sobre os percursos e transformações empreendidas a partir de narrativas de afirmação e resistência frente ao binarismo. Apesar de abordarem a temática a partir de problemáticas diferentes, Chagas (2006), Patrício (2008) e Vasconcelos (2015) tratam das especificidades da cultura pernambucana.

Como podemos verificar, passados mais de 20 anos desde o primeiro estudo, a temática ganhou amplitude, os pesquisadores contribuíram para novas abordagens dentro da seara da travestilidade e transexualidade, dentre elas, o tema do envelhecimento, a organização social, a adolescência, a violência, a educação, relações conjugais, raça, religião e política. Em relação à educação, destacamos o trabalho acadêmico da doutora pesquisadora, travesti e atualmente reitora de universidade Luma Andrade (2012), que desvendou as resistências e assujeitamentos das jovens travestis na escola, evidenciando o uso de táticas que as jovens/estudantes/travestis fazem para burlar a disciplina e o controle e produzir linhas de fuga para o acesso e a permanência no espaço escolar.

Destacamos, também, a contribuição valiosa da transexual Jaqueline Gomes de Jesus, doutora em Psicologia Social que tem vasta produção com temas voltados a diversidade, identidade social, raça/etnia, movimentos sociais, com ênfase em gênero e orientação sexual.

Notamos que, apesar dos trabalhos científicos produzidos abrangerem vários estados brasileiros, o maior número ainda se concentra nas regiões sul e sudeste, sendo que a presente pesquisa pode contribuir com outros olhares e perspectivas sobre a organização social das travestis e transexuais de um estado do nordeste do país.

Ressaltamos que todas as contribuições dos pesquisadores citados são relevantes para vislumbrar com amplitude e profundidade a temática estudada e serão utilizadas como parte da fundamentação teórica dessa investigação. No entanto, daremos ênfase aos estudos que abordem a organização social de travestis e transexuais.

METODOLOGIA E CONSTRUÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa estrutura-se como uma pesquisa qualitativa, com levantamento bibliográfico e entrevistas individuais em profundidade. Alguns dados quantitativos da pesquisa serão apresentados com o objetivo de fundamentar argumentos e evidenciar situações pertinentes ao contexto pesquisado.

Para tal, cabe ressaltar que trilharemos um caminho que abrange temporalidades diferentes. Primeiramente abordaremos um recorte histórico do movimento LGBT brasileiro, onde o marco referencial parte dos anos 1990 até 2016. A pesquisa enfatiza a construção do movimento social travesti e transexual a partir desse recorte de referência, pois esse percurso histórico permitirá compreender a construção das organizações locais, mediante a conjuntura nacional e internacional.

Em relação ao trabalho desenvolvido em campo, a temporalidade é referente ao período de 2014 a 2016 quando realizei, além das entrevistas em profundidade, tarefas de auxílio a ONG GTP+ em muitas ocasiões, como na construção de atas e informes sobre encontros, revisão de relatórios, participação em planejamento de ações, em rodas de diálogo e seminários. Porém foi adotada uma postura de não intervir de maneira incisiva em assuntos internos para manter uma distância favorável e pertinente à pesquisa. Além

disso, foi anotado em campo o máximo de informações prévias e posteriores às ações realizadas, para tê-las como material de apoio na elaboração do texto.

No mesmo período participei de eventos onde estavam travestis e transexuais, do movimento organizado e também dos projetos desenvolvidos pela ONG, e tive a oportunidade de realizar as entrevistas.

Cabe ressaltar que o resultado desse estudo será entregue às organizações que ofereceram seus espaços, convidaram às reuniões, encontros e seminários, assim como às pessoas que concederam as entrevistas, disponibilizando seu tempo para a coleta de informações. Esse procedimento, além de ser uma atitude de reciprocidade como pesquisadora, também reforça o comprometimento acadêmico e o sentido ético da pesquisa.

Em relação às entrevistas, o trabalho foi orientado para dois grupos: membros da ONG GTP+ e pessoas trans (travestis e transexuais) ativistas e beneficiárias dos projetos sociais. O uso do termo “pessoas trans” tem por objetivo indicar as diversas experiências de gênero não normativas, como travesti, transexual, transgênero. Mesmo parecendo uma redundância, reafirmar a humanidade das pessoas trans é um ato frequente dos pesquisadores que estudam a temática, num esforço de esclarecimento frente à indignação perante as violações e exclusões que essas pessoas vivenciam. Tal termo será utilizado quando mencionarmos travestis, transexuais e transgêneros sem a necessidade de atentar para suas especificidades.

O contato com os membros da ONG e as entrevistas realizadas contribuíram para o entendimento da dinâmica construída entre o movimento de luta contra Aids, a formação das ONGs que atuam com a temática da Aids (ONGs/Aids⁶) e a ligação com o surgimento de organizações de pessoas trans. Recorri aos membros da ONG para coletar informações a respeito da reverberação de políticas nacionais e o impacto na atuação local.

As entrevistas iniciais foram feitas com travestis e transexuais que participaram de algum projeto da ONG GTP+ e que atualmente são ativistas em organizações que

⁶ As ONGS AIDS atuam com direitos humanos voltados as pessoas vivendo com HIV ou Aids. O termo ONGS AIDS pontua que existem Ongs que se dedicam a esse trabalho e, além disso, reafirma a existência dessas pessoas que possuem necessidades, direitos e urgências.

problematizam questões referentes à construção cidadã e enfrentamento do estigma. A partir das primeiras entrevistas, conheci outras pessoas trans que atuam na pauta da construção cidadã e na defesa dos direitos dessa população, possibilitando coletar informações relevantes para o estudo.

Foram realizadas três viagens à cidade do Recife, duas delas possibilitadas através de convite a seminários e encontros realizados pela ONG GTP+, que viabilizou as passagens aéreas. As entrevistas em profundidade se alternaram ao longo de dois anos. Algumas das entrevistas foram realizadas nas dependências da própria sede da ONG e outras no II Seminário Regional de Profissionais do Sexo - Desafio na Prevenção das DST's, HIV e Aids e ao Tráfico de Pessoas Trans. Somente uma das entrevistas foi viabilizada através de contato via whatsapp e realizada via skype com uma travesti que atualmente reside na Espanha.

Quadro 1 - Quadro Geral das Pessoas Entrevistadas

ENTREVISTADOS					
Nome	Idade	Natural	Ocupação	Escolaridade	Identica-se como
André Guedes	43 anos	Pernambuco	Pedagogo e Coordenador de Projetos Sociais	Ensino Superior Completo	Homossexual
Azael Cosme dos Santos Júnior	50 anos	Pernambuco	Sociólogo e Coordenador de Projetos Sociais	Ensino Superior Completo	Homossexual
Heymilly Maynard	22 anos	Pernambuco	Ativista e militante do movimento LGBT, em especial do movimento trans. Desempregada.	Ensino Superior Completo	Transexual e Mulher Trans
Maria Clara de Sena	37 anos	Pernambuco	Ativista e Funcionária Pública	Ensino Superior Completo	Travesti, Transexual e Mulher Trans
Luana Rodrigues	28 anos	Pernambuco	Ex-integrante do Projeto Social Mercadores de Ilusões	Ensino Superior Incompleto	Travesti
Reinaldo Brito Barreto	56 anos	Pernambuco	Ativista e Membro Fundador da ONG GTP+	Ensino Médio Completo	-----
Sergio Pereira de Araújo	55 anos	Pernambuco	Ativista e Membro Fundador da ONG GTP+	Ensino Médio Completo	Homossexual
Wladimir Reis	55 anos	Pernambuco	Ativista, Coordenador e Membro Fundador da ONG GTP+	Ensino Médio Completo	Homossexual

Acredito ser importante acrescentar que, apesar do planejamento para atuação em campo, anterior às viagens, ao chegar ao destino nem tudo ocorreu exatamente como o planejado. As diferenças culturais e seus desdobramentos requerem certos ajustes inevitáveis. Foi necessário aprender a lidar com a questão do conceito tempo, vivenciado de maneira diferente entre os dois estados e culturas (São Paulo e Pernambuco), mesmo estando em terras pernambucanas e conhecendo a maioria das pessoas que entrevistaria. Outro dado relevante foi que, apesar das tentativas de agendar entrevistas com antecipação via email, por exemplo, os agendamentos só se tornaram possíveis a partir de telefonemas ou encontros presenciais.

A adaptação crescente frente a situações que o trabalho de campo suscita, serviu como uma postura a ser adotada. Foi preciso aderir ao calendário local e adequar-se às atividades/horários das pessoas entrevistadas, estando disponível para participar de encontros ou atividades, exercitando respostas possíveis diante das mudanças. Como exemplo dessa adequação, menciono uma experiência ocorrida na segunda viagem que teve duração de 20 dias, em que fiquei alojada nos primeiros dias na casa de amigos, com internet disponível e acesso fácil ao centro da cidade. Tais condições me permitiam o deslocamento rápido até o espaço da ONG, possibilitando conversar com colaboradores e marcar entrevistas. Essas visitas iniciais possibilitaram a participação em palestras, rodas de conversa, encontros, e no planejamento bienal da instituição.

Entretanto, dias depois, tive que sair do alojamento na casa dos amigos devido a um imprevisto: os donos da casa receberiam parentes e não havia espaço para todos. A solução foi ficar alojada em um espaço que desenvolve um projeto de meditação, na cidade de Igarassu, a 40 km de distância do Recife. Esse espaço, gentilmente cedido, tinha algumas limitações logísticas. Devido à distância considerável da capital, cerca de duas horas, havia a necessidade de duas ou três mudanças de transporte (ônibus), o que ocasionou alguns atrasos nas entrevistas iniciais, que foram compreendidos por quase todos os entrevistados.

Todas as pessoas entrevistadas sabiam previamente da minha condição como pesquisadora e a conversa podia durar de 20 minutos a 3 horas. Antes da gravação, o objetivo da pesquisa era manifestado e as dúvidas eram esclarecidas. Conduzi as primeiras entrevistas com pessoas que já me conheciam e as últimas entrevistas com aquelas pessoas que me foram indicadas e às quais fui posteriormente apresentada.

Foi nítida a diferença entre as categorias de pessoas conhecidas previamente e pessoas apresentadas. As entrevistas com as pessoas conhecidas duravam mais tempo, sem resistência à gravação, com um alto nível de confiança e riqueza de informações detalhadas. Certamente, alguns desses longos depoimentos tratam-se de histórias de vida. As entrevistas com as pessoas apresentadas apresentaram dificuldades, por vezes a conversa não fluía durante a gravação. O gravador adquiria um caráter inibidor e a estratégia utilizada foi continuar a conversa depois da gravação e tomar anotações. Com algumas das pessoas apresentadas realizei uma segunda entrevista, um ano depois da primeira, o que permitiu uma nova aproximação e colher maiores informações.

Interessava-me, durante as entrevistas, refletir sobre as questões pertinentes às categorias travesti e transexual como categorias políticas, além de investigar como é o processo de ingresso no movimento local, a relação com as ONGs Aids e, posteriormente, entender a participação em âmbitos de organização nacional.

Nessas ocasiões, tomei contato com narrativas que exibiam uma pluralidade de experiências, como o uso estratégico e alternado dos termos identitários travesti ou transexual conforme a situação ou conversa (formal ou informal). Observei narrativas de pessoas que se identificavam como travestis e que queriam fazer o procedimento de transgenitalização sexual e de pessoas que se identificavam como transexuais femininas e que conviviam bem com seu pênis. Assim como observei narrativas nas quais travestis e transexuais se situavam enquanto mulheres travestis e mulheres transexuais.

A partir dessa pluralidade observada em campo, houve um período de reflexão e dúvidas sobre como abordar todas as nuances de uma problemática abrangente. O aprofundamento nas literaturas específicas, que até então serviam de apoio, foi essencial para analisar tais deslocamentos identitários e sua utilização estratégica na construção política.

Todas essas explicações e esclarecimentos demonstram as temporalidades da pesquisa, as circuntâncias do trabalho de campo, o desenrolar das entrevistas em profundidade e delimitam o campo empírico da pesquisa.

ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

O capítulo I – “Travesti – uma breve genealogia” – resgata reminiscências⁷ na mitologia, filosofia e artes com a figura travestida. Desde os mitos greco-romanos podemos resgatar contos sobre personagens que viviam como mulheres em corpos masculinos, que mudaram de sexo ou se disfarçaram com roupas femininas. Discorreremos sobre considerações filosóficas em relação ao masculino, feminino e à androginia.

O capítulo II – “Corpo: Um território político” – aborda a construção da figura da travesti e da transexual desde a identidade de gênero à constituição como categoria política, a partir da fala das travestis e transexuais nas entrevistas realizadas em profundidade. Nesse capítulo também são exploradas as contribuições dos movimentos feministas e suas perspectivas sobre a temática de gênero.

O capítulo III – “Luta e resistência - Organização social e política das travestis” – apresenta o movimento travesti e transexual no Brasil, estabelecendo diálogo entre esta pesquisa com outros estudos com mesma temática, contribuindo para uma discussão bibliográfica. Delimitando um referencial histórico que engloba os anos de 1990 a 2016, apontamos para: 1) A implementação da Política de Aids no Brasil, o ativismo institucionalizado e o início dos financiamentos de projetos de campo. Problematização sobre as parcerias do Estado com a sociedade civil, além de descrever o papel das Ongs Aids como mediadoras da organização social e política das travestis e transexuais através do formato ONG; 2) O surgimento do Entlaids, das Associações LGBT de abrangência nacional, elencando quais os principais embates atuais em relação às parcerias com o Estado iniciadas na implementação da política de combate à Aids; e 3) Descrição da construção das políticas públicas conquistadas através da atuação do movimento nacional trans, com ênfase para o Brasil sem Homofobia, relatando as principais bandeiras e pautas da atualidade, com pretensão de serem alcançadas.

O capítulo IV – “Resistência Trans: Práticas sociais na construção da cidadania de travestis e transexuais na cidade do Recife” - dialoga com os temas abordados nos capítulos anteriores, observando o contexto de influência nacional, as consequências

⁷ Uso da palavra “Reminiscências” remete a obra de João Silvério Trevisan (1986): *Devassos no Paraíso. A Homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*, referente ao capítulo intitulado *Reminiscências da cena travestida*, págs. 136-187.

situadas na atuação local e o surgimento das organizações AMOTRANS e NATRAPE, processo em que a ONG GTP+ teve papel mediador e incentivador. As entrevistas realizadas em profundidade com diversos atores dessa construção local abordam momentos históricos e contextos regionais. O capítulo objetiva a investigação das práticas sociais de resistência das travestis e transexuais, considerando as especificidades regionais, pertinentes à cultura pernambucana e as conseqüentes reverberações na luta pela garantia de direitos através do exercício livre, mas, sobretudo, intencional da cidadania.

CAPÍTULO I

TRAVESTI: UMA BREVE GENEALOGIA

Meu olho de Diana, meu peito de Afrodite,
Minha verdade de Atena, quem quiser que acredite
Sou Diva da Dúvida e não devo explicação.
Claudia Wonder⁸

Tomaremos a mitologia como ponto de partida, destacando alguns contos sobre personagens que viviam como mulheres em corpos masculinos. Alguns desses mitos retratam personagens disfarçados com indumentárias femininas, assim como em situações de metamorfoses com mudanças de sexo.

Encontramos na filosofia abordagens sobre a ambiguidade andrógina, através da busca da totalidade, a união do feminino e do masculino formando o “uno” andrógino, advindo do significado metafísico da “perfeição humana”, possibilitada pelo encontro dos opostos.

Entretanto, veremos que a mistura de elementos masculinos e femininos em um só corpo gerou fascínio, mas por outro lado produziu um processo de degradação. A androginia adquiriu caráter de anormalidade e monstruosidade, tornando-se indesejada, uma ameaça à ordem e à moral.

As artes, com suas expressões multifacetadas, permitem adentrar no universo ambíguo que a figura travesti proporciona, através de sua linguagem lúdica, interpretativa ou reflexiva.

Nietzsche utiliza a genealogia para abordar a pesquisa enquanto histórica, sem obedecer a uma ordem linear que busca a origem primeira das coisas. Foucault recorre ao pensamento nietzscheano, buscando uma análise que dê conta da constituição do sujeito na trama histórica, sintetizando:

E isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente

⁸ Letra da música Diva da Dúvida, composta pela travesti Claudia Wonder (1955-2010) que foi atriz, cantora, compositora, escritora e ativista do Movimento LGBT.

com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 1986:07)

Sendo assim, o capítulo “Travesti: uma breve genealogia” não procura e nem pretende o resgate histórico e linear dos acontecimentos em que orbitam as sujeitas desse estudo. Trata apenas de seleções, fragmentos, resgate de mitos, percursos filosóficos e recortes de momentos de expressão artística, tecendo considerações sobre os símbolos, o imaginário, as relações de forças, os jogos de poder e as verdades que se produzem.

1.1. REMINISCÊNCIAS NA MITOLOGIA E NA FILOSOFIA

A palavra “mito” vem do grego e significa narrativa contada. Para Mircea Eliade (1992), “o mito conta uma história sagrada, quer dizer, um acontecimento primordial que teve lugar no começo do Tempo.”. Os mitos greco-romanos nos remetem a um cenário ancestral, onde podemos encontrar deuses e deusas, semideuses, ninfas e personagens heroicos. Contar uma história sagrada equivale a revelar um mistério, pois os personagens do mito não são seres humanos. (ELIADE, 1992: 50).

O mito é uma forma de conhecimento, com símbolos, signos e imaginário que projeta uma sensibilidade, buscando explicar a origem do universo e da humanidade, o desenvolvimento dos povos, das instituições políticas ou os motivos dos rituais. Para Joseph Campbell (1993) o mito é:

a abertura secreta através do qual as energias inesgotáveis do cosmos despejam-se em manifestações culturais humanas. As religiões, filosofias, artes, formas sociais do homem primitivo e histórico, descobertas fundamentais das ciências e da tecnologia e os próprios sonhos que nos povoam o sono surgem do círculo básico e mágico do mito. (CAMPBELL, 1993:15).

Entretanto, Robert Graves (1990) nos alerta que um estudo sobre a mitologia grega deve considerar os sistemas políticos e religiosos que existiram na Europa antes da chegada de invasores arianos do distante Norte e Leste, levando em conta a arqueologia, a história e religião comparada. Munido de tais aspectos, o autor busca como método de trabalho, a construção de uma narrativa harmoniosa com todos os elementos dispersos de cada mito, apoiados por variantes pouco conhecidas que podem ajudar a determinar o significado e responder a todas as perguntas que surgem em termos antropológicos ou históricos. (GRAVES, 1990: 07-13)

Com efeito, é possível constatar que a explicação dos mitos é dotada de numerosas perspectivas, sendo que os mitos gregos contribuíram para formação da cultura ocidental e tem sido fonte inesgotável de inspiração para a materialização de escritos dos mais variados temas. Dentre eles, encontra-se a referência da deusa Vênus Castina, uma variação da deusa do amor Afrodite, assim conhecida entre os gregos. Clarence Joseph Bulliet (1956), crítico de arte e escritor americano, escreveu um livro batizado com o nome da deusa, com várias citações, da mitologia à literatura. No primeiro capítulo intitulado ‘Santuário de Vênus Castina’, inicia-se uma procissão aos devotos da deusa:

Aqui está a procissão de devotos de todos os tempos à Venus Castina - esperam que essa deusa responda com compaixão e compreensão aos anseios de almas femininas presas em corpos masculinos. É uma multidão curiosa, heterogênea e variada: deuses e semideuses, olham a adorável Castina; reis e príncipes e heróis de dias antigos e modernos; sacerdotes frenéticos e devotos de olhos selvagens, gênios e idiotas, saltimbancos, místicos, degenerados, brincalhões e bufões, ladinos e criminosos, sonhadores com olhos suaves, guerreiros e poetas, artistas, estadistas, charlatães, arruaceiros e arlequins, os pecadores e, ocasionalmente, um santo. Alguns de nós apertamos bem as nossas togas quando passamos, temendo ser contaminados. Muitos de nós olhamos com vívida curiosidade. Uns poucos se sentam atordoados e encantados ao lado do Santuário de Castina e procuram compreendê⁹. (BULLIET, 1956: 08)

Dentre as narrativas mitológicas de personagens que experimentam a mudança de sexo, algumas não a realizam por um desejo de transição, mas por punição divina. Como o caso de Siptete, que era homem, mas, durante uma caçada, tendo visto Ártemis nua, foi pela mesma, transformado em mulher. Green (1998) cita o mito do adivinho Tirésias de Tebas que, ao subir ao monte Citerão, encontra duas cobras copulando. Resolve separá-las e matar a fêmea, a partir de seu ato é punido pelos deuses, sendo transformado em mulher. Passados sete anos, já adaptado à forma e à condição feminina, Tirésias sobe o mesmo monte e se depara novamente com a cena de duas cobras copulando, sendo que,

⁹ Texto original em inglês: “Here is the procession through the ages of votaries of Venus Castina – that goddess supposed to respond with sympathy to the yearning of feminine souls locked up in males bodies. It is a curious throng, motley and miscellaneous: gods and demigods, coeval with the lovely Castina herself; kings and princes and heroes of old days and modern; frenzied priests and wild-eyed devotees; geniuses and morons, mountebanks, mystics, degenerates, practical jokers and buffoons, rogues and criminals, soft-eyed dreamers of a forbidden ineffable, warriors and poets, artists, statesmen, quacks, hoodlums and harlequins, sinners, and occasionally a saint. Some of us fold tight our togas about us as they pass, fearing contamination. Many of us look on with lively curiosity. A few sit dazed and enraptured beside the shrine of Castina, and seek to understand.” Livro disponível no link abaixo: http://livre.immateriel.fr/fr/read_book/9781626575974/#

dessa vez, mata o macho, conseguindo ser novamente transformado em homem pelos deuses.

Bulliet (1956), por sua vez, menciona que o herói Aquiles experimentou situações de disfarces e inserção no feminino. Na pré-Tróia, Aquiles, o semideus, estava sob a tutela do Centauro Chiron no Monte Pelion, e sua mãe, a discreta ninfa do mar, Tétis, ao ouvir burburinhos proféticos da guerra de Tróia, fez uma visita a seu velho inimigo. Foi Chiron que tinha ensinado a Peleu como capturar a ninfa e fazer dela a mãe de Aquiles. Ela persuadiu o Centauro a desistir de seu filho. Levou-o através dos mares para a Ilha de Scyros, onde ela o vestiu como uma menina e o deixou nos jardins luxuriantes do Rei Licomedes onde ficou entre as cinquenta filhas do rei. “Foi entre donzelas, e com suas vestes que Aquiles, enganou um olho tão astuto como o de Ulisses, o mais sábio dos homens” (BULLIET: 1956:10).

Os gregos possuíam ainda um deus de nome Hermafrodito, filho de Mercúrio (Hermes) e Vênus (Afrodite), de uma grande beleza, simbolizando a união sexual, possuindo mamas e pênis. Segundo o Dicionário de Mitologia Greco-Romana, aos quinze anos, Hermafrodito começou a correr o mundo e chegou à Caria, onde, às margens de um lago, foi visto pela ninfa Salmácis, causando-lhe irresistível desejo. Salmácis se apaixonou por ele tentando em vão seduzi-lo. Quando Hermafrodito se lançou na água para banhar-se, a ninfa abraçou-o suplicando aos deuses que jamais os separassem. Atendendo à prece da ninfa, os imortais uniram ambos num mesmo ser de natureza dupla, masculina e feminina. Por sua vez, Hermafrodito pediu às divindades que os que se banhassem neste lago perdessem a virilidade.



Imagem 1 - Escultura Hermafrodita Dormindo 1¹⁰

Na obra *Metamorfoses* de Ovídio, é acrescentado no mito que Hermafrodito percebendo sua nova condição suplica: “Ó pai e mãe, concedam-me essa graça! Que daqui para frente, todo aquele que vier mergulhar nesta lagoa, saia dela meio homem, feito mais fraco pelo toque desta maléfica água.”. (OVÍDIO, 2003: 82 – 83)

Observamos nesse mito uma desqualificação do feminino e da mulher: o abraço da ninfa e a união dos corpos caracteriza o enfraquecimento do Hermafrodito, uma inferiorização¹¹. O Deus, em contrapartida, pede às divindades que aqueles que se banhassem naquele lago tivessem o mesmo destino: perder a virilidade.

Para Graves (1990), o Hermafrodito, como o andrógino, representa em termos religiosos a origem da transição do matriarcado para o patriarcado. Androgine, rainha e mãe de um clã pré-helênico, evitou patriarcado, e para manter seus poderes magistras, assume uma barba falsa, como era o costume em Argos. Deusas barbudas como a

¹⁰ Escultura em mármore, cópia romana do século II de um original grego, restaurado por Gianlorenzo Bernini em 1620, em Paris. Atualmente é escultura do acervo do Museu do Louvre.

¹¹ JR, LEITE (2008) apud MIGUET, Marie, Andróginos in BRUNEL, Pierre (org.), *Dicionário de mitos literários*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2005

Afrodite cipriana, e deuses femininos como Dionísio, correspondem a esses estágios sociais de transição. (GRAVES, 1990: 45-46).



Imagem 2 - Escultura Hermafrodita Dormindo 2

No campo da filosofia, em *O Banquete* de Platão¹², encontramos discursos acerca do deus Eros, em que cada participante pretende realizar o melhor discurso sobre o amor. Em um banquete regado a vinho e comida, os convidados faziam suas considerações sobre o tema. Entre os oradores estava Sócrates que falou por último, entretanto é no discurso de Aristófanes que se diz que, no início dos tempos, havia a existência do homem, da mulher e da união dos dois, o Andrógino.

A criatura andrógina era redonda: suas costas e seus lados formavam um círculo, podia andar ereta, como os seres humanos fazem, para frente e para trás. Suas costas e seus lados formavam um círculo e ela possuía quatro mãos, quatro pés e uma cabeça com duas faces exatamente iguais, cada uma olhando em uma direção, pousada em um pescoço redondo. Dotados “de uma força e robustez formidáveis, inflados de um orgulho

¹² PLATÃO. Diálogos. São Paulo: Cultrix, 1957. págs 39-98

imenso”, os andróginos tornaram-se ambiciosos, desafiando os deuses. Zeus, para prendê-los, descobriu um modo de enfraquecê-los, cortando-os ao meio, fazendo-os andar sobre duas pernas, eretos. Pediu ao deus Apolo, seu filho, que curasse as feridas e virasse o rosto e o pescoço das partes separadas para o lado em que a separação havia sido feita, para que, contemplando a marca do corte, o umbigo, se tornasse mais humilde. As criaturas passaram a buscar suas metades para se sentirem novamente completos.

Leite Jr (2008) aponta que essa tentativa de união do masculino e feminino orbitava no imaginário coletivo em vários momentos históricos:

Tendo como base os seres primordiais de Platão – os Andróginos – ou o deus Hermafrodito e suas múltiplas encarnações na Idade Média e no Renascimento, todo o discurso sobre a ambigüidade sexual estava intrinsecamente relacionado ao mundo espiritual, ao campo do fantástico, ao universo dos monstros e criaturas mágicas. Da antiguidade grega até a consolidação da nova visão de corpo humano no fim do século XVIII, este agora com dois sexos e cada um com seu gênero específico, a temática da união conceitual ou fisiológica de ideais ou caracteres considerados masculinos e femininos fazia parte das ‘maravilhas’ da existência. (LEITE JR, 2008;16).

No estudo da figura andrógina, Mircea Eliade¹³ descreve o fascínio pela androginia, permeando uma série de ritos, mitos e teorias tradicionais que significavam a união dos contrários e o mistério da totalidade. O símbolo do ser completo. Tal união dos opostos, do masculino e do feminino, e no momento último o reencontro e a completude do ser, configuravam a perfeição humana: o andrógino como ser total.

A figura do andrógino, segundo Manuela Ruas e Jean-Martin Rabot (2012), transpõe a história das civilizações e da arte, até reaparece na incerteza do sexo dos anjos, dos demônios e da própria alma.

A arte é uma forma de expressar seus sentimentos e emoções, representada de diversas maneiras, através da pintura plástica, escultura, cinema, teatro, dança, música, dentre outros. Para os autores Manuela Ruas e Jean-Martin Rabot, de maneira cativante, embora emaranhada, a figura do andrógino transpõe a história das civilizações e da arte. Nestas circunstâncias, a arte que é intemporal e positiva, passa a ser o veículo privilegiado para representar a beleza andrógina.

¹³ ELIADE, Mircea, Mefistófeles e o Andrógino. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Dentro do contexto do ciclo da vida, encontramos na tradição hindu, com seus mitos e uma infinidade de símbolos dela decorrentes, a figura de Shiva. Deus do tempo e da destruição, que está ligado à renovação, ao erotismo e à união dos opostos. De aparência andrógina, ele cura por meio das ervas medicinais. Shiva pode aparecer através de várias representações, como Shiva Nataraja, senhor da dança, que representa qual dança simboliza o movimento do Universo com o ciclo do nascimento, morte e renascimento. A sinuosa imagem andrógina (abaixo), tem sob seus pés um anão, que representa a ignorância.



Imagem 3 - Shiva Nataraja, uma das imagens representativas de Shiva

O principal símbolo de Shiva é yoni-lingam. Yoni simboliza a vulva, a feminilidade e o princípio masculino é Lingam, que tem sua raiz no sânscrito langala, que

significa falo, princípio masculino¹⁴. Juntos, simbolizam a criação, a fonte da vida e a união das energias masculina e feminina.



Imagem 4 - Yoni-lingam: Símbolo que conecta o princípio do feminino ao princípio masculino

Em Eliade (2000)¹⁵, as grandes divindades da vegetação e da fertilidade são andróginas, assim como há traços da androginia nos deuses, como Átis, Adônis, Dionísio, e nas deusas, como Cibele. Um deus macho por excelência pode ser andrógino assim como uma deusa mãe, e isso não exclui, de forma alguma, a sua “masculinidade” ou “feminilidade”. Porém, o próprio Eliade (1991) menciona que, desde a Grécia, o nascimento de criança com os dois sexos era motivo de sacrifício, pois se considerava castigo ou mau presságio dos deuses.

¹⁴ MALLON, Brenda. Símbolos Místicos: Um guia completo para Símbolos e Sinais Místicos Sagrados. São Paulo: Larousse, 2009

¹⁵ ELIADE, Mircea, Mitos, Sonhos e Mistérios. Perspectivas do Homem. Lisboa: Edições 70, 2000.

Essa interpretação da união física dos opostos como castigo e mau presságio foi aprofundada na obra “Os anormais” de Michel Foucault (2001), através de um curso realizado no Collège de France em 1975, onde apresenta a origem do conceito de “anormal”, inicialmente identificado entre os saberes jurídico e penal até chegar a uma abordagem psiquiátrica do desejo e da sexualidade, no final do século XIX. Foucault analisa o aparecimento da anomalia, ou seja, do anormal, que foi de muito interesse da psiquiatria, por meio de três personagens: o monstro humano, o indivíduo incorrigível e a criança masturbadora. Iremos nos deter nas considerações de Foucault em relação ao monstro humano.

O monstro humano é inapropriado pelas leis naturais e sociais, misto de dois reinos, o animal e o humano. Essa transgressão do limite natural questiona certa suspensão da lei civil, religiosa ou divina, somente existe a monstruosidade onde existe desordem civil, religiosa ou divina.

A monstruosidade para Foucault está fundamentada numa determinada transgressão de determinadas leis naturais e a violação das normas estabelecidas enraizado numa concepção jurídico-biológica. Monstro e monstruosidade coincidem a toda e qualquer indisciplina, insubmissão, insubordinação e transgressão. Foucault (2001) expõe que o anormal como indivíduo a ser corrigido traz consigo a memória dos monstros.

Leite Jr (2012) relata que, desde a Antiguidade até pelo menos o século XVI, os monstros no Ocidente também eram classificados entre as "maravilhas" ou os "prodígios" do mundo e podiam evocar tanto o medo quanto a simpatia e a risada através de suas formas exageradas, assustadoras ou ridículas. O conceito de monstro não é apenas o terror que a figura monstruosa provoca, é o fascínio, encanto, dúvida, fonte de curiosidade e desejo.

Para Daniel Yago (2017), nem sempre o monstro foi pensado como destituído de potência ou como um erro da natureza. O monstro mostrava algo, uma lição ou dado sobre o mundo a partir de sua própria imagem. Para o autor, o monstro era representado como “um prodígio, uma criatura portadora da potência de maravilhar, um enigma que quando decifrado poderia apresentar informações importantes da natureza e do mundo.”. (YAGO, 2017:26).

Porém, é a partir da baixa Idade Média, com a associação do conceito de monstro com a figura do demônio, que o primeiro passa a ser entendido apenas como a encarnação de algo destrutivo por natureza, perdendo qualquer outra face que não a do ódio ao gênero humano. A partir desse período, com a dominação da ideologia cristã na Europa, a estranheza do “bizarro” vai ser substituída em grande parte pelo medo do maligno.

O/A hermafrodita, para Foucault (2001), consistia em um personagem privilegiado para ser analisado como monstro humano porque, através dele, se caracteriza uma nova figura de monstro que vai surgir justamente no final do século XVIII e no princípio do século XIX. Através de vários exemplos, o filósofo relata os modos de punição do/a hermafrodita simplesmente pelo fato de ser hermafrodita e, a partir do século XVII, sofrendo da obrigação de escolher um dos sexos, portando-se conforme o sexo eleito, desde a utilização de roupas adequadas até práticas sexuais correspondentes. Caso não seguisse as determinações comportamentais, era condenado por sodomia. Sendo assim, a monstrosidade instala-se no plano moral.

A pessoa considerada hermafrodita foi fundamental para todo o discurso médico-moral-espiritual da Antiguidade ocidental, tanto pela matriz greco-romana quanto judaico-cristã. De sua associação com o universo mágico ao surgimento da ciência sexual no século XIX, estes seres assim nomeados estavam no centro das discussões sobre o que hoje entendemos como sexo e gênero, seja em termos de moral religiosa ou do cientificismo higienista. (LEITE, JR, 2008: 19).

Podemos perceber como a interpretação do monstro, com referências mágicas, prodigiosas e espirituais sofrem um impacto, perdendo seu sentido enigmático e simbólico. Com o surgimento da ciência sexual, a figura do monstro caracteriza-se como algo fora da norma, anormal e como consequência, imoral. A ciência utilizou a figura hermafrodita para ressaltar essa concepção “anormal” considerando-a como um desvio da natureza, procurando pela cura e procedimentos cirúrgicos para delimitar o sexo adequado. Nasce o conceito da natureza do homem, compreendendo que a essência é o que atribui o gênero à pessoa, passando a embasar o sexo como definidor do gênero, categorizando-o e definindo a atração pelo gênero/sexo oposto como norma.

A partir desse contexto, o sujeito é condicionado para o que é considerado dentro da normalidade, do aceitável, do permitido dentro do modelo ideário. Para tanto é

realizado um rígido controle social com a intenção de manutenção da normalidade, e a intenção de intervenção no caso de comportamento do sujeito desviante.

Foucault (2000) aponta para o tema do controle em sua obra *Vigiar e Punir* ressaltando que a construção do sujeito dócil, útil e submisso à ordem estabelecida é possível apenas por meio de processos disciplinadores, nos quais o corpo e a mente do sujeito são moldados de acordo com o que se pede no meio social.

O gênero torna-se categoria analítica da sociedade¹⁶, a relação entre homens e mulheres é desenhada e definida pelos papéis de gênero, que ressaltam a mulher como um ser frágil e maternal e o homem provido de força física e função reprodutora.

A masculinidade e feminilidade que antes não possuíam limites definidos tornaram-se categorias defendidas em todas suas nuances e detalhes por discursos e também por grupos de religiosos, médicos, biólogos e políticos. Com o decorrer do tempo, esses discursos multiplicaram-se e foram tantas vezes repetidos que construíram arbitrariamente uma noção de sentido, verdade e, sobretudo controle e determinismo.

Com as categorias gênero/sexo demarcadas, os papéis sociais eram delimitados e rígidos, impossibilitados de qualquer tipo de troca. A proibição era ampla, inclusive em relação à troca de vestimentas, adereços, indumentários entre homens e mulheres, o que era compreendido como troca de papéis sociais.

Entretanto, essa troca acontecia apesar da proibição, surgindo o travestismo. Os papéis femininos no teatro, por exemplo, eram todos desempenhados por homens que costumavam travestir-se. Em muitos lugares, as mulheres foram proibidas de atuar, de participar das peças de teatro por indicação dos líderes religiosos da época que zelavam pela norma e essência natural de cada sexo.

No Brasil, segundo o levantamento de João Silvério Trevisan (1986), no século XVII, houve um decreto proibindo a presença de mulheres no palco das peças teatrais e a sua entrada nos bastidores, camarins e salas de espetáculos. Em 1830, o imperador Pedro I chega a estabelecer a censura para prevenir que o teatro degenerasse, perdendo seus louváveis fins, preservando a moral pública. Em consequência disso, os personagens

¹⁶ Maiores detalhes do gênero como categoria analítica no capítulo II.

femininos passaram a ser interpretados por homens, o fenômeno de travestir-se de mulher não ocorria somente em centros urbanos, mas também em localidades interioranas, em estados de norte a sul.

A palavra travesti etimologicamente significa aquele que se traveste com roupas do sexo oposto. O termo era usado preferencialmente para designar a ideia de disfarce utilizada no campo teatral.

O ato de travestir-se e o tema da transexualidade estavam inicialmente dissociados da sexualidade, sendo que, até a metade do século XX, o conceito de transexual não existia. Somente depois do caso do húngaro que vivenciava o cotidiano como uma mulher, tornando-se base de estudos do neuropsiquiatra alemão Richard Von Krafft-Ebing, que o tema tornou-se uma pauta de investigação. O estudo torna-se uma referência, sendo o mais antigo sobre o tema e, pela primeira vez, não há traços do uso do termo hermafroditismo. A partir desse caso, nascerá uma linha de análise científica e o conceito de transexual, haverá uma tendência a favor das cirurgias de transgenitalização.

Em síntese, neste capítulo inicial construímos uma breve genealogia travesti, através do exercício em resistir a percorrer um caminho de categorização determinista, que apenas promove a distância e o estranhamento de vivências e existências que são legítimas. Contrariamente, intencionamos resgatar o percurso da ambiguidade andrógina, com seu fascínio, encanto, dúvida, fonte de curiosidade, tão presente na filosofia, na arte e na mitologia.

No próximo capítulo, nos dedicaremos a travestilidade e transexualidade, como identidade de gênero, tomando como referência as falas de travestis e transexuais femininas da cidade do Recife. As falas discorrem sobre vivências que enfrentaram os rígidos e arbitrários discursos sobre os papéis sociais de cada gênero e a rejeição a outras formas de existência. Tais discursos sobre modelos e concepções deterministas foram construídos, conforme vimos neste capítulo, e multiplicaram-se até os dias atuais. A partir da perspectiva da figura travesti e transexual, como categorias políticas, abordaremos as contribuições dos movimentos feministas e suas perspectivas sobre a temática de gênero, que ampliaram o entendimento sobre tais questões.

CAPÍTULO II

CORPO: TERRITÓRIO POLÍTICO

La Iglesia dice: El cuerpo es una culpa. La ciencia dice: El cuerpo es una máquina.

La publicidad dice: El cuerpo es un negocio.

El cuerpo dice: Yo soy una fiesta.

Eduardo Galeano

Eu não vou mais sentir vergonha de existir...

Eu vou ter minha língua de serpente – minha voz de mulher,

minha voz sexual, minha voz de poeta.

Eu vou superar a tradição de silêncio.

Glória Anzaldúa

A fala mansa de Maria Clara contrasta com os mais de 1,90m de altura, distribuídos em um corpo curvilíneo. Negra, pernambucana, travesti, 37 anos e filha de Xangô¹⁷. Maria Clara é a mescla de força e delicadeza. Sua fala é pausada, mas extremamente firme quando necessário. Ela é do tipo de pessoa que transparece suas emoções. Abre sorriso largo quando algo lhe agrada, com a mesma espontaneidade que não se omite quando presencia uma situação que considera injusta. Certamente, ao notar a presença de Maria Clara caminhando pelas ruas do Recife, não se imagina os desafios e superações que ela teve que passar ao longo de sua trajetória de vida.

Heymilly Maynard, jovem trans de 22 anos, impressiona pela narrativa direta, contundente e detalhista, desde o primeiro contato apresentando fala articulada. De maneira aguerrida, defende seus pontos de vista e relata os desafios de travestis e transexuais no contexto social pernambucano.

Maria Clara, Heymilly, Luana são algumas das pessoas que, ao tomarem a decisão da transformação dos seus corpos, passaram a enfrentar rígidos modelos e concepções - de identidade sexual e de gênero – evidenciando tanto a desconexão, quanto a desatualização das normas que regem esses modelos e que excluem seus processos subjetivos.

Neste capítulo, propomos uma incursão pelo corpo como território político. Para isso, abordaremos gênero, considerando-o uma construção social imbuída de variadas

¹⁷ Xangô: Orixá iorubá que, no culto religioso afro-brasileiro, representa os raios e os trovões. Fonte: Dicionário on-line de português.

possibilidades. Na sequência, elencamos algumas contribuições do feminismo que resignificaram e ampliaram as questões pertinentes à compreensão de gênero. Por fim, abordaremos a travestilidade como identidade de gênero feminina norteadas por discursos e referências baseadas no registro do próprio corpo como um território do/a próprio/a sujeito/a, com a construção das regras a partir dos desejos e vontades daquele que o possui, portanto, a constituição do ser travesti como uma categoria política. Com o amparo de outras pesquisas sobre o tema, entraremos no universo trans: mostraremos a construção das narrativas de travestis, transexuais – especificamente femininas e transgêneros.

2.1. O CORPO: ENTRE TEORIAS E MOVIMENTO

É por meio do corpo que a pessoa humana se percebe, relacionando-se com o mundo e com as pessoas ao seu redor. Le Breton¹⁸ (2006) aborda que a existência corporal inserida no contexto social e cultural, torna-se a via pela qual as relações sociais são elaboradas e vivenciadas, compreendendo a corporeidade humana como fenômeno social e cultural, motivo simbólico, objeto de representações e imaginários. É através do corpo que atuamos, sendo assim, o corpo é “o eixo da relação com o mundo”. (LE BRETON, 2006: 07)

A percepção da corporeidade¹⁹ é um registro no qual a pessoa constrói a compreensão de si mesma, compartilha experiências cotidianas e tece a trama de sua própria existência. É através do corpo que se recebe e se reproduz conteúdos culturais e sociais, expandindo-os, transformando-os e sintetizando-os em experiências individuais.

Dentro da lógica ocidental tradicional, ao abordar o corpo, iniciam as classificações que tem como base as diferenças corporais biológicas. Nesse sentido, as teorias essencialistas, que consideram o conceito de natureza humana, produziram narrativas que determinaram a compreensão binária e a “natureza” de cada sexo. Afirma-se que o corpo constitui duas possibilidades, o masculino ou feminino, sendo que cada

¹⁸ LE BRETON, David. *A Sociologia do Corpo*. Petrópolis: Editora Vozes; 2006. O autor fala que existe um campo para a sociologia com várias possibilidades de pesquisas investigativas sobre representações e imaginários, no âmbito individual e coletivo, a respeito do corpo. Sendo que o desafio da sociologia é a apreensão da dimensão que abarca as manifestações afetivas dos atores sociais e das relações de vínculo cultural e social, idealizados e construídos por eles.

¹⁹ Termo da filosofia para designar a maneira pela qual o cérebro reconhece e utiliza o corpo como instrumento relacional com o mundo.

uma delas pressupõe práticas e papéis sociais determinados. Ou seja, apoiado a essa interpretação, sistematicamente, se erguem fronteiras entre o que é a natureza da mulher e a natureza do homem. Legitimam-se duas formas distintas, desconexas entre si e opostas: homem/mulher, masculino/feminino, macho/fêmea, constituindo-se papéis sociais extremamente deterministas e embasados de forma generalizada nas diferenças biológicas.

Como vemos, o determinismo biólogo parte do pressuposto que os aspectos sociais derivam das características biológicas. Em contrapartida, o construcionismo social entende que diferentes aspectos, entre eles o biológico, advêm de construções históricas e sociais.

Ter em conta a existência dessas tais interpretações contribui para a condição para se compreender seus desdobramentos e direcionamentos na vida prática. Como aponta Bento (2006), antes mesmo do nascimento, o corpo já está inscrito em um campo discursivo determinado. Ainda quando se é ‘uma promessa’, um devir, há um conjunto de expectativas estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades, que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa. (BENTO, 2006: 87).

Assim como Bento (2006), Antônio Ciampa (2004) relata que, antes mesmo do sujeito nascer, traz consigo uma identidade pressuposta. O autor explicita as expectativas investidas no nascituro, tratando a identidade como categoria analítica. Seja pelas expectativas dos pais e familiares ou pelas expectativas do contexto social existe um investimento prévio: a escolha do nome, a filiação, que só é possível a partir dos genitores que se apropriaram de seus papéis como tais. Posteriormente, esse processo termina na internalização desses pressupostos. (CIAMPA, 2004: 66-67).

A partir dessa concepção, na maioria das vezes, o sexo do sujeito é determinante de seu gênero, ou seja, atribui-se a configuração biológica à definição sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. Consolidam-se, desde a infância, através da educação das crianças, as imposições de como se deve falar, vestir, andar, brincar, comer, cruzar ou não as pernas ao sentar-se e uma infinidade de códigos de comportamento.

Ao pensar o sexo como determinante do gênero do sujeito, contribui-se para que prevaleça a lógica da constituição humana como imutável, o que é falso. E, além disso,

desconsidera-se a percepção de masculino ou feminino que as pessoas possuam de si próprias. Vale ressaltar, que o ser humano em constante transformação, utiliza a materialidade de seu corpo para a construção de seus próprios projetos, a partir de seus anseios, crenças, sonhos e esperanças. Sendo assim, tais pressupostos adquiridos são passíveis de mudança, moldados a partir das vivências e ao contexto social dos atores sociais, onde se revela a atitude de “ser movimento, ser processo ou para utilizar uma palavra mais sugestiva, se bem que polêmica, ser metamorfose.” (CIAMPA, 2004:70).

Em contraposição à natureza, existe a interpretação da cultura como relevante fator para o desenvolvimento do ser humano e construção de sua subjetividade. Para Le Breton (2006), a existência corporal, imersa no contexto social e cultural, é o canal pelo qual as relações sociais são elaboradas e vivenciadas. As percepções, a gestualidade e a expressão dos sentimentos são idealizadas e construídas nas estruturas social e cultural. Sendo que a pessoa, desde a infância, é constituída pela soma infinita de disposições antropológicas que só a imersão no campo simbólico, isto é, a relação com os outros, poderá permitir o desenvolvimento. (LE BRETON, 2006:15-25).

Vários estudos analisaram sexo/gênero entendendo que sexo representaria a fisiologia e a anatomia (natureza), enquanto gênero representaria as forças sociais e políticas que condicionam os comportamentos em relação ao feminino e ao masculino (cultura). Sendo assim, o sexo biológico não definiria os moldes de comportamento.

Através do esforço dos estudos feministas, que aprofundaram a análise da condição da mulher, foi possível a construção de um conceito de gênero desvinculado do sexo. Esses estudos contribuíram para demonstrar o alcance da disparidade social, política, econômica, cultural de gênero, como veremos a seguir.

2.2. PERSPECTIVAS FEMINISTAS

A contribuição do pensamento feminista foi decisiva para a compreensão do gênero como conhecemos nos tempos atuais. Os estudos feministas e o ativismo das mulheres permitiram questionar as concepções hierárquicas e biológicas que resultaram em dispositivos de dominação do homem sobre a mulher, embasadas no essencialismo, no binarismo sexual e nos papéis sociais construídos a partir dessa lógica.

A luta pelos direitos LGBT tem ligação com os estudos e debates promovidos pelo movimento feminista. O questionamento da divisão dos gêneros e do patriarcado permitiu repensar caminhos para considerar a diversidade sexual.

O mundo muda com a contracultura dos anos 1960. Surge a movimentação pela liberação da mulher e uma crítica contestatória e conscientemente anticapitalista, que rechaçava as formas tradicionais de fazer política da esquerda, como aponta Carla Cristina Garcia (2011):

Os anos 60 foram de intensa agitação política. O sonho americano havia se convertido em pesadelo, depois do assassinato de Kennedy e dos protestos contra a Guerra do Vietnã. As contradições de um sistema que tem sua legitimação na universalização de seus princípios, mas que na realidade é racista, classista, imperialista, motivaram a formação da chamada Nova Esquerda e de diversos movimentos sociais radicais como o antirracista, o estudantil, o pacifista e, claro, o feminista. (GARCIA, 2011:85)

Apesar de o pensamento feminista ter como foco central a igualdade de direitos entre homens e mulheres, é salutar esclarecer que há várias correntes de pensamento feminista, sendo assim, abordamos como “feminismos”, dentre as quais citaremos algumas vertentes através um breve traçado histórico.

A obra “Segundo Sexo” da francesa Simone de Beauvoir, com publicação de 1949, foi um ícone para o pensamento feminista. Simone, que era uma filósofa importante da linha de pensamento existencialista, estava chegando aos 40 anos e se interessa pelo tema da opressão que as mulheres viviam. Aborda a relação estabelecida entre o homem e a mulher, onde o homem é o centro:

Todo indivíduo que se preocupa em justificar sua existência a sente como uma necessidade indefinida de se transcender. Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito, que se põe sempre como o essencial, e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial. Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina? (BEAUVOIR, I, 1980: 23)

Nos dois volumes da obra a autora sistematiza um conjunto de ideias sobre os conflitos entre liberdade e autonomia da mulher, descrevendo a condição feminina,

destacando as esferas políticas, sociais e históricas que contribuem para a essa construção. Os escritos de Beauvoir, que foram traduzidos para o inglês, tornam-se uma obra de referência para as feministas radicais dos Estados Unidos. Após escrever o livro, Simone de Beauvoir torna-se feminista e, através dos anos de diálogo com suas leitoras, transforma sua percepção do mundo. Apesar de não trabalhar o conceito de gênero em o “Segundo Sexo”, é a partir dele que se abriu espaço para os estudos de gênero.

Em 1963, Betty Friedan lança o livro “A Mística Feminina”, que aborda o papel da mulher na função de dona de casa e suas implicações sociais geradoras de uma condição reducionista à vida das mulheres, que tinham os papéis sociais direcionados a ser esposa e mãe. No livro, a autora aborda a questão de como a publicidade foi produzindo a imagem da mulher norte-americana, branca e de classe média-alta: sadia, bonita, educada, de aparência impecável, que se dedicava exclusivamente ao marido, aos filhos e ao lar, encontrando assim sua verdadeira realização feminina. A educação não era valorizada para além do âmbito do lar e, apesar de muitas mulheres terem cursos acadêmicos, não havia a pretensão de exercer uma profissão. Conseqüentemente o tédio, a frustração, a insatisfação, a inquietação, a fadiga e as enfermidades surgiam, provocando o que a autora chamou de problema sem nome ou mística feminina. Betty Friedan foi uma ativista feminista nos Estados Unidos e essa obra é considerada um clássico, uma grande contribuição para reflexão sobre os determinismos dos papéis de gênero.

Na segunda metade dos anos 1970, as teorias críticas feministas trilharam um projeto intervencionista e político-acadêmico, especialmente nos USA, onde conseguiram certa legitimidade acadêmica. Na França, os estudos feministas tem um quadro diverso, sendo que a facção mais representativa e internacionalmente conhecida é a da psicanálise, que é desvinculada da produção acadêmica, preferindo formas de organização independente. (HOLLANDA; 2003:15-16)

Nos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970, surge o feminismo radical, buscando encontrar a “raiz” das desigualdades sociais, a dominação masculina, ou seja, o patriarcado. As feministas radicais veem o patriarcado como um sistema de opressão inserido nas instituições da sociedade. Para elas, a primeira transformação vivenciada é a do espaço privado, sendo que a transformação do espaço público ocorre por

consequência. A prioridade nesse processo era a valorização da experiência como objeto de estudo, uma práxis que levasse à posterior abstração.

Destacamos Shulamith Firestone (1970) que aos 25 anos de idade escreve a obra “A Dialética do Sexo”. Na obra, discute a origem da opressão feminina refutando as explicações das teorias essencialistas, utilizando o método materialista-dialético de Marx. Compreendendo os mecanismos da história para dominá-los, Firestone descreve que a opressão feminina, entendida como uma opressão de classe, não é suficiente para explicar a realidade nas quais as mulheres vivem. Para a autora, a desigualdade da divisão sexual está embasada no determinismo sexual e essa é a raiz da divisão de classes e propõe extirpá-la. Portanto, o feminismo radical almeja a derrocada do patriarcado.

O feminismo da terceira onda teve seu início na década de 1990 e conserva-se até a atualidade. Concentra-se na análise das diferenças, da diversidade, da produção discursiva da subjetividade e rechaça as definições essencialistas e a ênfase nas experiências das mulheres brancas de classe média-alta, que ocultam as experiências de outras mulheres. Tal análise abriu espaço para a reflexão sobre a interseccionalidade, termo criado por Kimberlé Crenshaw, para abordar marcadores de diferenças como gênero, raça, classe para capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.

Para historiadora feminista estadunidense Joan Scott (1990), o feminismo reconhece que homens e mulheres têm experiências e vivências distintas e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes. Segundo Scott o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças compreendidas entre os sexos, uma forma primária de significar as relações de poder. Portanto, gênero é uma construção social e não é restrita à condição natural de macho ou de fêmea, assim como as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem como naturais, mas também são processos de uma construção cultural. Scott contribui para analisar as principais tradições teóricas apontando que o conceito de gênero estava limitado ao binarismo natureza-cultura e que não contemplava outras possibilidades.

Os estudos *queer* emergiram nos Estados Unidos, nos fins da década de 1980, em oposição crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e gênero. *Queer*, palavra de origem inglesa, sem tradução exata para a língua portuguesa, remete-se aos adjetivos:

vulgar; excêntrico; estranho, esquisito, fazendo referência também aos verbos “desestabilizar”, “perturbar”, (PELÚCIO, 2007)

Segundo Daniel Yago (2017) pode-se afirmar que as ferramentas conceituais do feminismo acadêmico da terceira onda foram cruciais para a inspiração dos estudos *queer*:

Os estudos queer herdaram tais tônicas não só no que se refere à crítica das representações machistas da mulher engendradas pelo patriarcado, tão bem realizada pelos feminismos radicais dos anos 80 e 70, mas também as representações de mulher engendradas pelo feminismo liberal branco, hegemônico e patriarcal, ensinada pelos feminismos pós-coloniais e de cor. (YAGO, 2017:35-40)

Para Richard Miskolci (2009), o diálogo entre a Teoria Queer e a Sociologia foi marcado pelo estranhamento, mas também pela afinidade na compreensão da sexualidade como construção social e histórica. Até a década de 1990, as ciências sociais tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade e os estudos sobre minorias terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual.

Segundo a filósofa Judith Butler (2003), o *queer* tem operado como uma prática linguística cujo propósito tem sido a degradação do sujeito ao qual se refere. Inspirada nas ideias de Butler, Pelúcio (2007) diz que apropriar-se de termos ofensivos que foram sempre impostos, a fim de subverter seu uso, é uma estratégia de desconstrução que pretende colocar em xeque os valores que sustentam esses enunciados depreciativos estreitamente associados às práticas e desejos sexuais proscritos. (PELÚCIO, 2007:35)

Judith Butler (2003) desmonta o sistema sexo gênero, abordando-o como uma nova ótica “o ‘corpo’ é em si mesmo uma construção, assim como é a miríade de ‘corpos’ que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero”. Segundo a autora, não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero; e emerge então a questão: em que medida pode o corpo vir a existir na(s) marca(s) do gênero e por meio dela? Como conceber novamente o corpo, não mais como um meio ou instrumento passivo à espera da capacidade vivificadora de uma vontade caracteristicamente imaterial? (BUTLER, 2003)

As influências dessas teorias e estudos tiveram impactos, sintetizaram ideias, sentimentos e foram incorporadas na construção de uma distinção entre o sexo/gênero, orientação sexual e identidade de gênero, o que influenciou também a luta pela cidadania

e a construção de políticas públicas. E, claro, fortaleceu a produção científica feminista, fundamentada em uma práxis política, que demonstra as fricções, contradições e disputas nos discursos, propondo e estimulando uma reflexão e transformação das relações de gênero.

Nos estudos feministas, a categoria do gênero contribuiu como uma importante resposta ao questionamento sobre a lógica da identidade e foi extremamente propositiva num momento de mudança das referências teóricas nas Ciências Humanas, estimulando a reflexão e a negação sobre as concepções do determinismo natural e biológico, contribuindo para a construção de um pensamento que abarcasse a construção cultural das diferenças sexuais.

2.3. UNIVERSO TRANS²⁰

Propomos um esboço conceitual para as expressões travestis, transexuais e transgêneros, a partir de definições citadas por pesquisadores e ativistas, intercaladas com as entrevistas coletadas durante a construção dessa pesquisa. Contudo, atentamos que tais conceituações estão em permanente construção. No caso das travestis, observamos certa fluidez, no caso das transexuais, as definições estão mais próximas do binarismo de gênero. Entretanto, consideramos que os conceitos somente podem ser legitimados pelas pessoas que os vivenciam.

Segundo Jesus (2012), são travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero.

As travestis são pessoas que preferem ser chamadas pelo gênero feminino, por “ela”, por “a travesti”, pois almejam uma mistura com as características estéticas femininas. A travesti contém a multiplicidade de gêneros, mesclando o masculino e o feminino, ao mesmo tempo em que desconstrói a lógica binária homem/mulher.

²⁰ A terminologia “universo trans” foi usada por Benedetti (2005) e convida justamente à expandir a reflexão “em função de sua propriedade em ampliar o leque de definições possíveis no que se refere às possibilidades de “transformação do gênero”. (BENEDETTI, 2008:17).

Assim, a sujeita travesti rompe com tal lógica em benefício do reconhecimento de seu gênero transposto numa “identidade política” (CIAMPA, 2002), tomando para si o gênero pautado pelo feminino, como afirma Benedetti (2005):

Um feminino tipicamente travesti, sempre negociado, reconstruído, ressignificado, fluido. Um feminino que ser quer evidente, mas também confuso e borrado, às vezes apenas esboçado. O feminino das travestis é um constante jogo de estímulos e respostas entre o contexto específico de determinada situação e os sentimentos e concepções da travesti a respeito do domínio de gênero. (BENEDETTI, 2005.)

A travesti Keila Simpson, que já presidiu da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), ao escrever o artigo “Travestis: entre a atração e a aversão” aborda a questão da definição e o enquadramento da terminologia “travesti”:

Vivemos em um país com certa intolerância em relação às diversidades existentes e há uma população que merece destaque: travestis, assim mesmo, sem artigo definido, nem masculino nem feminino para identificá-los – mesmo tendo conhecimento da existência de travestis identificados pelos dois artigos. Porém, ao analisar contextos do dia a dia usaremos o artigo definido feminino, pois é com esse artigo que as travestis mais se identificam. (SIMPSON, 2011:114 in VENTURY, BOKANY, 2011)

Para Pelúcio (2006), as travestis são “pessoas que nascem com o sexo genital masculino e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar a genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos”. Enquanto Sabatine (2008) considera que:

As travestis compartilham os anseios contemporâneos ao forjar técnicas para os cuidados do corpo, na busca de maximizar a beleza e a saúde com um modo específico de pensar e agir sobre a condução de si. Neste contexto, criam modos de vida diversos aos prescritos pelos discursos e práticas socialmente estabelecidos. (SABATINE, 2012:08)

Para Peres (2008), a decisão em tornar-se uma travesti, imediatamente, a enquadra em situação de resistência frente ao padrão heteronormativo, onde sexo/gênero/desejo/práticas sexuais são os pilares de sustentação. Esse enfrentamento aos modelos rígidos - de identidade sexual e de gênero - denuncia a inoperância de seus conceitos e definições, solicitando clarificação de valores pautados em seus contextos históricos e atualizá-los, inaugurando novos processos de subjetivação e de existencialização. (PERES, 2008:02)

Esse universo é composto por uma diversidade de elementos com os quais uma travesti terá de aprender a conviver no processo de construção de sua travestilidade e corporalidade. Quando Luana decidiu transformar seu corpo, estava na vida adulta. Durante muitos anos trabalhou como cabeleireira. Em seu relato, é possível verificar o processo de enquadramento aos modelos rígidos e à lógica binária:

Para mim foi tranquila a transformação. Para nós é sempre mais tranquila essa questão porque não observamos a transformação. Estamos na transformação A gente não percebe o quanto está mudando, mas as pessoas nos observam. Para os familiares já é o contrário. Eles percebem, a sociedade percebe também, percebe a mudança. A gente sai na rua como se nada tivesse acontecendo e começamos a observar a discriminação, porque muda. A discriminação de quando a gente é gay, quando a gente se veste como menino e que somos tratados como menina, 'é florzinha, menininha' e isso muda quando a gente se transforma para trans, né. O assédio dos homens é maior e começam alguns com uma discriminação forte. Depois vai se tornando algo cada vez difícil. Somos barradas em banheiros femininos. Viramos chacota, piadinha, tá entendendo. Procuramos emprego e não encontramos pelo fato de ser trans e é isso que acontece. (Luana Rodrigues, entrevista em 10/12/2016)

Os olhares de discriminação e estigma, somados às situações de violência e exclusões vividas, estão presentes na vida das travestis e transexuais por saírem da lógica binária e heterossexual. Goffman (1988) ao discutir as dimensões do conceito estigma aponta que os padrões normativos colocados no regulamento das relações sociais interferem nas expectativas sociais dos sujeitos de uma forma degradante. “Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída”. (GOFFMAN, 1988: 12). Vários pesquisadores (Peres, 2004; 2005; Benedetti, 2005; Pelúcio, 2006; 2007; Cardoso, 2006; Bento, 2006, Souza, 2015) demarcam em suas publicações os processos de estigma que travestis e transexuais vivenciam no Brasil.

Mara Clara é servidora pública, trabalha no Mecanismo de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos de Pernambuco. Meses antes da primeira entrevista concedida, ela foi ameaçada de morte por um agente penitenciário que não permitiu que ela fizesse seu trabalho de vistoria em uma unidade prisional, apontando uma arma para sua cabeça e chamando-a de “viado”.

Didier Eribon (2008), ao abordar o tema da injúria, menciona que, quando as palavras tornam-se uma agressão verbal, tem como consequência marcas na consciência, moldando a relação com os outros e com o mundo. O objetivo daquele que insulta é o de

estigmatizar através de olhares e discursos, produzindo no outro uma sensação de vergonha. Sendo que a injúria não é apenas uma fala que descreve. Aquele que faz a injúria quer ter o domínio sobre o outro, marcando e ferindo mais fundo sua consciência. (ERIBON, 2008: 27-29).

A falta de oportunidades dessa população no mercado de trabalho a empurra para atividades marginalizadas e perigosas, como a prostituição. Maria Clara nos relata um pouco de sua trajetória, com trechos da infância, no qual, em algum momento da vida, passou por vulnerabilidade psicológica e social.

Sou Maria Clara. Maria Clara de Sena. Sena é da minha família, parte do meu pai que faleceu quando eu tinha 09 anos de idade. Logo na infância eu me sentia diferente. Meu pai também que não entendia que significava transexualidade, que era uma nomenclatura nova. Ele me batia muito porque eu tinha um jeito feminino. Não condizia com a perspectiva dele enquanto pai de um menino, nascido menino. Mas era um pai presente, muito presente, mas com pouca informação para época. Ele faleceu quando eu tinha 09 anos de idade, foi assassinado brutalmente na esquina de casa. Foi latrocínio. A gente acha que por que ele era de um sindicato dos arrumadores e estivadores do cais... ele por saber demais, mas aí eu não tenho muita propriedade, porque é da minha infância e minha mãe não toca muito no assunto. Minha mãe teve que criar os filhos. A gente teve uma fase muito dura na época. Minha mãe reproduzia muito que meu pai fazia, ou seja, o machismo... acabou ela dando continuidade. E eu tive uma vida muito privada, não podia ter muitos amigos, não podia me socializar, porque as pessoas viam meu jeito, né. E eu também não entendia porque as pessoas me olhavam muito, porque apontavam muito, não entendia aquilo. Nunca tinha tido relação sexual nem nada, mas eu era violentada por todo mundo, pelo jeito de olhar, de se expressar comigo. E, foi quando eu vi que tinha um problema que era em relação a essa minha identidade. (Maria Clara de Sena, entrevista em 13/11/2015)

Na adolescência, Maria Clara começou a namorar uma menina, pois não entendia porque os meus irmãos namoravam e ela não. Era um namoro de “só tocar na mão e visitas”, sobretudo, para cumprir os anseios de sua mãe, “para que ela me deixasse em paz”. A essa altura, Maria Clara já tinha amigos gays, mas não compreendia o que significava a vivência travesti, relatando que na primeira vez que viu uma travesti no bairro em que morava, ficou chocada e teve aversão. Entretanto, em seu íntimo, foi edificando uma trajetória que intitula como a “busca por essa mulher que tanto sofreu”:

Com 18 anos de idade eu consegui meu primeiro emprego que era no ramo de decoração e já fazia teatro nesse período, mas sempre muito tímida. Fazia teatro e a chefe da loja que eu trabalhava descobriu que o nome da personagem que eu fazia era Maria Clara, cor de algodão, banhada a leite de coco, coberta com o mais delicioso chocolate Nestlé,

quer provar? Era o personagem. Aí ela ficava me chamando de Maria Clara, aí as clientes começaram a me chamar de Maria Clara e nome ficou até hoje. Aí eu descobri que Maria Clara tem o mesmo significado do meu nome civil, aí eu continuei como Maria Clara. E aí eu continuei como Maria Clara e, o nome ficou até hoje. Daí eu estava procurando essa mulher que tanto sofreu, mas eu não conseguia porque meus amigos eram gays. Foi quando elas começaram a se hormonizar, todas numa época só, tomando hormônio. Aí começou a aparecer os seios, ficar mais feminina e eu muito insegura, sempre muito insegura de tudo... Elas começaram a se modificar. Foi quando eu resolvi continuar os hormônios e trabalhava ainda no ramo de decoração. Mas só que aquilo não me bastava, as meninas – outras travestis - já estavam feitas, já estavam mulheres. Foi quando eu pedi afastamento do trabalho e fui para João Pessoa. Chegando a João Pessoa, eu fui atraída pelo trabalho no ramo de decorações, lá eu poderia trabalhar e buscar essa mulher que tanto sofreu e... ter uma vida de mais qualidade lá de acordo com a minha identidade de gênero. E assim, eu fiz. (Maria Clara de Sena, entrevista em 13/11/2015)

Em relação a uma nomenclatura capaz de unir todas as identidades, passo a passo, dentro do movimento social, vem sendo fortalecida a proposta de utilização da noção de "pessoas trans" como um dispositivo aglutinador das identidades "travesti" e "transexual" (CARVALHO; CARRARA; 2013).

Barbosa (2010) aponta que o uso do termo "trans" como categoria identitária é frequente entre pessoas que poderiam ser classificadas como "travestis" ou "transexuais". Para Vasconcelos (2015), que investigou travestis e transexuais em Pernambuco, o uso do termo mulheres trans é acentuado, tanto se tratando de travestis quanto de transexuais.

Quando abordadas sobre o tema da cidadania, existe uma valorização das conquistas, mas o relato reforça que é preciso sempre avançar mais:

Acredito que conseguimos avançar muito, mas ainda é pouco. Tem muitas travestis e transexuais morrendo nesse estado e no país. Somos perseguidas, ainda somos perseguidas infelizmente. Existem instituições, como as igrejas fundamentalistas, que pregam contra a nossa existência. Para encontrarmos a cidadania desejada, primeiramente, as pessoas precisam saber que nós temos sangue em nossas veias como elas, que sentimos como elas, que choramos como elas. Nós podemos amar. Nós podemos pensar. Nós podemos ajudar a construir uma realidade melhor que essa que está aí. Nós todas estamos, de alguma maneira, fazendo isso. O fato de eu ser quem eu sou não é para agredir as outras pessoas, mas também não quero que pessoas me agriam. (Maria Clara de Sena, entrevista em 13/11/2015)

A Vice-presidente da Nova Associação de Travestis e Transexuais de Pernambuco (Natraxe), Heymilly Maynard, reforça o discurso.

Hoje em dia no Recife, você vê muitas trans saindo nas ruas, mas antes não era assim. As outras trans que eu conheço e tenho admiração e sempre vou ter até o restante da minha vida, elas são de um tempo que era perigoso sair na rua porque iam levar pedrada. Elas iam ao Mercado São José e eram atacadas. Jogavam pedras no corpo delas e isso me comoveu de tal forma, de muitas estarem aqui, e outras não poderem mais estar. Elas que repercutiram toda uma luta para que eu pudesse chegar onde estou agora... De enfrentar alguém que as tratou mal dizendo: 'Você tem que me respeitar, porque não é assim que a gente não'. Eu tenho que agradecer toda luta delas, mas eu sei qual é o peso de levar toda essa luta constituída por elas até as futuras gerações que possam vir... Melhores do que eu e através delas, né.

Em campo e durante as entrevistas, tomei contato com narrativas que exibiam uma pluralidade de experiências, como o uso estratégico e alternado dos termos identitários travesti ou transexual, conforme a situação ou conversa (formal ou informal). Algumas pessoas que se identificavam como travestis comentavam o desejo em realizar o procedimento de transgenitalização. Outras pessoas que se identificavam como transexuais femininas e que conviviam bem com seu pênis preferiam ser chamadas de mulheres trans. Assim como observei narrativas nas quais travestis e transexuais se situavam enquanto mulheres travestis e mulheres transexuais.

Como afirma Peres e Toledo (2011) “travesti” é um conceito muito utilizado por personagens políticas no Brasil, o que Tathiane Araujo, ativista do movimento, também menciona, apesar de pontuar que a adoção do termo “trans” não invisibilizaria os diferentes sujeitos:

Na verdade, na Europa se chama tudo de transexual, né. Transexual, transexual... é tudo a mesma... Que no Brasil as pessoas criaram essa... conceito... tudo é travesti no Brasil. É travesti operado, é travesti... Então, é difícil você mudar a cultura e a visibilidade. E elas se enxergam um pouco como travestis... têm orgulho, parece... “eu sou travesti”. Só que travesti não é o que está no Aurélio. O que está no Aurélio²¹ é algo injusto e irreal. (Tathiane Araujo, entrevista em 19/11/2010 in CARVALHO; CARRARA; 2013).

Algo que é percebido na fala de Maria Clara é que quando ela se refere às outras militares usa o termo mulheres trans. Por outro lado, em determinados momentos reforça o termo travesti. Ao ser perguntada como ela se identificava, Maria Clara respondeu “tem gente que se incomoda de ser chamada de travesti, preferem ser chamadas por trans ou

²¹ Definição do termo” travesti” no Aurélio: 1 - Disfarce sob o traje de outro sexo, 2 - Papel de um ator com vestuários usuais no outro sexo. 3 - Pessoa que pratica o travestismo.

mulher trans. Eu não tenho problema com isso. Sou travesti, sou trans e sou mulher trans.”.

Para algumas ativistas a definição do termo “trans” também cumpre com outra finalidade almejada na antiga proposta de utilização de "transgênero": a visibilidade positiva com a eliminação do uso do termo "travesti", considerado estigmatizante, e a abreviação do termo "transexual", que teria um caráter medicalizante, conforme relato de algumas informantes. (CARVALHO; CARRARA; 2013).

Quanto à terminologia “transgênero”, Peres e Toledo (2011) mencionam que são pessoas (transformistas, drag queens, drag kings, crossdressers), que mudam suas performances de gênero com finalidades artísticas, lúdicas ou eróticas:

Atualmente, podemos definir transgêneros como pessoas que, temporariamente ou não, constroem suas estéticas e expressões de gêneros contrárias ao que é socialmente estabelecido para os nascidos com seus sexos biológicos, e que não se encaixam nas definições políticas estabelecidas para as expressões "transexuais", "travestis", "homem", "mulher" ou mesmo "lésbica", "gay" e "bissexual", categorias que traduzem mais a questão da orientação sexual do desejo que da identidade de gênero. (PERES, TOLEDO, 2011)

Pelúcio (2009) menciona que além do uso de hormônios, silicone, roupas, linguagem, dentre outros, acrescentam-se o frio, a fome, o sono e a postura - fatores que compõem a vivência travesti no jogo da sedução no mercado do sexo.

Em relação à prostituição, a estimativa feita pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), com base em dados colhidos nas diversas regionais da entidade, aponta que 90% das pessoas trans recorrem a essa profissão ao menos em algum momento da vida.

Ao meu ver a prostituição não é um problema. Minha opinião é que ela seja regularizada formalmente como profissão e não apenas ocupação como é hoje. Muitas pessoas estão nessa profissão porque não tiveram outra solução de sobrevivência. Porque a família não acolheu, a escola não acolheu, o Estado não acolheu, ou seja, o problema não é a prostituição e sim a falta de acolhimento e a falta de oportunidades.

A profissão profissional do sexo é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego e inserida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), entretanto as travestis sofrem por se identificarem por exercerem essa profissão.

Discorreremos no próximo capítulo, sobre o exercício da cidadania e a luta pela garantia dos direitos humanos de uma população estigmatizada que, todavia, segue invisível a várias políticas públicas, com o objetivo de encontrar mudanças sociais significativas decorrentes da organização social das travestis e transexuais.

CAPÍTULO III

LUTA E RESISTÊNCIA 1990-2016

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza, e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza.

Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Boaventura de Souza Santos

Através de um breve levantamento histórico a partir da década de 1990, buscamos identificar as mudanças sociais consideráveis, desde o ponto de vista da construção da cidadania, dos direitos humanos e do enfrentamento ao estigma e a discriminação à orientação sexual e identidade de gênero, dando ênfase à organização social das travestis e transexuais.

O movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis e transexuais) ganharam força e sentido no Brasil, tanto na defesa dos direitos sexuais e direitos humanos, quanto na organização social e política do país. Desempenharam um papel fundamental para garantir a visibilidade das identidades que representam. As Paradas do Orgulho destacam-se como estratégia de visibilidade massiva, onde entidades, ONGs, ativistas, homossexuais não organizados e simpatizantes à causa participam anualmente e, na atualidade, ocorrem em várias capitais e cidades do território nacional.

Os anos da década de 90 representam um período de pioneirismo em termos de políticas LGBT. Surgem associações e espaços participativos como a fundação da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), e o nascimento do ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Lutam contra a AIDS).

Posteriormente, nos anos 2000, é fundada a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA). Em 2009, outra associação nacional é fundada, a REDE TRANS - Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil. Esclarecidas de seus direitos, travestis e transexuais passaram a reivindicá-los e exigir respeito frente às suas expressões sexuais e de gêneros por meio de participação em órgãos de tomadas de decisões nas esferas municipais, estaduais e federais. (PERES, TOLEDO, 2013).

Destacamos como um marco histórico de avanço, o programa Brasil sem Homofobia, criado em 2004, sob o tripé de objetivos fundamentais: a promoção da cidadania, a equiparação de direitos e o combate à violência contra pessoas LGBT. O programa Brasil sem Homofobia resulta em uma política pública de visibilidade e garantia dos direitos de todas as pessoas representadas por essas letras identitárias, atendendo ao clamor de várias gerações que lutaram contra a violência e a violação de seus direitos.

Durante este capítulo, pretendemos localizar, imersos nesse caminho histórico, onde estão inseridas as travestis e transexuais (se estão ou quando começam a estar) e sua relação com o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e posteriormente ao Movimento LGBT.

Num esforço de organizar e abordar tais temas de forma analítica, elencando e problematizando os principais acontecimentos, apresentamos uma seleção de momentos históricos significativos. São eles: 1) Momentos que antecedem o “Reflorescimento do Movimento Homossexual Brasileiro” e o surgimento das identidades coletivas; 2) A epidemia da Aids no Brasil e seus desdobramentos no campo social, abordando a criação da Política de Aids no Brasil e o papel das Ongs Aids como mediadoras da organização social e política das travestis e transexuais; 3) O surgimento de associações LGBT de abrangência nacional, as Paradas de Orgulho e de associações específicas da organização social de travestis e transexuais; 4) As Conferências Mundiais da ONU, Plano Nacional de Direitos Humanos, o Programa Brasil sem Homofobia, as Conferências LGBT e Princípios de Yogyakarta; e 5) Avanços e Desafios do movimento travesti (visibilidade, nome social e crimes de ódio e combate à violência).

Contudo, apesar do aparente resgate linear dos acontecimentos, frisamos que eles foram resultado de um processo caracterizado por conflitos, embates e fricções, pressões nos âmbitos internos e externos, nacionais e internacionais. Além disso, resultaram de acordos entre vários atores que, inseridos em um cenário social, apesar das relações de disputa e interesses políticos envolvidos, lutavam por seus direitos e implantação de políticas públicas que os assegurassem.

3.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS AO “REFLORESCIMENTO DO MHB”

Facchini (2003) identifica que, a partir de sua análise processual demarcada por “ondas”²², a década de 1990 abriu espaço para o “reflorescimento do Movimento Homossexual Brasileiro”. O surgimento de novos procedimentos, estratégias, táticas, iniciativas e acontecimentos sociais concomitantes responderam por mudanças significativas em comparação às décadas anteriores.

Para tal, regressamos brevemente, verificando alguns acontecimentos das décadas dos anos 1960, 1970 e 1980, buscando verificar se travestis e transexuais estão inseridas ou excluídas na luta por seus direitos, quais eram as pautas problematizadoras nesse período e quais foram seus desdobramentos para os anos posteriores.

Em 1978, o jornal *Lampião da Esquina*, publicado no Rio de Janeiro e pelo grupo *Somos*, de São Paulo, questionavam e retratavam temas como gênero e sexualidade no sentido de desconstruir hierarquias pré-estabelecidas, conforme relataram MacRae (1985) e Facchini (2005).

Em suas repostagens, o jornal *Lampião da Esquina* retratava os travestis (na época o termo era usado sempre no masculino) de um ponto de vista altamente positivo, um exemplo é a produção da matéria jornalística “Travestis! Quem atira a primeira pedra?”, acompanhada de ensaio fotográfico. Na edição publicada no número 19, João Silvério Trevisan entrevista duas travestis e menciona não “conseguir disfarçar o deslumbramento”. Em relação à transexualidade, o *Lampião* publicou duas matérias. Na primeira, em julho de 1978, o assunto era a condenação do cirurgião plástico Roberto Farina por ter realizado uma operação de “reversão sexual” sete anos antes em São Paulo. A ação foi feita por um promotor público, já que o paciente, Valdir Nogueira, saiu em defesa do médico. A segunda reportagem, de abril de 1981, incluía depoimentos de travestis e suas opiniões sobre a cirurgia e com destaque maior entrevistavam Claudie, transexual que realizou a operação em Marrocos (SIMÕES; FACCHINI, 2009: 91-93).

²² Regina Facchini (2003) propõe, seguindo o modelo propositivo do movimento feminista, uma divisão dos momentos importantes e significativos do movimento homossexual de uma forma periódica, considerada por “ondas”. Na ocasião surgem as organizações Triângulo Rosa e Atobá, no Rio de Janeiro, Grupo Gay da Bahia (GGB), em Salvador, predominantemente voltado a questões políticas e conquistas de direitos. O GGB e o Grupo Triângulo Rosa são organizações pioneiras no que se refere a formalização legal como associações voltadas para os direitos de homossexuais. A “terceira onda” refere-se aos anos 90 até os dias atuais.

O Grupo Somos centrava seus esforços em promover reuniões mensais que estimulassem a reflexão em como o sujeito estava condicionado às convenções de uma sociedade marcada por uma abordagem sexista, gerando âmbitos de reconhecimento e afirmação da diversidade sexual. Nas reuniões do Somos, aprendia-se a ser “militante homossexual” (MACRAE, 1985). Logo se formaram subgrupos e o objetivo era manter uma forma de autogestão, para não ocorrer cristalização de lideranças, tendo como norma de decisão o consenso. Na prática, o resultado eram longas reuniões, com vários debates onde quem tinha mais habilidade retórica e carisma se destacava. Consenso mesmo era que os participantes do Somos deveriam ser compostos somente por homossexuais e a atitude geral era considerar a homossexualidade de cada um uma questão de foro íntimo (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Nos grupos, as reuniões tinham como mote relatos autobiográficos, com episódios de suas vidas, em que os participantes tinham oportunidade de conversar a respeito da sexualidade e homossexualidade. Essa dinâmica estabelecia um vínculo forte por parte dos participantes com o grupo, que sofriam as mesmas situações de marginalização social e sexual, podendo compartilhá-las. Houve casos de participantes que tinham assídua frequência aos grupos no auge do Somos (1979 a 1980) e deixaram cursos e empregos para devotar atenção integral, o chamado “casamento com o grupo”. (SIMÕES; FACCHINI, 2009 apud MACRAE, 1990: 128-129)

Importante ressaltar a existência de registros de grupos de travestis que já se organizavam pelo país nessa época, principalmente em resposta à perseguição policial. Luiz Morando (2014) comenta iniciativas de organização através de reportagens de jornais de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, tradicionalmente marcada por valores conservadores. Morando relata vários bailes e concursos de Miss organizados por travestis e sistematicamente repreendidos com violência pela polícia mineira, sob o discurso de moralização dos costumes. Entretanto, a violência não impediu que as iniciativas continuassem. Os concursos, realizados no Parque Municipal de Belo Horizonte - considerado um espaço de gueto²³ de homossexuais -, contavam com representantes “da Guanabara, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Minas” para eleição de representante da “classe”. Em outubro de 1966, o

²³ Perlongher (1987) in “O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo” coloca a noção de “gueto”, como área de espaço de convivência ligados à boemia e ao desejo não-convencional.

Diário de Minas reproduziu uma nota de agência internacional que anunciava a iniciativa de uma associação de homossexuais de Amsterdã para abrir uma entidade que atendesse os direitos de travestis e logo depois constata a tentativa de mobilização para organização coletiva de travestis de Belo Horizonte, em pleno período de ditadura militar:

*Os homossexuais de Belo Horizonte estão tentando fundar uma associação chamada “Liga dos Libertados do Amor”, mas a polícia de Costumes já anunciou que não vai permitir a organização da “estranha entidade” e prometeu impedir a “saliência dos travestis mineiros”. O presidente da entidade será o jovem conhecido no Maletta por Marcelo, e que tem o apelido de “La Rondinella”. Informa-se que os homossexuais de Belo Horizonte já consultaram um advogado para saber se podem imitar os “travestis” da Holanda, que têm a sua associação.*²⁴

Em Pernambuco, a capital Recife teve o bar Mustang como um gueto nos 60/70/80. O bar, em funcionamento até os dias atuais, está localizado na Avenida Conde da Boa Vista, no centro da cidade. Nesse espaço, era possível presenciar a “manifestação/expressão da homossexualidade, onde se encontravam os intelectuais, travestis, lésbicas. Era como uma tribuna viva, uma tribuna da diversidade, um ambiente anárquico e progressista do desbunde gay.”²⁵(NOVENA, et AL 2012).

A formação de espaços de circulação e áreas de socialização de homossexuais na cidade do Recife tem similaridade àquela descrita na pesquisa de Nestor Perlongher (1987), que relata as territorialidades²⁶ homossexuais nas ruas centrais da cidade de São Paulo na década de 80. Em Recife, nos anos 70 e 80, surgem novos espaços, no bairro da Boa Vista, a Terça-feira Negra, no Pátio de São Pedro, espaço dos movimentos afros que acolhiam também homossexuais. Vale ressaltar que, mesmo com a repressão acirrada, pouco a pouco vão surgindo novos bares e boates gays, a maioria deles concentrados no Bairro da Boa Vista, centro da cidade. Nestes espaços, frequentados, sobretudo por gays da classe média, eram realizados eventos como o Miss Pernambuco Gay, Gala Gay e stripteases masculino e feminino (NOVENA, et al, 2012).

²⁴ Citação do jornal Diário de Minas de 1966. Fonte: MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: James Green; Renan Quinalha. (Org.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. 1ed .São Carlos: EdUFSCAR, 2014, v. 1, p. 53-81.

²⁵ Os autores desse artigo usam o termo “desbunde gay” que, segundo Trevisan (1986), corresponde a uma série de acontecimentos em diversos espaços da vida social que trouxe à tona variadas expressões da homossexualidade no Brasil.

²⁶Territorialidades referem-se a deslocamentos espaciais e categoriais através de agrupamentos.

Alguns acontecimentos contribuíram para a organização militante dos homossexuais em São Paulo. Segundo Perlongher (1987), operações policiais conhecidas como “Operação Limpeza” e “Rondão” sob o comando do delegado José Wilson Richetti, que dizia que “a lei deve punir os travestis” e insistia que “os travestis²⁷ deviam ser presos” (PERLONGHER, 1987: 97). As operações consistiam em batidas policiais que revistavam os frequentadores dos bares da noite no centro de São Paulo, além de prostitutas, organizações coordenadas por lésbicas, mas, sobretudo, em focavam nas revistas em travestis. Uma verdadeira caçada da ação conjunta das polícias civil e militar. Segundo Antônio Spagnol, travestis passaram a ser o grupo mais visado pela polícia militar, “os comandantes da Polícia Militar de São Paulo propuseram confinar travestis em algumas zonas da cidade onde pudessem ‘transitar’”. (SPAGNOL, 2001: 108).

As operações comandadas pelo delegado José Wilson Richetti geraram indignação e uma grande mobilização do Somos. Outros grupos, inclusive grupos dos movimentos feministas e movimento negro somaram-se a mobilização. Contaram com apoio parlamentar da oposição ao governo da época e de algumas pessoas da classe artística.

Através da articulação e organização coletiva de tais grupos foi realizado um ato público em frente ao Teatro Municipal, em São Paulo, em 13 de junho de 1980. As estimativas calcularam entre quinhentos a mil participantes caminhando pelo centro da cidade sem encontrar repressão policial. As operações de Richetti foram suspensas. Essa foi considerada a primeira grande manifestação do movimento homossexual. Contraditoriamente, nesse contexto da campanha contra a violência policial, acontecia um processo de cisão do grupo Somos. (TREVISAN, 1986).

Paradoxalmente à caça policial às travestis nas ruas, outros segmentos como programas de televisão e propagandas publicitárias abrem espaço para a figura travesti. O programa Hora do Bolinha veicula um concurso de dublagens direcionado a elas. Além disso, Roberta Close, de fascinante beleza andrógina, ganha fama nacional e sua imagem é utilizada de maneira incessante pela mídia (TREVISAN, 1986: 183-185).

²⁷ O uso por parte da imprensa e da polícia do substantivo masculino “o travesti” era comum na época.

Em 1981, a modelo Roberta Close aparece durante o carnaval e já era sucesso de vendas entre as revistas do mundo artístico. No imaginário social e conservador da época, a figura travesti aproximava-se da marginalidade e, contraditoriamente, Roberta surgia como modelo midiática de sensualidade e fama. Ela realizou em 1984 um ensaio fotográfico para a revista *Playboy*, que era uma publicação voltada para o público heterossexual. E em 1990, repetiu o feito, na edição de número 176 do mês de março, com uma capa que anunciava: "Pela primeira vez, o novo corpo de Roberta Close". Considerada como um enigma, a modelo protagonizou um vídeo clipe do cantor Erasmo Carlos²⁸ e sua imagem foi geradora das maiores polêmicas sexuais do Brasil. A presença de Roberta coloca em cena nacional a discussão sobre o tema da transexualidade.



Imagem 5 - Revista Manchete número 1681, reportagem com Roberta Close, em 1984

Entre os temas que pautavam a discussão nacional, estava a questão de legitimar o termo “Orientação Sexual”, após a abertura democrática e um ano antes da promulgação da Constituição Brasileira de 1988. O objetivo era a inclusão do termo como forma de não discriminação da homossexualidade. Além dessa, outras iniciativas e campanhas foram capazes de unificar o MHB em torno da defesa de direitos civis e enquanto movimento social organizado.

²⁸ A música Close, composta por Erasmo Carlos, trecho: “Não fosse o gogó e os pés, a minha lente entrava na dela, no ponto da mulher nota dez dar um close nela.”. Fonte: <http://www.letrasdemusicas.fm/erasmo-carlos/close> Vídeo no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=xr0MjJ5PXBI>

Cabe lembrar um episódio que revela e coloca às claras que, apesar dessas campanhas comuns encampadas, existia um cenário interno controverso e que tentava excluir uma parte significativa de pessoas que partilhavam da vivência homossexual. João Antônio Mascarenhas, advogado e militante do movimento homossexual brasileiro, discursou no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, criticando o preconceito da mídia, que não distinguia entre “travesti” e “homossexual”:

Os programas de rádio, especialmente os programas de televisão e os programas do chamado teatro-revista, em geral, exibem o que eles resolveram construir, elaborar como protótipo do homossexual brasileiro... O homossexual aparece como um travesti ou quase isso. Enfim, aparece imitando uma mulher, e uma mulher vista pelo ângulo machista. Na imprensa, o preconceito também é frequente e algumas vezes de forma velada... Estabelece uma fala sinonímia, por exemplo, entre “homossexual” e “travesti-prostituto”. Frisa a homossexualidade de um delinquente, quando a orientação sexual desse não tem nada haver com o delito. (apud SIMÕES; FACCHINI, 2009: 126).

Como se buscou demonstrar, vários fatores contribuíram para esse primeiro momento ou “onda”: a formação de grupos de reconhecimento e autoajuda, a capacidade de mobilização coletiva, organização de grupos em vários locais do Brasil, participação na Constituição de 1988. Nesse momento histórico, também demonstramos que os direitos civis e busca pela cidadania das sujeitas desse estudo, travestis e transexuais, não estavam em pauta, a relevância de sua participação não era consenso e elas não estavam incluídas formalmente dentro do MHB.

Contraditoriamente, no momento de abertura democrática e nos costumes sociais, o impacto de uma nova doença constrói novos caminhos para o MHB. O surgimento da Aids trouxe à tona estigmas sociais, discriminações e preconceitos, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, trouxe avanço nas pautas reivindicatórias do movimento.

O Impacto Paradoxal da Epidemia da Aids

A Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) é uma doença que se manifesta progressivamente após a infecção pelo vírus HIV (vírus da imunodeficiência humana), que ataca o sistema imunológico, responsável por defender o organismo de doenças. As células mais atingidas são os linfócitos T CD4+. E é alterando o DNA dessa célula que o HIV faz cópias de si mesmo. Depois de se multiplicar, rompe os linfócitos

em busca de outros para continuar a infecção. Ter o HIV não é a mesma coisa que ter a Aids. (BRASIL, 2016)²⁹.

Diferente de outros vírus, o corpo humano não consegue se livrar do HIV. Isso significa que uma vez que se contrai o HIV, a pessoa viverá com o vírus. Ainda não há cura para a infecção com o HIV, entretanto existe o tratamento que pode evitar que a pessoa chegue ao estágio mais avançado de presença do vírus no organismo, desenvolvendo, portanto, a doença conhecida como Aids. Diante desse contexto, é importante ressaltar que ninguém morre de Aids, mas, sim, por doenças oportunistas causadas pela falha no sistema imunológico.

As pessoas que vivem com HIV ou com AIDS devem usufruir de todos seus direitos, no qual destacamos: o acesso à saúde de qualidade, o direito à educação, ao trabalho, ao lazer, ao transporte, assim como os direitos sexuais e reprodutivos.

Na atualidade, definições sobre o que é o HIV e Aids podem parecer mera formalidade devido à ampla divulgação realizada nas últimas três décadas depois do surgimento da epidemia e da veiculação de ostensivas campanhas de conscientização. Porém, os anos iniciais foram difíceis em relação à comunicação e informação sobre o vírus e a doença.

Daniel e Parker (1990) fizeram um estudo que amplia o conceito de epidemia em aspectos distintos ou, como chamaram, as três epidemias. A primeira epidemia é através da infecção pelo vírus HIV, imperceptível na sociedade. A segunda epidemia é a própria Aids, manifestada pelo surgimento das doenças infecciosas, pela falta de defesa do organismo, a imunodeficiência provocada pela infecção do HIV. E, por fim, a terceira epidemia que é a epidemia dos desdobramentos sociais, manifestada nas práticas sociais, culturais, econômicas e políticas públicas em relação à política da Aids.

Reforçando tais argumentos, Gabriela Calazans³⁰ (2011) menciona que o impacto da epidemia da Aids não se deu somente pela violência das mortes, sofrimento e perdas que causou, mas por retomar, de maneira extrema, a forma como a homossexualidade era tratada historicamente em nossa sociedade, ou melhor dizendo, maltratada.

²⁹ Fonte: <http://www.aids.gov.br/>

³⁰ VENTURI, Gustavo, BOKANY, Vilma (Orgs.). Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011 apud Artigo Prevenção do HIV Aids, estigmatização e vulnerabilidade

A Aids era associada a complexas noções de doença, sujeira, contaminação e perversão sexual; e o contágio, à transgressão perigosa, associada a práticas proibidas como o sexo e o uso de drogas. Os doentes de Aids tornaram-se alvo de medo irracional, de preconceito e os estigmas serviram como formas de controle e contenção moral dos chamados “grupos de risco”. (DANIEL, PARKER, 1990).

A doença, que inicialmente era abordada “como ‘peste gay’, levou à necessidade de construção de uma boa imagem pública da homossexualidade que permitisse a luta pela garantia de direitos civis” (FACCHINI, 2003: 131). E as questões relacionadas à sexualidade começaram a ser levantadas vividamente, em que discussões sobre a Aids eram frequentes, e esse fato, sem dúvida, “mexeu em velhas feridas e deu origem mais uma vez a condenações que frequentemente marcaram a política da sexualidade no Brasil” (PARKER, 1991: 247-248).

Essas “velhas feridas”, mencionadas por Parker (1991), retratam o preconceito e a discriminação aos homossexuais, como já mencionado em McRae (1985), Trevisan (1986), Daniel e Parker (1990) e Facchini (2005). Feridas novamente abertas que se tornaram maiores e mais dolorosas que a própria síndrome causada pelo vírus.

Paradoxalmente às milhares de mortes causadas pela Aids, veio à tona um sentido de urgência no enfrentamento à epidemia que motivou os militantes homossexuais ao ativismo organizado. Eles foram os responsáveis pelas primeiras mobilizações, tanto no âmbito da assistência solidária à comunidade, quanto na formulação de demandas para o poder público. João Silvério Trevisan ressalta o duplo sentido que o surgimento da doença causou ao MHB:

Ao meu ver, o vírus da Aids realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido, em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que homossexual existe e não é o outro, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum, talvez ao meu lado e – isto é importante! – dentro de cada um de nós pelos menos enquanto virtualidade. (...) A sociedade passou a debater amplamente argumentos a favor e contra sexo anal, sexo oral, perversões, quantidade de parceiros (as), uso da camisinha, sexo seguro e doenças venéreas, métodos anticoncepcionais, casamento entre pessoas do mesmo sexo, conveniência ou não da adoção de crianças em famílias não padronizadas etc. Deflagrou-se uma epidemia de informação, que não tem retorno porque deixará marcas nas próximas gerações. (TREVISAN, 1986:269).

Entre as contradições da época, de feridas abertas da discriminação à necessidade emergencial de colocar em debate questões consideradas como tabu, encontramos exemplos de escuta, apoio e amparo. Em contraposição ao preconceito, várias foram as iniciativas de solidariedade. Dentre elas destaca-se a história de Brenda Lee, travesti pernambucana que aos 14 anos veio de Pernambuco para São Paulo, instalando-se no bairro do Bixiga³¹. No ano de 1984, comprou uma casa que se tornou uma pensão para travestis e transexuais. Inicialmente chamada de Pensão da Caetana, amparava jovens abandonados e abandonadas pela família, sem apoio governamental ou de outras organizações. O espaço foi conhecido como “Palácio das Princesas”.



Imagem 6 - Brenda Lee e a apresentadora de programa de televisão Hebe Camargo.

Algumas travestis começaram a aparecer doentes. Elas foram acolhidas por Brenda. Buscando recursos para melhorar as condições de acolhimento, Brenda participou de programas de televisão, palestras, eventos em casas de shows. Foi parabenizada pela apresentadora Hebe Camargo – um ícone da televisão - e convidada a

³¹ Informações coletadas no site NLUCON através da matéria jornalística “Conheça Brenda Lee: o anjo da guarda das travestis e transexuais sem abrigo e soropositivos” disponível em: <http://www.nlucon.com/2013/11/conheca-brenda-lee-o-anjo-da-guarda-das.html> e no site Memória, História MHB e MLGBT disponível em: <https://memoriamhb.blogspot.com.br/2009/11/brenda-lee-e-o-seu-palacio-das.html>.

vários eventos com a intenção de angariar fundos. Em 1988, fundou oficialmente a Casa de Apoio Brenda Lee. Por toda militância e solidariedade “ficou famosa, em São Paulo, a pensão da travesti Brenda Lee, que passou a abrigar e sustentar dezenas de travestis infectados ou doentes de aids” (TREVISAN, 1986, p. 369).

No ano de 1996, Brenda foi vítima de homicídio. Segundo o jornal Folha de São Paulo³², Brenda havia dado queixa à polícia de que um cheque emitido por ela teria sido adulterado, supostamente por seu ex-contador. Após receber um telefonema, Lee se dirigiu ao encontro marcado pelo autor do telefonema com o fim de solucionar o caso do cheque. Não foi mais vista com vida. A missa de corpo presente foi celebrada pelo padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Menor, que veio representando o Cardeal Arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns.

3.2. ONGS: SURGIMENTO E ATUAÇÃO NO BRASIL

As Organizações não-governamentais (ONG), também chamadas na atualidade de Organizações da sociedade civil (OSC) englobam uma série de associações civis e fundações privadas, sem fins lucrativos e com objetivos comuns. Nascidas da participação social e formadas por grupos de pessoas que se reúnem em torno de um interesse ou causa comum.

A expressão ONG começa a aparecer em documentos da ONU, desde a segunda metade da década de 1940, referindo-se às organizações internacionais que se destacaram a ponto de terem direito de uma visita da ONU (GOHN, 2000). Posteriormente, o sentido do conceito ONG ampliou-se com novas formas de auto-organização da sociedade e com grande capacidade de influência.

No Brasil, esse processo nasce ainda nos anos de 1950. No início dos anos 60, vinculadas ao trabalho de educação de base, normalmente ligado à Igreja Católica. Várias das ONGs que emergem após os anos de 1970 possuíam financiamentos internacionais e,

³² Matéria do Jornal Folha de São Paulo de 31 de maio de 1996. Título: Morto travesti que cuidava de aidéticos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/31/cotidiano/40.html>. Nessa última matéria, novamente observamos que ainda não era utilizado gênero feminino para travestis. E em relação ao termo “aidético”, o mesmo foi amplamente refutado pelo movimento de luta contra Aids. Através dele a pessoa é vista como doença e não como um cidadão, associando a pessoa a uma morte anunciada. Os termos mais utilizados e aceitos pelo movimento são: pessoa “HIV positiva”, “soropositiva” ou “pessoa vivendo com HIV/Aids”. Esse último é o termo usado nessa dissertação.

também, para Maria da Glória Gohn, “o apoio de alas progressistas da Igreja Católica, que reviu suas posições quanto à organização da população para participar de movimentos e mobilizações conscientizadoras” (GOHN, 2000: 12). Tal apoio acontece, principalmente, a partir do movimento inspirado pela Teologia da Libertação³³ e da criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Na ditadura militar, as ONGs adquiriram um importante papel reivindicatório, sendo que os objetivos principais eram a defesa dos direitos humanos e políticos e luta sistemática pela democracia.

Portanto, é importante frisar a relevância do papel das ONGs nos anos 1970 e 1980 que eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, organizadas para a luta contra o regime militar e pela democratização do país (GOHN, 2013).

Com a abertura democrática, os movimentos foram mudando as posturas combativas e o papel reivindicatório. A diminuição dos movimentos sociais foi proporcional ao crescimento de redes de ONGs relata Gohn (2000). Muitas ONGs passaram a disputar com os movimentos sociopolíticos o engajamento e a fidelidade dos líderes locais e das comunidades militantes. Nos locais em que havia movimentos organizados, o modelo de ação social gerou redes de poder local com os líderes dos antigos movimentos, que passaram a atuar remuneradamente. A preocupação passou a ser a eficiência das ações e o cumprimento das metas dos projetos, pois dessas ações e metas dependia a continuação dos projetos. Dentro desse contexto, as questões ideológicas ou políticas partidárias ficavam em um segundo plano de relevância.

Foi um momento na história das ONGs que gerou uma encruzilhada, quando o papel reivindicatório entrava em jogo de forças com a necessidade de continuidade do projeto. As ONGs que eram um braço operacional, um aparato “pró-forma” para os movimentos sociais, passaram a ter outro grau de importância. Esse momento teve seus desdobramentos que influenciaram as ONGs que surgiram depois.

Nos anos 90, a luta social sofrerá mudanças significativas na concepção, funcionalidade, estruturação e papel das ONGs, que adquirem uma nova forma de associativismo. Consideradas nas décadas anteriores apenas um aparato de apoio ao

³³ A Teologia da Libertação nasceu em 1970, advinda da Igreja Católica, como resposta à contradição existente na América Latina entre a pobreza extrema e a fé cristã da maioria da população.

movimento social, consolidaram-se em uma maneira institucionalizada de organização e atuação social.

Muitos movimentos sociais se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. Criou-se um novo modelo de militância social onde mobilizar deixou de buscar com a mesma intensidade o desenvolvimento de uma consciência crítica ou o ato de protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de organizar a população para participar de programas e projetos sociais. O associativismo predominante nos anos 90 não deriva de processos de mobilização de massa, mas de processos de mobilizações pontuais. Sendo mais propositivo, operativo e menos reivindicativo, produzindo menos mobilizações ou grandes manifestações, é mais estratégico. (GOHN, 2013: 242-243).

Para Facchini (2005), nos anos 1990, as ONGs passam a possuir estruturas formais de organização interna, com elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos, com necessidades de apresentação de resultados e de expressar claramente objetivos de intervenção ou de reivindicação de direitos. Houve a profissionalização de militantes, surgimento de sedes, com telefone, endereço eletrônico, computador e também a necessidade de integrar os militantes num discurso pragmático.

Para Gohn (2011), no Brasil, a relação entre a ação das ONGs e as manifestações nas ruas inverteu-se: as ONGs tomaram a dianteira na organização da população, no lugar dos movimentos. O processo se aprofundou quando surgiu outro ator social relevante no cenário do associativismo nacional: as fundações e organizações do terceiro setor, articuladas por empresas, bancos, redes do comércio e da indústria, ou por artistas famosos, que passaram a realizar os projetos junto à população, em parcerias com o Estado.

Em relação à Aids, no início da década, nos anos 1990-1991, os acontecimentos se deram por um período de modificações importantes no contexto brasileiro e, conseqüentemente, nas respostas frente à epidemia. Época de um cenário político conturbado devido à instabilidade política e econômica do governo Collor, que foi o primeiro presidente eleito pelo povo depois da abertura democrática.

No final de 1992, Collor renuncia ao cargo após um processo de impeachment seguido de sua cassação. No período, ocorreram mudanças no Ministério da Saúde e no Programa Nacional de Aids, enquanto houve um número acentuado de aumento de casos

oficialmente notificados. Entretanto, é um período de novas iniciativas frente à epidemia no país, como a maior participação dos movimentos sociais de mulheres e profissionais do sexo (GALVÃO, 2000).

No campo das iniciativas da sociedade civil e da luta contra a Aids, alguns pontos levantados por Facchini (2005) são importantes, como o surgimento de uma nova geração de ativistas após à morte de vários outros, maior participação de outros movimentos sociais como de mulheres e profissionais do sexo e surgimento de Ongs formadas por pessoas vivendo com HIV em sua maioria.

Em 1998, a lei federal nº 9.637/98 estabelece que o Poder Executivo poderá qualificar como Organização Social (OS), pessoas jurídicas de direito privado. Outorgada pelo poder público, as OSs representam um modelo de administração de entidade sem fins lucrativos, que poderia celebrar Contrato de Gestão, possibilitando a transferência de recursos, bens e até de pessoal do Estado à entidade privada para que ela desempenhe uma determinada função.

Importante salientar que a diferença fundamental é que uma OS não nasce da participação social e pode ser criada a partir de uma demanda do poder público. Esse modelo é duramente criticado por outras ONGs que vieram da base popular, por se tratar de uma forma de privatização de serviços públicos, por não demandar licitação nem tempo mínimo de existência da entidade, abrindo espaço para o surgimento de organizações de fachada para favorecimento pessoal ou político.

Em 1999, é instituída pela lei nº 9.790/99 que deu origem uma nova qualificação no âmbito das ONGs, o termo OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), refere-se a título fornecida pelo Ministério da Justiça para aquelas organizações que visam parceria e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos.

Mediante aos conflitos de nomenclatura e de siglas, as ONGs passaram a reforçar o caráter de organização de base popular e utilizar o termo OSC (Organizações da Sociedade Civil).

A pesquisa *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil - FASFIL*³⁴, principal estudo sobre o universo das OSCs no país, utiliza um critério internacional desenvolvido pela ONU e pela universidade americana John Hopkins, composto de 05 pontos para definir a serem cumpridos para considerar uma OSC. São eles: ser uma entidade privada fora do aparelho do Estado, não ter fins lucrativos, estar legalmente constituída, ser capaz de administrar suas atividades e ter participação voluntária. Dentro de tais critérios a pesquisa relata a existência de 290 entidades sem fins lucrativos no ano de 2010. Essas entidades representam uma diversidade de organizações que realizam atividades que geram controle social, execução de políticas públicas e influência na agenda pública, proporcionando adequações e novos rumos às ações de gestão pública.

A forma de atuação das organizações é heterogênea. Existem diversas áreas temáticas das OSCs, como educação, profissionalização, crianças e adolescentes, meio ambiente, participação popular, defesa dos povos indígenas, defesa do povo negro, prevenção de doenças como Aids, entre outros. Com tamanha variedade e diversidade existem organizações com objetivos diferentes como fundações de apoio a pesquisa, santas casas, sociedade amigos de bairro, institutos empresariais, organizações assistenciais, organizações ambientalistas, organizações de direitos humanos, organizações feministas entre outras. Tal universo é conhecido como Terceiro Setor ou Sociedade Civil organizada.

As OSCs brasileiras vivenciavam momentos de dificuldades crescentes para garantir sua sustentabilidade financeira e política, devido à ausência de um marco regulatório que regulasse as relações entre organizações e as várias instâncias do poder público. As parcerias entre organizações e governos tornou-se difícil, pois a legislação não oferecia aos administradores públicos e as organizações uma segurança jurídica que amparasse as partes envolvidas.

Em dezembro de 2013, o Senado Federal aprovou um projeto de lei considerado um grande avanço pelas organizações e fruto da articulação de OSCs de todo Brasil.

³⁴ Fonte: Cartilha “Tudo que você precisa saber antes de escrever sobre ONGs” da ABONG (Associação Brasileira de ONGs). Disponível em: http://portal.convenios.gov.br/images/manuais/Tudo_que_voce_precisa_saber_antes_de_escrever_sobre_O_NGs.pdf

Tratava-se do substitutivo do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ao PL de autoria do Senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), o documento abordava diversas pautas que garantiam uma maior segurança jurídica para as OSCs nas relações com as três esferas de governo. O projeto foi discutido na Câmara dos Deputados, como PL 7168/2014 e houve a aprovação de um novo marco legal.

Com a aprovação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, foi instituída a Lei 13.019/14, houve avanços na relação de parceria entre governo e OSCs. Entretanto, um dos principais desafios do marco regulatório é a aplicabilidade da lei em todos estados, havendo a necessidade de se aprovar decretos específicos em nível estadual para garantir sua efetiva concretização nacional. Sendo assim, devido a ausência da aplicação da lei em todo território nacional, OSCs ainda vivenciam dificuldades para garantir a sustentabilidade financeira e política em vários estados brasileiros.

AIDS I e AIDS II: Projeto de Controle de Aids e DST

A partir da década 1990, é nítido o processo de pauperização³⁵ da epidemia, que trouxe para os serviços novos desafios, tanto na relação médico-paciente, como no aporte de demandas adicionais, exigindo uma adequação dos serviços assistenciais para atender essa nova população (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015a: 210).

O avanço da doença no cenário brasileiro e suas implicações sociais, a luta em estabelecer a Aids como uma questão de interesse de toda a sociedade e a emergência de respostas frente às demandas urgentes mobilizou ativistas, profissionais de saúde, pesquisadores e organizações.

De 1991 a 1996, é caracterizada a terceira fase de reações frente à epidemia de aids, descrito como o período em que os poderes públicos intervêm para coordenar e controlar as diferentes iniciativas, quando é implementado um novo modelo de gestão da epidemia de HIV/Aids (GALVÃO, 2000).

Em 1994, foi firmado um empréstimo entre o Brasil e o Banco Mundial com fins de criar o Projeto de Controle de Aids e DST, que ficou conhecido como AIDS I e trazia

³⁵ O termo pauperização designa o empobrecimento, a pauperização da epidemia significa que ela chegou às camadas mais pobres da população. Esse termo é bastante utilizado nos textos e materiais que abordam a epidemia.

o formato inovador da participação da sociedade civil, com a característica de um período marcado pela cooperação entre as ONGs e o Programa Nacional, o que alterou de modo significativo a relação entre eles e o perfil de cada um. Chequer (2010) descreve a posição do Estado naquele momento:

Como podemos perceber, o Estado é forçado a uma interação com a sociedade não apenas porque poderia pagar um alto preço político como também porque a sua intervenção na esfera social pressupõe o diálogo, inclusive em período democrático. O entendimento acerca da importância da expertise da sociedade civil como ferramenta fundamental para que a política fosse consolidada no país... (CHEQUER, 2010:128)

O projeto Aids I foi encerrado em 1998 e firmado novo acordo com o Banco Mundial, nascendo o Aids II – Desafios e Propostas, que teve a duração até 2002, possuindo como eixos norteadores a descentralização e a sustentabilidade.

Dentro desse contexto, o Brasil tornou-se pioneiro na resposta comunitária e governamental à Aids, embasado no acúmulo de experiência, no conhecimento e acesso à comunidade gerado pelos os grupos do, então, movimento homossexual, que passaram a coordenar projetos de prevenção financiados por políticas estatais de direitos humanos, controle das DST e Aids (SIMÕES; FACCHINI, 2009: 135).

A partir do Aids II (1999-2002) há a implantação do Projeto Somos, direcionado para formação e capacitação de lideranças e grupos de homossexuais em três regiões específicas brasileiras (Sul, Sudeste e Nordeste). O Somos é um projeto de capacitação e formação de homossexuais para o trabalho com DST e HIV, além da redução da vulnerabilidade social dos HSH³⁶ (FACHHINI, 2005; 166).

As ONGS/AIDS Como Mediadoras Propositivas do Movimento das Travestis

Como vimos na parte introdutória deste capítulo, grupos de travestis se organizavam no Brasil desde os anos 80. A agrupação de travestis acontecia através da autogestão e, sobretudo, era motivada em resposta à violência policial.

No início dos anos 1990, apareceram organizações de ativistas propriamente ditas. Em 1992, um grupo de travestis que se prostituía na Praça Mauá, região portuária da

³⁶ HSH – Homens que fazem sexo com homens.

cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se para formar a primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo: a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL). A instituição nasceu da necessidade de organização das travestis em resposta à violência policial, principalmente nos locais tradicionais de prostituição na cidade. As primeiras ações da associação foram no sentido de impedir a prisão indiscriminada de travestis no Rio de Janeiro (CARVALHO; CARRARA; 2013).

Segundo Chequer (2010), as ONGs/Aids funcionaram como mediadoras iniciais do movimento das travestis, direcionando projetos e eventos para essas populações. Também contribuíram para sua interação com o Programa Nacional de DST/Aids, incentivando a organização do movimento no modelo ONG. O apoio para a criação da ASTRAL, por exemplo, veio de um projeto de prevenção das DST e AIDS chamado "Saúde na Prostituição", que realizava reuniões com profissionais do sexo no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), local onde passaram a acontecer as primeiras reuniões da associação.

As ações realizadas pela ASTRAL ganharam visibilidade, o que serviu de motivação para que suas integrantes organizassem, em 1993, o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS³⁷). A iniciativa de promover o encontro foi de uma travesti chamada Jovanna Baby, que também participava da ASTRAL. Sob o título de "Cidadania não tem roupa certa", o encontro teve quórum de 95 participantes que representavam cinco estados do país. Detalharemos alguns aspectos do ENTLAIDS no próximo tópico.

Várias ONGs/Aids desenvolveram ações voltadas à prevenção do HIV/AIDS e difusão de informações sobre acesso à saúde. As ONGs/Aids direcionavam as ações para os diversos públicos (travesti, homossexual, HSH ou LGBT) e disponibilizavam seus espaços para encontros que fomentavam reflexões sobre temas como discriminação, violência, sexualidade, e forneciam ferramentas de apoio para auto-organização e visibilidade desses segmentos. As ações e o incentivo, além da vontade da ONGs/Aids, como vimos, também eram demanda de uma política nacional.

³⁷ Atualmente chamado de Encontro Nacional de Travestis e Transexuais.

Peres e Toledo (2011) relatam que, além do enfrentamento à pandemia da AIDS, as travestis possuem um território complexo de particularidades, que engloba a questão dos cuidados de si frente à construção de seus corpos, que exige uma atenção especial devido à ingestão de hormônios sem orientação médica e sem a realização de exames de dosagens hormonais e/ou de acompanhamento psicológico. Tal como Peres (2008) descreveu, existem outros problemas de saúde que as travestis podem vivenciar e que são necessárias políticas públicas que garantam a saúde integral dessas pessoas:

A grande maioria das travestis brasileiras não tem acesso a informações sobre cuidados de si e dos outros, o que evidencia que em sua maioria nada sabem sobre as técnicas de redução de danos e por isso correm riscos intensos de morbidade e de mortalidade decorrentes das práticas de transformação dos corpos pela via da injeção de silicone, e da ingestão de hormônios femininos. Trata-se de um problema grave de saúde pública que necessita urgente de programas e políticas públicas que garantam às travestis o direito de ser e de viver, de acordo com as demandas de seus desejos e necessidades básicas para que possam se sentir cidadãs de direitos e de bem estar biopsicossocial e político. E que, infelizmente, devido a valores moralistas e conservadores de muitos profissionais da saúde, bem como de legisladores e formadores de opinião pública, que pouco ou nada contribuem para a resolução desse problema que, de tão grave, se tornou um problema de saúde pública. (PERES, 2008)

A relação do movimento de pessoas trans e o Ministério da Saúde foi construída a partir da necessidade de se alertar sobre os problemas principais que travestis, transexuais e transgêneros enfrentavam, dentre eles, a ausência de humanização no atendimento público de saúde, o acompanhamento e atenção às especificidades do cuidado de si, além do prevenção ao HIV.

O formato de organização não governamental (ONG) como parte de um modelo ideal para a articulação política (Facchini, 2005; Simões & Facchini, 2009) e o início das políticas de prevenção ao HIV, em âmbito nacional, contribuíram para o avanço do movimento de travestis e transexuais, através de várias ONGs que surgiram nos anos seguintes. Essas organizações que tinham a influência dos projetos de prevenção de DST-AIDS, contribuíram concretamente para a atuação de ativistas em eventos e congressos, além da participação em órgãos de tomadas de decisões nas esferas municipais, estaduais e federais, realização de cursos de capacitação e financiamento de projetos sociais.

Com o passar dos anos e a permanência do ativismo das pessoas trans, outras pautas, igualmente relevantes, entraram na agenda do movimento na construção da

cidadania. Educação, moradia, trabalho, segurança, lazer, ou seja, direitos que somente quando colocados em prática permitem o exercício da cidadania. A práxis cidadã está imbuída da luta por direitos, que não são meramente dados, mas conquistados. A garantia de que tais direitos sejam efetivados consiste na construção de políticas públicas que os assegurem. Os passos da construção histórica que o movimento foi concretizando são os próximos temas a serem apontados.

ENTLAIDS

Os ENTLAIDS³⁸ tiveram início em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa de uma travesti chamada Jovanna Baby, como vimos, tendo como ponto de partida o enfrentamento à pandemia da AIDS, de modo a construir respostas das travestis brasileiras à prevenção do hiv/aids. Desde então, os encontros passaram a ter periodicidade anual e se tornou um dos maiores eventos para a população trans no Brasil. A infraestrutura era financiada em parceria com Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde

As propostas do ENTLAIDS orbitam em três eixos principais: 1) prevenção às DST/HIV/AIDS, 2) promoção da cidadania e 3) redução da violência e do estigma. Estimula-se a mobilização de várias representantes dos estados do Brasil para o debate e a construção de propostas sobre o enfrentamento da epidemia e a promoção dos direitos humanos, além de identificar estratégias para o melhor acesso aos serviços do SUS, formar novas lideranças trans em aspectos técnicos, políticos e qualificar a atuação local.

Nesses vinte e três anos de existência do encontro, os temas foram parecidos, variando apenas o tom e ênfase, ou uma campanha em particular. O que leva a observar que, nesses anos, o Estado brasileiro não tem sido eficaz e se comprometido com a mudança real da vida das pessoas trans. Por outro lado, as ativistas trans continuam promovendo o encontro por acreditarem ser um espaço importante de aglutinação, resolução de pautas essenciais para o movimento. Sem dúvida, tal articulação possibilitou às organizações de travestis e transexuais o diálogo mais estreito com o poder público,

³⁸ Os ENTLAIDS aconteceram nas seguintes cidades: Rio de Janeiro (1993, 1995, 1996, 1998, 2009), Vitória (1994), São Paulo (1997, 2007), Fortaleza (1999), Cabo Frio (2000), Porto Alegre (2003), Campo Grande (2004), Florianópolis (2005), Goiânia (2006), Salvador (2008), Aracaju (2010), Recife (2011), Brasília (2012), Curitiba (2002 e 2013). Em 2014 ANTRA a realização do XXI ENTLAIDS adiou o encontro por questões inseridas em um contexto maior (recessão econômica, mudanças políticas, entre outras).

além de aumentarem as reivindicações de maior participação no próprio espaço do movimento LGBT. A importância desses encontros nacionais, como espaços de fortalecimento político, está presente na fala de Keila Simpson:

Quando eu fui para esses encontros... eu comecei a ir anualmente... eu tive a clara impressão e a convicção de que a gente poderia modificar as coisas a partir de lá. Eu não estava errada. Eu não estava errada porque, a cada ano que passava, se juntavam mais travestis... a cada ano que passava, eram mais pessoas que chegavam nesses encontros. A gente começava a pensar: "gente, parece que todo mundo acordou! Parece que todo mundo está reagindo!". E esses encontros eram importantes porque sempre no último dia a gente fazia uma manifestação ou uma passeata pelas ruas de onde o encontro era sediado, ou um ato público em algum monumento público, em alguma praça; para que a gente demarcasse naquela cidade que a gente estava ali e que estava reagindo. (Keila Simpson, entrevista em 18/06/2010 in CARVALHO; CARRARA; 2013: 05).

Tal reação, mencionada pela travesti Keila, somente era possível através de militância comprometida com as demandas do movimento. Na ocasião da XVIII edição do ENTLAIDS, Peres e Toledo (2011) relatam que, em suas plenárias finais, foi presenciado a aprovação de propostas de reivindicações junto aos Ministérios Federais, e, em especial, ao Ministério da Saúde. Uma delas é o apelo à capacitação de profissionais da saúde para que tenham melhores tratamentos com as pessoas trans.

Em todos os anos, o ENTLAIDS buscou promover o enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS e a promoção dos direitos humanos da população T. Nos encontros, a motivação era de formular novas propostas para o enfrentamento da epidemia, contribuindo para uma maior aproximação dessa população com o SUS e suas ações. Além disso, o encontro visava contribuir para a reflexão sobre estratégias de minimização da violência e a redução dos estigmas dos quais travestis e transexuais se tornam vítimas cotidianamente, promovendo momentos para estimular a autoestima e interação, com a estratégia de inserir travestis e transexuais no processo público de ensino-aprendizagem, com as diversas formas de cultura e ações artísticas. O ENTLAIDS tornou-se um espaço de formação de novas lideranças do movimento social de travestis e transexuais que atuam na prevenção das DSTs/HIV/AIDS e na promoção dos direitos humanos das pessoas trans em âmbito nacional.

3.3. ANTRA E REDE TRANS

No ano de 2000, a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA) se estabelece juridicamente. A organização impulsiona a participação das travestis e transexuais nas instâncias de diálogo e interlocução com agências públicas atuando como proponente de políticas públicas.

Em 2009, outra organização de cunho nacional é fundada, a REDE TRANS - Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil. A Rede Trans realiza além da atuação social e articulação com agências públicas, um monitoramento sistemático de violências contra Pessoas Trans no Brasil, abrangendo violações de direitos humanos, suicídios, assassinatos e tentativas de homicídio contra travestis, transexuais e homens trans.

A REDTRANS foi constituída visando refletir acerca dos desafios do reconhecimento dos direitos sociais das pessoas trans e sua situação de exclusão social. Para a formalização da rede, foram levadas em consideração as experiências das militantes do movimento TRANS na luta pela defesa dos conceitos de direito, gênero, identidade, diversidade e, sobretudo, quanto rechaço da visão transexualidade como patologia. A REDTRANS, além de discutir esses conceitos, tem a intenção de influenciar na formação de uma consciência política, assim como sobre refletir o preparo/despreparo dos profissionais que estão à frente das políticas públicas quanto a essas questões. Em síntese, o trabalho desenvolvido pela REDTRANS abrange a análise do processo de construção dos direitos sociais das pessoas TRANS, ponderando as conquistas nos âmbitos político e social.

Segundo Carvalho e Carrara (2013), o surgimento da REDTRANS apontou tensões dentro do movimento de travestis e transexuais:

Em meio às disputas e aos debates em que esta rede nasceu, em grande medida a partir de um 'racha da ANTRA', as tensões e as distinções identitárias reaparecem com força. Este cenário de disputa em torno das definições das categorias 'travesti' e 'transexual'. (CARVALHO; CARRARA; 2013: 02).

Percebe-se que há a existência de uma tensão entre grupos que incorporam diferentes identidades coletivas. Por um lado, a argumentação de que "não se é uma mulher transexual", mas "uma mulher que vivencia a transexualidade" possibilitou a reivindicação de algumas militantes para ocupar espaços políticos destinados às mulheres. Essa tem sido a posição da REDTRANS.

Por outro lado, houve o fortalecimento da política identitária de "ser travesti" e "ser transexual" pelos setores que permaneceram junto à ANTRA e ao movimento LGBT em geral. Essa posição tem gerado conflitos em torno do que deve ser mais valorizado, uma suposta união voltada para uma nomenclatura única ou o respeito às identidades autoatribuídas e suas multiplicidades.

Os conflitos internos, a competição de ideias e as fricções fazem parte da dinâmica dos movimentos sociais, por vezes influenciados por conjunturas históricas e contextos nacionais. Entretanto, a existência da ANTRA e da REDTRANS reforça a necessidade e o sentido de luta por políticas sociais para essa população.

A existência de duas associações nacionais levanta o questionamento do por que não existem registros da quantidade de pessoas trans no Brasil. Nos dados do último censo do IBGE (2010), estão enquadradas estatísticas de gênero embasadas no sexo biológico, sendo assim, a identidade de gênero não é considerada. Com inexistência de dados a construção de políticas públicas direcionada para as pessoas trans torna-se mais morosa. Essa inexistência de dados se contrapõe à realidade que encontramos no cotidiano e na participação social organizada, as pessoas trans existem e tem direitos garantidos pela Constituição Brasileira. O acesso à saúde de qualidade, o direito à educação, ao trabalho,³⁹ ao lazer, ao transporte estão garantidos por lei as cidadãs e cidadãos brasileiros, e o papel da ANTRA e a REDTRANS tem sido fundamental na defesa da garantia de tais direitos.

3.4. PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

A partir dos anos de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu grandes conferências internacionais⁴⁰ que tratavam de temas globais como meio ambiente, direitos humanos, gênero, desenvolvimento social, alimentação, combate ao racismo, xenofobia entre outros. A partir das conferências, a ONU produziu uma série de prioridades na agenda internacional. Dentro desse processo, o Brasil participou

³⁹

⁴⁰ Meio-ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92) no Rio de Janeiro, 1992. / Direitos Humanos, Viena, 1993. / População e Desenvolvimento, Cairo, 1994. / Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, Copenhague, 1995. / IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, Beijing, 1996. / Habitat II, Istambul, 1996. Alimentação, Roma, 1996 / Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, Durban, 2001.

ativamente das conferências mundiais através de delegações e proporcionou impacto e influência nas políticas nacionais.

No período do governo Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como governo FHC, visualizam-se algumas ações governamentais em direção à promoção de direitos da população dos homossexuais, sobretudo no âmbito da saúde. Após três anos da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em 1996, pela primeira vez na história do país, houve um reconhecimento público que contemplasse homossexuais no campo da promoção dos direitos humanos através do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) (FACCHINI, 2009).

Em 2001, uma ação propositiva da delegação brasileira que participou da Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial e Xenofobia realizada em Durban causa impacto internacional. Na ocasião, a delegação brasileira propõe que seja incluída nas suas resoluções uma cláusula de não-discriminação por orientação sexual. Apesar da rejeição da proposição e sua retirada do documento final, produziu reflexos na institucionalidade brasileira, com destaque para a criação no mesmo ano do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) (DANILIAUSKAS, 2011). A conferência de Durban foi significativa no sentido de inserir as demandas LGBT na agenda política brasileira, trazendo uma importante inflexão no olhar para a promoção de direitos humanos, que tem impacto no modo como políticas públicas e estruturas governamentais são geradas a partir de então: várias formas de intolerância podem se entrecruzar ou se potencializar mutuamente (FACCHINI, 2009: 135-136). Consequentemente, no ano seguinte, 2002, foi realizada a elaboração do PNDH II, que incluiu algumas ações direcionadas à população LGBT.

Em suma, os dois mandatos do Governo FHC tinham como característica a aproximação e articulação entre o Estado e o Movimento, porém as políticas priorizadas foram direcionadas à saúde. Sendo assim, se avançou o quanto se pode nesse campo, principalmente no que se refere à prevenção ao HIV/AIDS. No entanto, em relação a outras pautas reivindicatórias, além do campo da saúde, como a educação, o combate à violência e discriminação, o avanço tão esperado não aconteceu.

3.5. ABGLT E AS PARADAS DE ORGULHO

Dois importantes fenômenos aconteceram na metade dos anos 90 e no início dos anos 2000: a formação de associações e redes no âmbito nacional e as Paradas de Orgulho.

No ano de 1995, é fundada a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis), reunindo cerca de 200 organizações espalhadas por todo o Brasil. Mas foi em 1997 que o termo "travesti" passou, então, a fazer parte oficialmente da sigla e também do nome dos encontros nacionais. Já o termo "transexual" entrou formalmente mais tarde, na década de 2000.

Frisamos que, pelo observado até aqui, todas as entradas de siglas identitárias no movimento, historicamente, foram acompanhadas de embates internos. Como podemos resgatar na entrevista da ativista travesti Jovanna Baby concedida à Carvalho e Carrara (2013):

Eles [gays e lésbicas] não queriam por hipótese alguma colocar o T. Aí, a partir de lá, que nós brigamos e conseguimos aprovar o T. Aí, a partir daí, que as travestis começaram a participar... e ainda de forma tímida, e ainda muito discriminadas. A gente ia para os eventos e eles nos discriminavam. Eles ficavam de longe apontando na hora que a gente ia comer, na hora do café da manhã. Não queriam dividir apartamento, não queriam sentar na mesma mesa do café, do almoço, do jantar. (Jovanna Baby, entrevista em 18/06/2010).

A ABGLT tem como missão⁴¹ promover a cidadania e defender os direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, contribuindo para a construção de uma democracia sem quaisquer formas de discriminação, afirmando a livre orientação sexual e identidades de gênero. Entretanto, é preciso frisar que nem todos os grupos existentes se associaram à ABGLT, mas assinalar sua criação dá uma noção do crescimento do movimento no Brasil.

Além do surgimento da ABGLT, tinha início uma estratégia de mobilização massiva pelo movimento homossexual: as Paradas do Orgulho, escolhendo-se o mês de junho para a realização de manifestações mais massivas, em referência à resistência de Stonewall. Esse episódio serviu para o fortalecimento do movimento homossexual norte-americano e foi inspirador para vários países, incluindo o Brasil, que passou a adotar estratégias similares às que ocorriam nos Estados Unidos.

⁴¹ <http://www.abglt.org.br/port/missao.php>

O bar LGBT Stonewall Inn situado na cidade de Nova York, em 28 de junho de 1969, uma sexta-feira, foi palco de diversos conflitos entre a polícia e os frequentadores do local, que resistiram a prisões arbitrárias. Para Peter Fry e Edward MacRae (1985), o episódio chamado de “Rebelião de Stonewall” foi, para o movimento homossexual, algo parecido como a tomada de Bastilha para a Revolução Francesa. O que era simplesmente uma batida policial de rotina transformou-se em uma reação inédita que durou um fim de semana inteiro. Gritava-se palavras de ordem “Sou bicha e me orgulho disso” e “Poder Gay”. Pouco depois, a Frente de Libertação Gay lançou seu jornal, *Come Out* (“Assuma-se”) e decretou-se o “Dia de Orgulho Gay” norte-americano. A data foi considerada um marco da resistência americana e deu origem às Paradas de Orgulho Gay nos Estados Unidos (FRY; MACRAE, 1985: 96-97)

Segundo França (2006), o mito de origem do surgimento das Paradas no Brasil tem suas controvérsias, porque várias experiências nesse sentido já vinham acontecendo desde a década anterior. Em 1982, o GGB (Grupo Gay da Bahia) realizou a “Semana do Orgulho Gay e da Visibilidade Homossexual”. Em 1995, no XVII Encontro da ILGA (International Lesbian and Gay Association), houve uma marcha reunindo cerca de 3500 pessoas. Outros creditam a manifestação ocorrida no VIII EBGL (Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas), em 1995, como o marco de origem (FRANÇA, 2006: 107-108).

A onda de visibilidade é uma característica dos anos 1990. As Paradas de Orgulho contribuíram para a estratégia do movimento no que tange à visibilidade pautada no reconhecimento e orgulho, o que marcava a sensibilidade da época:

para que se afirmasse a ideia de “orgulho gay” e se caracterizasse a segunda metade dos anos 1990 como um período de efervescência, o que foi de certa forma incentivado pela grande imprensa e principalmente pela mídia segmentada, como ilustra o artigo publicado na Revista Sui Generis: “se você ainda não relaxou, aprenda a se divertir. Saia de casa desencanado, nem ligue se vai ouvir desaforos de algum aleijo. Não dá mais para ficar se sentindo ‘inferior’. Essa postura ficou para trás, em algum lugar dos anos 80. Você está nos anos 90, meu bem. É tempo de gozar (com camisinha!). E sentir orgulho disso! (FACCHINI, FRANÇA: 2009 apud HIDALGO, 1995:23).

Seguindo essa dinâmica de visibilidade massiva, afirmação positiva e celebração do orgulho, foi que, em 1997, aconteceu a I Parada do Orgulho GLBT em São Paulo, reunindo cerca de 2000 pessoas. A cada ano, somam-se mais pessoas, tornado-se uma manifestação de multidões. A ressonância das Paradas de Orgulho em vários segmentos

sociais fez com que acontecesse maior participação. Cresceu o número de Paradas de Orgulho também em outras capitais do Brasil.

Porém, mesmo com a afirmação positiva das várias identidades que celebravam o orgulho em ser homossexual, as fronteiras ainda eram demarcadas entre gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros. Tais fronteiras emergem em situações do cotidiano, suscitando embate e fricção. Conforme aponta França (2006), dá-se então o conflito entre os que apoiam as travestis e usam um discurso de inclusão e união de forças e os que raciocinam no eixo da segmentação de cada uma das identidades. Através de uma situação que envolve a proibição de travestis em entrar em saunas a autora levanta a problematização que aborda a dificuldade de transpor a reivindicação de igualdade para o cotidiano, além da Parada de Orgulho. O texto indicado por França foi retirado de um fórum da revista Mix Brasil:

(...) o que pode ser maior que o preconceito? Simples, o preconceito de quem se diz vítima do preconceito. Não há razão aceitável para impedir que as travestis irem à sauna. (...) Nas passeatas de orgulho gay vemos frases pedindo aceitação e igualdade, mas como levar a sério, se aqueles que a pedem muitas vezes agem de forma ainda mais reacionária? Como homossexuais podem exigir direitos, se ainda hoje agem dessa forma com pessoas que deveriam ser suas parceiras na luta pela igualdade? (FRANÇA; 2006: 250)

Sem dúvida, o fenômeno da Parada do Orgulho foi acompanhado de um reconhecimento e ascensão numérica. Em São Paulo, foi criada uma associação para cuidar da organização. A Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT) foi fundada em 1999 por militantes de diversos grupos ativistas para organizar a manifestação, devido ao rápido crescimento do número de participantes em suas três primeiras edições, de 2 mil para 35 mil pessoas. Em 2008, a APOGLBT alterou a sigla para LGBT, adotando o novo nome: Parada do Orgulho LGBT. Atualmente, em São Paulo, a manifestação, que é um misto de celebração, protesto, festa e alegria, é uma das maiores do mundo. Passo a passo, a manifestação entrou no calendário de várias capitais do Brasil. No estado de Pernambuco, por exemplo, além da capital Recife, a Parada acontece nas cidades de Paulista.

Importante citar que, a partir dos anos 2000, outra forma de mobilização homossexual apareceu, foram os "beijaços"⁴². Inspirados nos *Kiss-in* norte-americanos, eles também aparecem como uma estratégia de inovação no país, tendo como consequência a visibilidade.

3.6. PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA E I CONFERÊNCIA LGBT

No primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007), articulações entre as questões LGBT atreladas aos direitos humanos tiveram novos e significativos avanços: 1) A criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que passa a ter status de ministério e incorpora o CNCD, como instância de participação e controle social e 2) A designação de um grupo de trabalho para elaborar um plano de combate à homofobia, que deu origem ao “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB⁴³ e de Promoção da Cidadania Homossexual” em seu formato interministerial. (DANILIAUSKAS, 2009).

Mediante a pressão dos movimentos sociais, mais especificamente do movimento homossexual em todo esse processo e o comprometimento do governo Lula com tais movimentos, é que surge o programa Brasil sem Homofobia (BSH), em 2004⁴⁴. O programa, que é uma iniciativa pioneira, consiste em uma série de diretrizes voltadas às políticas públicas que demonstravam a necessidade de se criar mecanismos para minimizar a violência atrelada à homofobia e ao sexismo, com o objetivo de “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004: 11).

O programa foi fruto do esforço de uma comissão de trabalho de vários atores e representações, entre eles ativistas da causa LGBT, ONGs e representantes de entidades nacionais e estaduais do movimento LGBT. Além disso, houve colaborações de membros da comunidade acadêmica, além de membros de diversas secretarias ministeriais. A

⁴² O “beijaço” consiste em uma demonstração pública de afeto entre homossexuais em locais em que esta prática é coibida, buscando visibilidade para esse público.

⁴³ Na época, a sigla usada era GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais).

⁴⁴ BRASIL. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF, 2004.

Disponível: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf

proposta é inédita por se tratar do surgimento de um programa governamental criado em conjunto com o movimento LGBT.

O BSH tem como característica a articulação de políticas de promoção da cidadania homossexual, articuladas por políticas de segurança, educação, saúde, trabalho e cultura, com promoção dos direitos humanos, combate à homofobia e à discriminação por orientação sexual. Foi constituído por cinquenta e três ações, que também incluem políticas para a juventude, mulheres e contra o racismo. Conforme observado por Facchini (2009), esse formato de um programa que articula a ação de diversos ministérios remete a duas noções que se tornam recorrentes no vocabulário das políticas públicas brasileiras neste começo de século: transversalidade e intersetorialidade.

O tema da violência letal contra homossexuais é um dos pontos principais do Programa BSH e com a maior justificativa. Abordaremos o tema da violência mais adiante, com mais detalhes, atentando à violência contra travestis e transexuais. Entretanto, consideramos importante ressaltar argumentos contidos no texto-justificativa do BSH, onde se considera a violência letal contra homossexuais - e mais especialmente contra travestis e transgêneros - sem dúvida uma das faces mais trágicas da discriminação por orientação sexual ou homofobia no Brasil. Tal violência tem sido denunciada com bastante veemência pelo movimento, por pesquisadores de diferentes universidades brasileiras e pelas organizações da sociedade civil, que têm procurado produzir dados de qualidade sobre essa situação. Observam-se, ainda, grandes dificuldades na investigação de práticas de violência e discriminação que atingem gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais e, sobretudo, na efetivação de ações punitivas. Esse cenário tem sido também enfatizado por pesquisas cujos resultados apontam para a persistência nesse campo de concepções preconceituosas e equivocadas, que acabam por determinar um alto grau de impunidade, principalmente, quando tratam de violência cometida contra travestis e transgêneros (BRASIL, 2004: 16-18).

A partir de 2005, como desdobramento das propostas do BSH, foram implantados 15 Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (CRDHCH) e, no ano seguinte, outros 30, em todas as capitais estaduais e em algumas das principais cidades do país, com o objetivo de prestar assistência jurídica, psicológica e social à população LGBT. Além disso, ainda em 2006, a SDH estendeu o projeto dos CRDHCH para as universidades, a fim de investir, com recursos de capital, na implementação de

Núcleos de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (NRDHCH), em oito instituições públicas de ensino superior⁴⁵.

Cabe destacar que fez parte da Comissão Provisória de Trabalho, que deu origem ao BSH, a travesti e advogada Janaína Dutra, que deu sua valiosa contribuição ao programa. Janaína faleceu em 2004 em decorrência de um câncer no pulmão. De sua trajetória pessoal e militante surgiu o documentário chamado “Janaína Dutra – Uma Dama de Ferro”⁴⁶. Foi a primeira travesti no Brasil que conseguiu sua carteira e filiação junto à OAB. Em 1989, tornou-se militante dos direitos humanos dos homossexuais, ocupando a vice-presidência do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), de Fortaleza.

Janaína também contribuiu com a fundação da ATRAC – Associação de Travestis do Ceará. Exerceu o cargo de Secretária de Direitos Humanos (suplente) da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros. Foi também presidente da ANTRA – Articulação Nacional de Transgêneros e membro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Lutou incessantemente pela cidadania das travestis, transexuais e transgêneros contra o preconceito com uma mensagem de respeito e autoestima. Perguntada sobre certa estranheza de alguns olhares pelo fato de ser travesti e advogada, respondeu⁴⁷:

É mais fácil você contratar um advogado que fale grosso, que tenha bigode, que coce o saco, o que essa metamorfose ambulante, esse objeto não identificado que, quando você olha diz: É um homem? É uma mulher? É uma sereia? É um tubarão? É um macho? É uma fêmea? E o que me faz sentir bem com a minha travestilidade é essa androginia que passo para as pessoas, de ser uma metamorfose ambulante de não ter um contexto, uma definição. Eu sou aquilo que seus olhos veem. (SIMPSON, 2011: 117)

⁴⁵ No "Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" (PNPCDH-LGBT), em relação à ação 1.1.22 ("Apoiar a criação de Centros de Documentação e Referência de temas relacionados à população LGBT no Brasil") integrante do Plano Nacional LGBT, consta a seguinte informação: "a GLGBT/SDH/PR [Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais/Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República] encerrou no dia 07 de maio edital de chamamento público para 12 Centros de Referências. Totalizando em 2010 a implantação de 29 equipamentos"

⁴⁶ Documentário Janaína Dutra – Uma Dama de Ferro, 2011, de Vagner de Almeida

⁴⁷ Fonte: Citação retirada do Artigo de Keila Simpson (2011) Travestis: entre atração e aversão in VENTURI, Gustavo, BOKANY, Vilma (Orgs.). Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

Através do exemplo de Janaína Dutra é possível perceber que a contribuição das pessoas trans sempre esteve presente na luta pela garantia dos direitos LGBT. Paralelamente às questões ligadas à saúde, as travestis e transexuais lutavam pela questão do uso do nome social. Segundo o documentário, Janaína sempre acreditou que todo processo de mudança passaria pela educação, ela dizia que era pela educação que se alteraria a cultura do país e a consequência seria a transformação da vida das travestis.



Imagem 7 - Foto Janaína Dutra

Em 2008, aconteceu a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Sob o tema "Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)", a evento contou com uma importante mudança, foi decidida a adoção da sigla LGBT, ao invés de GLBT, considerando as mulheres lésbicas, que além de sofrer consequências com a lesbofobia, também são vítimas do machismo.

A I Conferência Nacional LGBT foi convocada e teve a presença do então presidente Luís Inácio Lula da Silva e, na ocasião, ocorreu o lançamento do "Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" (PNDCDH-LGBT). Esse possuía como principais objetivos:

I - propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT; II - avaliar e propor estratégias para fortalecer o

'Programa Brasil sem Homofobia' (BRASIL, 2008b) e publicação do decreto que cria o "Programa Nacional de Direitos Humanos 3" (PNDH-3), em 2009.

A partir de uma apresentação sumária das características principais de cada uma dessas iniciativas, pode-se refletir de maneira mais ampla acerca do processo de formulação e implementação de políticas públicas para população LGBT no Brasil. Apesar de toda a construção e luta, segundo a ABGLT⁴⁸, a maioria dos Estados não instituiu o “tripé da cidadania” (Coordenadoria, Conselho LGBT e Plano de Combate à Homofobia), os que o fizeram, majoritariamente, não destinaram recursos orçamentários adequados às políticas. A imensa maioria das prefeituras ignora o tema das políticas públicas LGBT, não instituindo nenhuma ação de combate à homofobia. Para ABGLT ainda existem muitos desafios como a ausência de marco legal, o Congresso Nacional não aprovou nenhuma lei referente à cidadania LGBT, a não ser indiretamente na lei Maria da Penha e no Estatuto da Juventude. Além disso, o crescimento do fundamentalismo religioso que avança sobre a laicidade do Estado, pressionando governos e partidos, incidindo adversamente na elaboração legislativa e nas políticas públicas.

Entretanto, mais de dez anos após o surgimento do programa Brasil sem Homofobia, a violação de direitos e a violência persistem. Proliferam os crimes de ódio, sobretudo contra pessoas trans. O Brasil está no topo do ranking de países com o maior número de assassinatos de travestis e transexuais do mundo. Sob a sombra do posicionamento conservador entrelaçado com fundamentalismo religioso, políticas públicas conquistadas estão sendo questionadas no campo político, enquanto ativistas ressaltam o caráter laico do Estado para a manutenção dessas políticas.

3.7. PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA

No que tange a avanços importantes em relação à temática de direitos humanos, destacamos o mérito de uma publicação redigida durante uma Conferência na Indonésia. Trata-se dos Princípios de Yogyakarta⁴⁹. Foi realizada em 2006, na Universidade Gadjah Mada, em Yogyakarta, Indonésia, com o objetivo de produzir um documento que servisse

⁴⁸ Fonte: Entidade aponta os desafios do movimento LGBT: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/entidade-aponta-avancos-e-desafios-do-movimento-lgbt/>

⁴⁹ http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf

de parâmetro para a interpretação de questões internacionais que envolvem questões de orientação sexual e identidade de gênero. A reunião ocorreu com a presença de 29 especialistas de 25 países, incluindo o Brasil, com experiências diversas e conhecimento relevante das questões da legislação de direitos humanos.

O documento, finalizado em julho de 2007, possui 29 princípios⁵⁰ e é uma síntese de tratados e convenções celebrados e ratificados por um número significativo de países, podendo ser aplicados em situações de discriminação e injustiça derivada da orientação sexual e identidade de gênero. Cada princípio é acompanhado de informações detalhadas de execução pelas Nações.

Segundo Guimarães (2004), os Princípios de Yogyakarta devem ser efetivamente aplicados pelos Estados, uma vez que as regulamentações existentes sobre direitos humanos já foram ratificadas em diversos tratados internacionais (GUIMARAES, 2004, p. 91).

Retomaremos a relevância de tais princípios ao abordar a temática do Nome Social, uma pauta reivindicatória do movimento das travestis e transexuais em todo território nacional, a partir do Princípio 3) Direito ao Reconhecimento Perante a Lei.

Nota-se que o teor dos princípios de Yogyakarta tem influência nas ideias feministas e na teoria queer, conforme vimos no capítulo 2, o que se pode verificar nos parágrafos a seguir:

Muitos Estados e sociedades impõem normas de gênero e orientação sexual às pessoas por meio de costumes, legislação e violência e exercem controle sobre o modo como elas vivenciam seus relacionamentos pessoais e como se identificam. O policiamento da

⁵⁰ PRINCÍPIOS: 1). Direito ao Gozo Universal dos Direitos Humanos; 2). Direito à Igualdade e a Não-Discriminação; 3). Direito ao Reconhecimento Perante a Lei; 4). Direito à Vida ; 5). Direito à Segurança Pessoal ; 6). Direito à Privacidade; 7). Direito de Não Sofrer Privação Arbitrária da Liberdade; 8). Direito a um Julgamento Justo ; 9). Direito a Tratamento Humano durante a Detenção;10). Direito de Não Sofrer Tortura e Tratamento ou Castigo Cruel, Desumano e Degradante, PRINCÍPIO 11). Direito à Proteção Contra todas as Formas de Exploração, Venda ou Tráfico de Seres Humanos; 12). Direito ao Trabalho;13). Direito à Seguridade Social e outras Medidas de Proteção Social, 14). Direito a um Padrão de Vida Adequado; 15). Direito à Habitação Adequada, 16). Direito à Educação, 17). Direito ao Padrão mais Alto Alcançável de Saúde; 18). Proteção contra Abusos Médicos;19). Direito à Liberdade de Opinião e Expressão;20). Direito à Liberdade de Reunião e Associação Pacíficas;21). Direito à Liberdade de Pensamento, Consciência e Religião; 22). Direito à Liberdade de Ir e Vir;23). Direito de Buscar Asilo 24). Direito de Constituir uma Família; 25). Direito de Participar da Vida Pública ; 26). Direito de Participar da Vida Cultural;27). Direito de Promover os Direitos Humanos;28). Direito a Recursos Jurídicos e Medidas Corretivas Eficazes;29). Responsabilização (“Accountability”)

sexualidade continua a ser poderosa força subjacente à persistente violência de gênero, bem como à desigualdade entre os gêneros. Entretanto O sistema internacional deu passos significativos na direção da igualdade entre os gêneros e na proteção contra a violência na sociedade, comunidade e família. Além disso,

1) Compreendemos orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.

2) Compreendemos identidade de gênero a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.

O Brasil não possui uma legislação de identidade de gênero como outros países, como a Argentina, Colômbia, Uruguai, Espanha, Inglaterra e Portugal. Na Argentina, país fronteiriço ao Brasil, foi formulada a lei 26.743 a partir dos Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação do Direito Internacional de Direitos Humanos às Questões de Orientação Sexual e Identidade de Gênero. A nova legislação vai além do reconhecimento formal e garante não apenas a alteração de registros e documentos conforme a “identidade de gênero autopercebida”, mas também inclui nos sistemas públicos de saúde as intervenções cirúrgicas e os tratamentos hormonais que forem necessários.⁵¹

⁵¹ Matéria da página da ONU no Brasil: ONU parabeniza Argentina por lei de identidade de gênero <https://nacoesunidas.org/onu-parabeniza-argentina-por-lei-de-identidade-de-genero/>

3.8. (IN)VISIBILIDADE TRANS

O Dia da Visibilidade Trans é comemorado em 29 de janeiro porque, em 2004, ativistas travestis, transexuais e transgêneros participaram no Congresso Nacional do lançamento da primeira campanha contra a transfobia no País. A campanha chamava-se “Travesti e Respeito”, do Departamento DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, e foi criada com o objetivo de sensibilizar educadores e profissionais de saúde e atentar para a própria cidadania e autoestima de travestis e transexuais.

Essa ação nacional contou com a organização da ANTRA, idealizada por ativistas transexuais para a promoção do respeito. Nos cartazes produzidos pelo Ministério, as travestis trazem as fotos de 27 delas e uma frase chave: "Travesti e respeito: já está na hora de os dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida."⁵². Após ação, as 52 organizações afiliadas à ANTRA, em todo o país, foram convidadas a sair às ruas e reivindicar seus direitos em suas localidades.

O Dia de Visibilidade Trans nasce de um dia de luta e mobilização nacional. As pessoas trans – travestis, transexuais e transgêneros – pontuaram suas reivindicações no Congresso Nacional, em Brasília, através de lançamento de uma campanha própria. Existem alguns elementos inovadores que destaco: a) não houve um espelhamento em datas internacionais do movimento LGBT para lançar o dia da visibilidade trans brasileiro; b) a ação nacional não foi impulsionada abaixo do guarda-chuva LGBT, ou seja, foi pensada, idealizada e protagonizada por pessoas trans e as demandas colocadas visibilizavam a população de travestis, transexuais e transgêneros especificamente; c) apesar da campanha estar sendo em conjunto com o Ministério da Saúde, é visível uma estratégia de ampliar as pautas reivindicatórias, que vão além das políticas de saúde, ampliando a cidadania almejada que contempla educação, trabalho, convívio em sociedade e direitos respeitados; d) o dia da visibilidade trans vem com o objetivo de destacar a diversidade e respeito pelo movimento representado por pessoas trans; e) a ação foi feita no mesmo período do lançamento do Programa BSH, no qual pessoas trans tiveram participação de relevância na construção conjunta.

⁵² <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2302200438.htm>

A campanha “Travesti e Respeito” e a celebração do dia 29 de janeiro como Dia de Visibilidade Trans coloca em evidência a necessidade da discussão das pautas das pessoas trans em todos os espaços da sociedade e também dentro do próprio movimento LGBT. Através desse momento, atentou-se para o que estava invisibilizado: uma camada da população brasileira que é excluída dos direitos à educação, à saúde, trabalho e tratamento humanizado nos aparelhos públicos de atendimento.

Anualmente, a celebração do dia de “Visibilidade Trans” tem cumprido papel de data mobilizadora de campanha do movimento trans. Nos últimos anos, cada estado tem contribuído de forma diversificada com a visibilidade, com ações como atos públicos, exposições de curtas metragens, entrevistas em canais de televisão e rádio, palestras, rodas de conversa, entre outras iniciativas.

Apesar dos avanços nas últimas décadas em relação à visibilidade, fruto da pressão de grupos organizados em prol da conquista e garantia de políticas públicas, a população “T” ainda convive com a dicotomia de (in)visibilidade em relação a seus direitos. Um dos fatores que embasa a invisibilidade é a ausência de dados. Devido à ausência de dados quantitativos de pessoas trans existentes no país, a invisibilidade e a desconsideração da necessidade de políticas que atendam essa população é legitimada.

Nos dados do último censo do IBGE (2010), estão enquadradas estatísticas de gênero embasadas no sexo biológico - homens e mulheres – que são utilizadas para mensurar a distribuição demográfica do país, indicadores de pessoas por nível de instrução, a taxa de abandono escolar, a taxa de analfabetismo, entre outros tópicos de relevância. Não há dados que correspondam à quantidade de pessoas em relação à identidade de gênero.

Como vimos, entendemos a identidade de gênero como experiência individual de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo biológico, atribuído no nascimento. Sendo assim, é possível ter a percepção das pessoas trans no cotidiano, mas sem dados estatísticos não é possível consolidar políticas públicas destinadas à elas. Sabemos que elas existem e merecem viver com dignidade, isso é um fato, ainda que sigam invisibilizadas enquanto sujeitos e sujeitas de direito.

A inexistência de dados, na prática, é traduzida como invisibilidade de políticas sociais nacionais para a população T e a falta de garantia dos direitos sociais dessas

peçoas. Conforme a Constituição Federativa do Brasil, no artigo 6º, “são direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho e o lazer” (Senado Federal, 1988), sendo assim, todas as peçoas devem ter a visibilidade de seus direitos e oportunidades asseguradas.

3.9. NOME SOCIAL

O nome, antes mesmo do nascimento da peçoas, representa uma expectativa. Seja expectativa gerada pelos pais ou expectativas sociais e culturais, o nome é pensado para acompanhar a trajetória da peçoas. Ao mesmo tempo em que nomear traz consigo toda uma complexidade que mescla desejos e idealizações, também pressupõe uma rigidez binária, onde o sexo biológico do sujeito será determinante de seu gênero. Como vimos anteriormente, sem necessidades de maiores digressões, o gênero é uma construção cultural e social.

O nome de registro é aquele que a peçoas adquire no nascimento e registrado pelos pais em cartório, através do “nome de registro civil”. O uso do nome social reflete a forma como o/a sujeito/sujeita se apresenta à sociedade, conforme sua identidade sexual.

Seguindo as considerações dos Princípios de Yogyakarta, identidade de gênero é definida através da profunda experiência interna e individual do gênero de cada peçoas, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento. Desse tratado, como vimos, o Brasil é signatário. O documento objetiva com clareza o papel dos Estados em assegurar o direito ao nome do sujeito ou sujeito/sujeita:

Os Estados deverão: Tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para assegurar o pleno gozo do direito de expressar a identidade ou autonomia pessoal, inclusive por meio da palavra, comportamento, vestimenta, características corporais, escolha de nome ou qualquer outro meio...

Travestis e transexuais preferem ser chamadas pelo nome social, entretanto, em muitos lugares, passam por situações constrangedoras quando não é assegurado o uso do nome social.

No Estado Brasileiro, a peçoas trans tem o direito de reivindicar a adoção do uso do nome social tanto para peçoas quanto para instituições. Entretanto, durante muito tempo, a lei que ampara o uso do nome social gerou, na prática, uma cidadania fragmentada. O direito ao nome social era acatado somente através das políticas internas

das organizações, dentro de determinado contexto institucional. Em repartições públicas, escolas, universidades, bancos, as pessoas trans podem ter sua identidade de gênero respeitada com o uso do nome social. Tratava-se de política localizada, portanto, uma micropolítica, que acontece pela ausência de uma macropolítica que ampare, plenamente e nacionalmente, os direitos dessas pessoas. O direito ao nome social, através de uma política localizada, gerava um efeito meramente paliativo e não resolvia o problema.

Tais contradições legislativas são sintetizadas por Berenice Bento (2014) como uma “gambiarra legal”, que resulta em uma cidadania precária. O Brasil é o único país do mundo onde, no vácuo de uma legislação geral, instituições garantem um direito negado globalmente. Aqui transmutamos o respeito à identidade de gênero em “nome social”. Mudar sem alterar substancialmente nada na vida da população mais excluída da cidadania nacional. (BENTO, 2014:175)

Esse tipo de política fragmentada gera, além do efeito paliativo, a sensação da limitação da implementação dos direitos da pessoa trans, pois na própria raiz da legislação está o adiamento da cidadania plena.

A Universidade Federal do Amapá foi a instituição pioneira na adoção do nome social para seus alunos em 2009. Depois da primeira adesão, várias outras universidades públicas e privadas têm adotado tal medida, ampliando assim a cidadania de pessoas trans.

Entretanto, somente em 2016, no governo da Presidenta Dilma Rousseff, foi emitida uma resolução com abrangência nacional, em forma de decreto. Por acreditarmos em seu caráter de avanço, o publicamos na íntegra:

DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e

II - identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de

masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.

Art. 3º Os registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter o campo “nome social” em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos

Art. 4º Constará nos documentos oficiais o nome social da pessoa travesti ou transexual, se requerido expressamente pelo interessado, acompanhado do nome civil.

Art. 5º O órgão ou a entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional poderá empregar o nome civil da pessoa travesti ou transexual, acompanhado do nome social, apenas quando estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros.

Art. 6º A pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários,

Art. 7º Este Decreto entra em vigor:

I - um ano após a data de sua publicação, quanto ao art. 3º; e

II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

3.10. CRIMES DE ÓDIO

Como vimos até aqui, houve conquistas advindas da intencionalidade e trabalho organizado de ONG e OSCs, associações de abrangência nacional (ANTRA e REDTRANS), o programa Brasil Sem Homofobia, Conferências LGBT e Decretos que asseguram o reconhecimento da identidade de gênero e o nome social de pessoas travestis ou transexuais.

Entretanto, os desafios persistem no enfrentamento e combate às discriminações e principalmente das violências contra pessoas trans. O Brasil está no topo do trágico

ranking de assassinatos de travestis e transexuais, o país onde mais se mata essas pessoas. Ainda não existe uma lei específica que criminaliza os crimes de ódio contra pessoas trans, lésbicas ou homossexuais.

E as pessoas travestis e trans estão em primeiro lugar nos índices de mortalidade de LGBTs. Ainda não existem mecanismos específicos de proteção a essa população, que não encontra acolhida nas medidas estatais e fica indefesa diante dos crimes de ódio. Cabe ressaltar e atentar o uso da expressão crime de ódio ao invés homofobia.

A palavra homofobia deriva do grego homos, que significa “o mesmo” e probikos que significa “ter medo de e/ou aversão”. Segundo o pesquisador ítalo-argentino radicado na França, Daniel Borrillo (2010) a homofobia é uma forma de inferiorizar, desumanizar, diferenciar e distanciar o indivíduo homossexual da sociedade. O autor classifica o fenômeno como cotidiano e invisível no qual transforma o homossexual naquele com quem não se deve identificar e aquele que não deve ter plenos direitos. Borrillo defende que a homossexualidade deve ser considerada como uma sexualidade tão legítima quanto a heterossexualidade.

Segundo o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo⁵³ (NEV) Crime de Ódio é uma forma de violência direcionada a um determinado grupo social com características específicas. Ou seja, o agressor escolhe suas vítimas de acordo com seus preconceitos e, orientado por estes, coloca-se de maneira hostil contra um particular modo de ser e agir típico de um conjunto de pessoas. Os Crimes de Ódio podem acontecer em todos os lugares e nas mais variadas situações. Suas expressões mais comuns são as agressões físicas, assassinatos, torturas, danos à propriedade da vítima, ameaças, intimidação de todos os tipos, comentários preconceituosos, insultos verbais referentes ao grupo a que a vítima pertence, bullying, tratamento diferenciado, desprezo à forma estética da vítima, perseguição e etc.

A REDETRANS realiza um monitoramento de violência contra pessoas trans no país através de seu site institucional, que monitora homicídios, suicídios, tentativas de homicídios e violação de direitos humanos. Segundo o site da REDETRANS, existe um grande problema da invisibilização e o desconhecimento das pessoas travestis e

⁵³ Fonte: http://guiadireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1035&Itemid=257

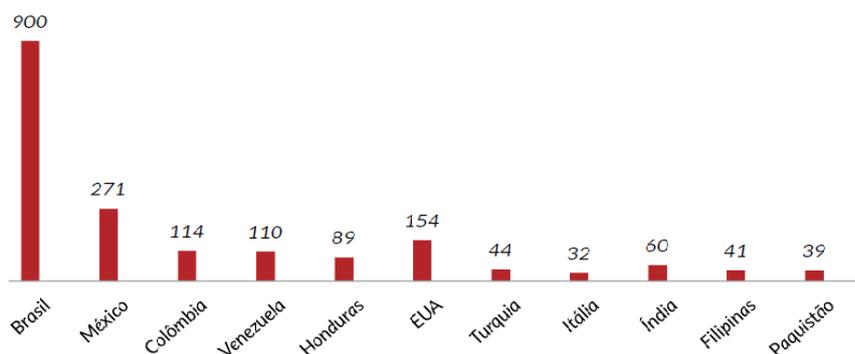
transexuais devido à subnotificação nos meios midiáticos, onde não se encontram notícias relacionadas a essa parcela da população. Muitos dos casos são notificados enquanto homossexuais, lésbicas e até mesmo com a expressão "homem com vestimentas de mulher". O monitoramento da REDETRANS é uma parceria com a ONG Transgender Europe (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero.

Esse trabalho de monitoramento também foi e continua sendo realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), durante muitos anos, através de levantamentos de dados coletados em jornais, internet entre outros. O GGB apontou que 2016 foi o ano com o maior número de assassinatos da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) desde o início da pesquisa há 37 anos. Foram 347 mortes. Entretanto, o próprio GGB ressalta que os números são subnotificados, pela ausência de estatísticas oficiais, sendo que o relatório é feito com base em notícias e informações que chegam ao conhecimento do grupo.

A REDETRANS concentra seus esforços em monitorar os casos de violência contra travestis e transexuais e com a parceria com a TGEU criou uma publicação⁵⁴ chamada "Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans" com dados estatísticos que mostram apontam o Brasil como o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Essa publicação é um material de referência para educadores, pesquisadores, profissionais da saúde, ativistas de direitos humanos, trabalhadores na área de segurança pública assim como para as próprias travestis, transexuais e transgêneros do país.

⁵⁴ Publicado em 2017, de autoria de Sayonara Naider Bonfim Nogueira, Tathiane Araújo Aquino e Euclides Afonso Cabral, da Rede Trans Brasil. Dossiê completo: http://redetransbrasil.org/uploads/7/9/8/9/79897862/redetransbrasil_dossier.pdf

Gráfico 07: Assassinatos por países de 1 de janeiro de 2008 a 30 de setembro de 2016



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara N. B. 07/01/2017 com dados da TGEU.

Quadro 2 - Assassinatos por países

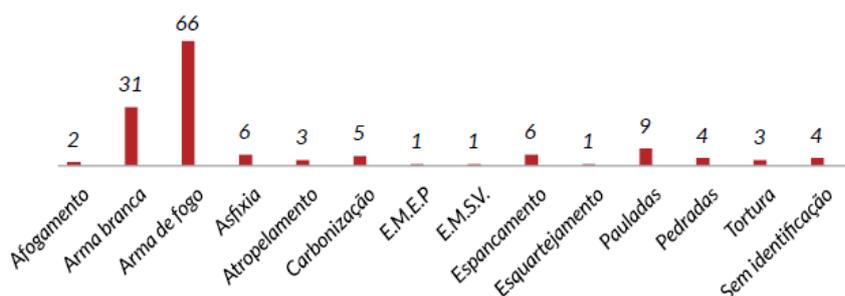
Como podemos observar na tabela abaixo, a causa da morte de travestis e transexuais no Brasil concentra-se em assassinatos com arma de fogo, o que indica intenção de matar a vítima. Pauladas e pedradas também aparecem como causa morte e, como aponta Jaqueline de Jesus (2001), demonstram um método arcaico de punição para indivíduos considerados desviantes.

Tabela 8: Causa de morte

Causa de morte	Total
Afogamento	2
Arma branca	31
Arma de fogo	66
Asfixia	6
Atropelamento	3
Carbonização	5
Encontrada morta em estado de putrefação	1
Encontrada morta sem sinais de violência	1
Espancamento	6
Esquartejamento	1
Pauladas	9
Pedradas	4
Tortura	3
Sem identificação	4

Fonte: CABRAL, Euclides A. 24/12/2016

Gráfico 10: Causa de morte



Quadro 3 - Causa da Morte

homicídio da travesti cearense Dandara dos Santos é mais um exemplo de crime de ódio. Ela foi espancada a pauladas, tijoladas e, por fim, com tiros no dia 15 de fevereiro de 2017. Dandara foi assassinada durante o dia por um grupo de vários homens que filmaram a sua tortura e execução, em meio a ofensas e manifestações de ódio através de ações e discursos. O vídeo foi para as redes sociais e jornais internacionais, o BBC e The New York Times publicaram a trágica notícia. Podemos reiterar que tais violações:

...de forma geral, repetem o padrão dos crimes de ódio, motivados por preconceito contra alguma característica da pessoa agredida que a identifique como parte de um grupo discriminado, socialmente desprotegido, e caracterizados pela forma hedionda como são executados, com várias facadas, alvejamento sem aviso, apedrejamento (STOTZER, 2007), reiterando, desse modo, a violência genérica e a abjeção com que são tratadas as pessoas transexuais e as travestis no Brasil. (JESUS, J., 2011:113)

Não há como justificar qualquer tipo de violência causada pela homofobia e pelos crimes de ódio no Brasil. Conforme a Declaração Universal de Direitos Humanos, toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Segundo a Constituição Brasileira, Art. 5º, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Conforme o terceiro termo do Art. 5º, ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Sendo assim, essas pessoas trans têm todos os direitos pelo fato de serem brasileiras e por serem seres humanos.

Realizamos um recorte histórico com referencial na década dos anos 1990 até os dias atuais, que representaram um período de pioneirismo em termos de políticas LGBT no país. Começamos o capítulo com a citação de Boaventura Souza Santos que alertava para o direito de sermos iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e o direito de sermos diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Durante todo percurso do capítulo, buscamos transitar dentro desse contexto, pontuando as questões pertinentes ao movimento LGBT e também especificamente às travestis e transexuais. Percorremos algumas pautas das pessoas trans, discutidas pelo movimento, como o tema da saúde, da visibilidade, do nome social e dos crimes de ódio. Encerramos citando as diretrizes da

Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira e, parafraseando Souza Santos, pela necessidade de refletir sobre uma igualdade que reconheça as nossas diferenças, mas que essa diferença não seja justificativa para continuar alimentando e reproduzindo desigualdades e injustiças.

CAPÍTULO IV

RESISTÊNCIA TRANS: PRÁTICAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA CIDADE DO RECIFE

Chegamos ao último capítulo desta dissertação, que tem como objetivo refletir sobre o surgimento das organizações AMOTRANS e NATRAPE e o papel mediador da ONG GTP+. Buscamos a partir das análises construídas no capítulo III, situá-las em um contexto de influência nacional, observando as consequências na atuação local, relatando como foi que pessoas que antes eram invisíveis às políticas públicas (garotos de programa, travestis e transexuais) passaram a ser público-alvo de projeto sociais promovidos pelas políticas governamentais nacionais.

Em seu primeiro tópico, o capítulo IV aborda a complexidade da capital pernambucana e seus contrastes. Mesclada entre a modernidade e tradição, Recife é uma cidade que congrega o encontro de diversas culturas, crenças, povos, cores e celebra a alegria do carnaval, assim como é uma cidade que presencia o trabalho informal, os altos índices de pobreza, a violência, o machismo e a desigualdade social. Mediante esse cenário, abordamos os pontos de encontro e circulação de pessoas LGBT na cidade, marcados por uma convergência de interesses e gostos.

Por fim, o capítulo retrata as práticas sociais de resistência das travestis e transexuais, na luta pela garantia de direitos através do exercício livre, mas, sobretudo intencional, da cidadania.

4.1. RECIFE: ENTRE LUZES E SOMBRAS

As cidades, como os sonhos, são constituídas por desejo e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (CALVINO, 1990:44)

Recife é um município brasileiro e a capital do estado de Pernambuco, localizado no nordeste do país. Segundo o último censo do IBGE⁵⁵ possui 1.625.583 milhões de habitantes, numa área de 218,435 km². Etimologicamente, "Recife" provém da palavra

⁵⁵ Dados referentes a 2016 encontrados na página web do IBGE : <http://cidades.ibge.gov.br>

"arrecife", uma barreira rochosa que se estende por toda a sua costa, acima do nível do mar ou completamente submersa, em regiões de pouca profundidade.

A cidade está situada sobre uma planície, constituída por ilhas, penínsulas, alagados e manguezais. Para Gilberto Freyre⁵⁶ é uma “cidade quase-ilha ou quase-arquipélago levantada entre a água do mar e a mata tropical”. Foi apelidada como "Veneza Brasileira", comparada com a cidade europeia devido à semelhança fluvial, uma cidade cortada por pontes que unem suas partes e por onde acontece o encontro dos rios Beberibe e Capibaribe que deságuam no Oceano Atlântico.

Ítalo Calvino, em *As cidades invisíveis*⁵⁷, descreve a multiplicidade das grandes moradas humanas, menciona que cada cidade sempre tem algo de outra cidade, e Recife, como o encontro das águas debaixo de suas pontes, é o encontro de diversas culturas, crenças, povos, cores e costumes. Para o olhar desatento de quem chega à cidade, dominado pela vontade de conhecê-la e percorrê-la, provavelmente passe despercebido o maior desafio que é decifrá-la.

Segundo o site governamental⁵⁸, Pernambuco é, antes de tudo, um estado marcado pela diversidade cultural, com uma população que respira e valoriza a sua cultura, passando de geração em geração. Não por acaso, o estado é conhecido no país como um dos que têm a cena cultural mais viva, construída a partir da contribuição de índios, portugueses, holandeses, judeus, africanos, entre outros.

Nas últimas décadas, a capital ganhou cada vez mais complexidade, modernizando-se, porém mantém certas particularidades, preservando suas tradições, danças, ritmos, crenças e ritos. O entrelaçamento entre o antigo e o novo é constante. No próprio caminhar por becos, vielas, ruas e avenidas no centro antigo da cidade é possível encontrar esculturas, teatros, museus, mercados municipais, praças, fachadas dos casarões com múltiplas cores, inúmeras igrejas e construções arquitetônicas que dialogam com temporalidades que evidenciam a trajetória histórica da cidade.

⁵⁶ Gilberto Freyre, Guia prático, Histórico e Sentimental da cidade do Recife (5 edição), São Paulo, Global Editora e Distribuidora, 2007, pág 75.

⁵⁷ Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*, Diogo Mainardi (trad.), São Paulo, Cia das Letras, 1990.

⁵⁸ Fonte: <http://www.pe.gov.br/conheca/cultura/>

Recife possui paisagens tropicais, fica iluminada durante o dia pelo sol ardente, é acolhida durante o ano todo pelo clima quente, até mesmo no período de inverno, munido de chuvas frequentes. Ao mesmo tempo em que apresenta seu lado cosmopolita, aberta a novas culturas através do turismo, a cidade está atrelada à permanência de seus costumes e tradições.

Entretanto a capital pernambucana também revela seu lado crepuscular. Durante a noite, a iluminação de luzes amareladas, espaçadas entre si, produz a sensação de insegurança ao transitar pelas ruas. A condição crepuscular das ruas altera-se somente em época de carnaval, quando a iluminação noturna é ampliada pela prefeitura através de longos fios com diversas lâmpadas, chamados de “gambiarra”. Puxados dos postes de luz, os fios de gambiarra proporcionam uma claridade extra nas ruas da cidade no período do carnaval e de alta temporada de turismo.

Pequenos detalhes como esse, deflagram a ambiguidade da cidade que gravita cotidianamente entre o luminoso e o obscuro, o sentido paradoxal, como bem descrevem as palavras de Gilberto Freyre:

Recife do primeiro centro de cultura israelita na América; da primeira assembleia política; cidade que por muito tempo reuniu a população mais heterogênea do continente – louros, morenos, pardos, negros – católicos, protestantes, judeus – portugueses, caboclos, flamengos, africanos, ingleses, alemães – fidalgos, soldados de fortuna, cristãos-novos, aventureiros, plebeus degradados – gente das mais diversas procedências, credos, culturas, que aqui se misturou, fundindo-se num dos tipos mais sugestivos do brasileiros; o Recife das revoluções, dos crimes, das assombrações, dos cadáveres de padres ideológicos rolando pelo chão, dos fantasmas de moças nuas aparecendo a frades devassos, dos papafigos pegando os meninos, dos maridos ciumentos esfaqueando as mulheres, das serenatas de rapazes, pelo Capibaribe, nas noites de lua – todo esse Recife romântico, dramático, mal-assombrado, passa despercebido ao turista. (FREYRE, G, 2007:24)

O carnaval é um grande acontecimento no Recife, seu marco inicial é a fixação de uma escultura em forma de galo, o “Galo da Madrugada”, que a cada ano é confeccionado por um artista plástico diferente. A proporção da escultura surpreende, com 25 a 30m altura dependendo do ano e do artista plástico criador da obra. Sua presença é perceptível em vários pontos do centro da cidade, e também na parte antiga da cidade, Recife antigo, alertando ao recifense da proximidade dos dias de festa. A cidade vibra com a chegada e a fixação do galo entre a Rua do Sol e a Avenida Guararapes, a escultura é capa de todos os jornais, blogs, sites e programas de TV local.



Imagem 8 - Galo da Madrugada 2015

Considerado o maior bloco de Carnaval do Mundo pelo Guinness Book⁵⁹, o Galo da Madrugada tem o título de Patrimônio Imaterial de Pernambuco, através de lei assinada pelo ex-governador do estado, Eduardo Campos. Seu desfile acontece sempre no primeiro sábado de carnaval, quando os foliões começam a festa logo pela manhã, às 7 horas, e festejam pelas ruas da cidade ao som dos trios elétricos até 18 horas.

O carnaval no estado de Pernambuco é uma festa democrática, tem o maracatu, o caboclinho, o côco de roda, a ciranda e - o mais conhecido de todos os representantes - o frevo, ritmo que teve origem no próprio estado. No período carnavalesco, é notável a mudança na iluminação noturna da cidade, o que garante ao folião recifense, da região metropolitana, do interior do estado e, principalmente, ao turista, a possibilidade de brincar e desfrutar o período carnavalesco em condições mais luminosas que as habituais. Serpentinhas e confetes, cantos e danças de tradições africanas, maracatus, afoxés, as fantasias, as troças, os blocos e o frevo, todos os ritmos e expressões confluem com os carros de som e os palcos com artistas multiculturais que animam as ruas da cidade em shows gratuitos.

Entretanto, o caráter festivo do carnaval – e da gambiarra - termina logo após a festança e alegria, e a cidade retoma o crepuscular noturno. Por um lado, esse tipo de

⁵⁹ Fonte: <http://www.galodamadrugada.org.br/index.php/o-galo/historia>

iluminação brinda certas ruas, repletas de bares e com circulação de pessoas que desfrutam a boemia, mas também trazem sensação de insegurança, impedindo o livre acesso à cidade, abrindo margem a situações de violência. A cidade só volta a estar iluminada nas festividades de junho, em homenagem a São João. Cada morador da cidade, na véspera da comemoração, no dia 23, tem o costume de acender uma fogueira na frente de sua residência, enquanto aprecia os diversos pratos feitos de milho.

Nesse contexto plural da cidade encontram-se as sujeitas da pesquisa, e como pontuou Patrício (2008), realizar pesquisa com as travestis de Recife requer reconhecimento da cidade e dos points LGBT. Consideramos que, além disso, se requer uma percepção dos detalhes da cidade, da cultura do povo, estatísticas das condições sociais e das desigualdades, pois são dados importantes para oferecer um panorama sobre o contexto social, cultural e territorial da pesquisa.

A cidade do Recife desempenha um forte papel centralizador em seu estado e região, abrigando grande número de sedes regionais e nacionais de instituições e empresas públicas e privadas, como o Comando Militar do Nordeste, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Eletrobrás Chesf, entre outras. No segmento da educação, a cidade tem uma Universidade Estadual (UPE), duas Universidades Federais (UFPE e UFRPE) e 01 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPE).

Segundo os dados do IBGE, 26,7% da população acima de 16 anos não tem nenhum tipo de rendimento na cidade do Recife. A perspectiva de inclusão social, sobretudo através de empregos formais, têm se tornado difícil tarefa. Recife ainda se encontra fortemente ligado à economia informal. Persiste uma enorme rede de atividades vinculadas ao comércio e serviços informais que mantém ocupada significativa parcela da população. No setor informal há expressivo número de micro e pequenas empresas prestadoras de serviços que têm um papel importante para a economia da cidade, em especial como absorvedoras de mão de obra.

Descrição	Porcentagem
Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento	26,7%
Proporção de homens de 16 anos ou mais de idade sem rendimento	22,2%
Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade sem rendimento	30,4%
Proporção de pessoas brancas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento	24,7%
Proporção de pessoas pretas ou pardas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento	28,2%

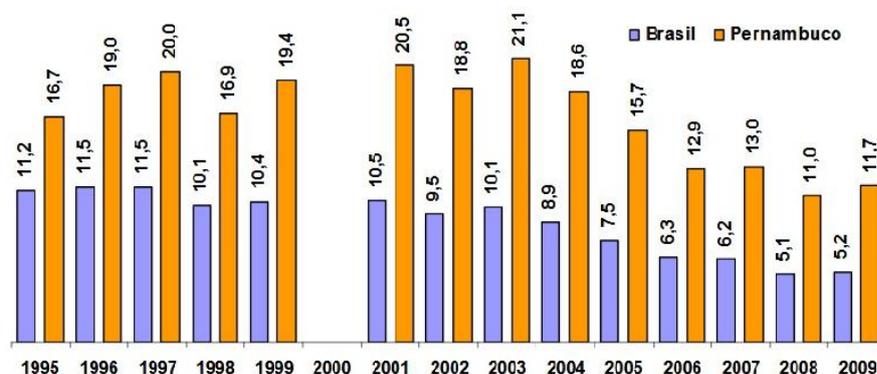
Quadro 4 - Dados do Sistema Nacional de Informação de Gênero - Censo Demográfico 2010

O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) publicizou um relatório⁶⁰ em 2011 que relatava que 74% dos extremamente pobres do estado de Pernambuco são cobertos pelo programa de transferência de renda Bolsa Família do governo federal. No relatório do registrou-se uma queda de 43% da pobreza extrema em relação aos dados de 2004, onde apenas 54% recebiam o benefício. A pobreza extrema é o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que a sociedade a qual ele pertence se julga obrigada a garantir.

⁶⁰ Relatório completo:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/110603_apresentacao_pobrezaextrema_pe.pdf

Pobreza extrema em Pernambuco é maior que a média Brasil.

A pobreza em PE caiu 43% de 2001 a 2009



Porcentagem da população sobrevivendo com menos de R\$ 70,0 de jan 2010.

Quadro 5 - Pobreza extrema em Pernambuco

Segundo o Observatório do Recife⁶¹ uma parcela de 35,4% dos domicílios da capital recifense está classificada na situação de pobreza. O município do Recife apresentou a maior concentração de domicílios com renda que varia entre mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ salários mínimos, quando comparado às capitais de Fortaleza e Salvador.

Apesar da quantidade de universidades públicas na capital, o índice de estudo de 18% da população é 6,6 anos. Com tais dados é possível refletir que Recife tem se constituído como cenário de desigualdades educacionais e sócio/econômicas e com poucas perspectivas de inclusão social, sobretudo através de empregos formais. Alia-se a isso a dificuldade de acesso aos cursos de qualificação e formação profissional, o que faz dos jovens os mais atingidos. Sem formação profissional, a inserção no mercado de trabalho se torna um sonho distante para muitos, sobretudo em relação ao primeiro emprego.

⁶¹ http://www.observatoriodorecife.org.br/site/wp-content/uploads/2016/09/IndicRecife_TrabalhoRendaDesigualdade.pdf

Em 2016, a violência contra mulheres no estado de Pernambuco, segundo a Secretaria de Defesa Social (SDS)⁶², registrou 50.042 casos de agressão às mulheres, 1205 casos a mais que os contabilizados em 2015. A cada 4 dias uma mulher morre por violência no estado, sendo que 90 mulheres são vítimas de violência doméstica por dia, ou seja, a cada 17 minutos uma mulher pernambucana sofre uma agressão em seu espaço familiar. De janeiro a agosto de 2016, foram registrados 965 casos de estupro, 65% desses ocorridos no Recife.

A arraigada visão patriarcal da cultura ocidental, em que o elemento masculino é instituído como chefe nas relações de família e o feminino como um objeto do masculino, em uma relação de domínio, é perpetuada no cotidiano da capital pernambucana. Machado (2001), através de uma pesquisa em que desenvolve entrevistas com estupradores, relata que todos que entrevistou possuíam a crença de que a vítima queria ser violentada, embora confessassem que forçaram a relação sexual.

Recife, cidade carnavalesca de festa e alegria, com prédios e pontes históricas herdadas de portugueses e holandeses contrasta com as modernas construções atuais. A capital de Pernambuco, cortada por rios e banhada pelo mar, é o maior centro cultural, de serviços e de lazer do Nordeste, além ocupar terceiro polo gastronômico do país e ser um das principais rotas de entrada de turistas estrangeiros no Brasil. A cidade mostra seus contrastes em números que evidenciam a desigualdade social, a violência, a pobreza extrema e falta de oportunidades.

Dentro do contexto geral da cidade estão os pontos de circulação de pessoas LGBT que tem concentração na região central da cidade. As boates Metrôpole e Meu Kaso Bar (MKB), ambas no bairro de Boa Vista, exibem shows de transformistas, travestis, dragqueens. Os bares meu Santo Bar e Miami Pub são pontos de aglutinação noturnos de gays, lésbicas, travestis e transexuais. O Cinema Boa Vista exhibe filmes eróticos e está próximo ao Shopping Boa Vista que é outro local de circulação LGBT e espaço de manifestação de afetos entre jovens gays e jovens lésbicas. Na região também há uma sauna gay, Termas da Boa Vista, frequentada por homossexuais que podem adquirir serviços de massagens e consumir bebidas.

⁶² Disponíveis em <http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/web/sds/lista-vitimas-cvli>

As cidades invisíveis descritas por Calvino (1990) possuem aspectos surreais: cidades suspensas, debaixo da água ou da terra, frutos da imaginação do lendário viajante Marco Polo que relata ao imperador mongol Kublai Kan as particularidades das cidades do Ocidente. O texto nos leva a refletir sobre as cidades, não somente no que se refere ao espaço geográfico ou físico, mas também estabelece conexões com as diferentes realidades que compõem uma cidade. Para Calvino confirma-se a hipótese que cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchidas pelas cidades particulares.

Nesse sentido, buscamos elencar vários aspectos da cidade do Recife, com suas variadas facetas, com suas festividades, ritos, costumes, tradições, assim como suas desigualdades e contradições. Cidade palco de vários atores e atrizes sociais que constroem ações, atividades e projetos desenvolvidos pela garantia dos direitos humanos e pela construção cidadã, o que veremos a seguir.

4.2. A ARTE IMITA A VIDA: O SURGIMENTO DO GTP+

Como chamar a atenção das pessoas sobre a importância da negociação do uso do preservativo, sobre o autocuidado e o direito ao acesso à saúde? Como realizar a conscientização de forma massiva, em plena época da epidemia da AIDS? Como levar a informação para a população pobre de Recife e região metropolitana de maneira simples e direta?

Eram perguntas como essas que inquietavam um grupo de pessoas vivendo com HIV/Aids que se encontrava periodicamente na sede da ONG/Aids Gestos, no centro da cidade do Recife, em meados dos anos 1990. Era o início da política de AIDS no Brasil, e a ONG Gestos era a única instituição no estado de Pernambuco que acolhia pessoas com HIV. O processo era pauperização da epidemia, ou seja, a incidência do vírus crescia na população mais pobre e de maior carência de informação sobre os comportamentos de risco à contaminação ao HIV.

A experiência da súbita morte de um ser querido levado pela Aids já era uma realidade de muitos brasileiros. Wladimir Reis, naquela época, era um dos membros das daquelas reuniões que serviam como um âmbito de coesão com outras pessoas vivendo com HIV/Aids. Wladimir vive com o vírus HIV há 24 anos e já teve períodos em sua jornada em que esteve doente de Aids.

Através do relato, a seguir, ele rememora os primeiros contatos com o tema do HIV, demonstrando aqueles tempos de desinformação, preconceito e discriminação que o acompanharam ao descobrir que o companheiro morrera em decorrência da doença:

Eu tinha um companheiro que era negro, vinha de família pobre, mas foi criado por uma família rica daqui de Pernambuco. Uma família que tinha mais de quatorze empresas... Quando eu o conheci, ele tinha um casamento de fachada e um filho de fachada. Por quê? Porque os filhos brancos da mãe adotiva diziam que o filho negro dela era “frango”, era “bicha” e ela ficava na dúvida. Aí ele para abafar essa história, conheceu essa menina que era a secretária, que teve uma relação com o patrão dela e ficou grávida. Então juntou o útil ao agradável, ela se casou com ele e resolveu essa questão. A família pagou o casamento e deu apartamento para eles morarem. Eu o conheci nesse ínterim, depois dele casado, ele morava lá perto onde eu moro. A partir de quando eu o conheci, a gente tinha relações sexuais constantemente. Era 1993. Eu já tinha ouvido falar de HIV, mas no jornal, uma nota bem pequenininha, nunca pensei que ia chegar perto de mim ou de meu companheiro. Passou um tempo e eu tive uma febre forte e fiquei três dias dentro de casa sem trabalhar e eu disse a ele: ‘Que estranho isso nunca tinha acontecido comigo’. Passou-se um mês, e ele que era uma pessoa que gostava de cantar, uma pessoa muito alegre, que se vestia bem, era muito organizado, passou a relaxar, não cortava mais o cabelo nem a barba também, começou a não ir ao trabalho. (...) Ele não conseguia nem se levantar. Falei com mãe dele que mandou um carro com motorista e eu levei ele ao médico, numa clínica particular. Cheguei lá ajudando ele a se locomover escorado em mim. O médico o examinou, escutou ele, tirou radiografia e disse que era princípio de tuberculose, que ele já estava com pneumonia, receitou medicação e mandou ele de volta para casa pedindo que a mãe dele na segunda feira levasse ele ao Otávio de Freitas (hospital). Disse que em uma semana resolvia. Isso foi em uma sexta feira. Como eu trabalhava em outra empresa da família, que era no interior de Pernambuco, eu tive que viajar. Na segunda eu estava fazendo o pagamento das pessoas dentro da empresa, quando recebi uma ligação dizendo que ele morreu. Eu perguntei: Ele morreu? Mas ele morreu como?! Se naquela segunda feira pela manhã ele tinha consulta, como ele podia ter morrido? Disseram que ele tinha passado mal e chamaram um taxi para levá-lo no hospital e ele morreu no taxi. Meu companheiro morreu. No velório estavam as duas famílias, a família pobre e a família rica. Os familiares dele falavam para ninguém encostar no caixão, que era Aids. O caixão foi fechado com pregos. (Wladimir Reis, entrevista em 26/08/2016).

Após enterrar o próprio companheiro e receber a confirmação da infecção positiva ao HIV, Wladimir acreditava que também teria pouco tempo de vida e buscou o direito à aposentadoria. Entretanto não conseguia um médico que atestasse sua aposentadoria por invalidez. Foram várias idas e vindas até o posto de saúde, durante meses e os médicos não liberavam a documentação.

Tal situação fez com ele adotasse uma nova estratégia. Resolveu ocultar sua homossexualidade e quando o médico perguntou como tinha contraído o vírus, ele disse foi através de uma relação heterossexual, que sua companheira tinha contraído o vírus e já tinha falecido. Não foram feitas mais perguntas e no mesmo dia todos os papéis foram liberados e finalmente Wladimir recebeu sua aposentadoria.

Estratégias de sobrevivência, necessidade de informação e perspectiva de futuro eram os assuntos que eram conversados nas reuniões nas dependências da ONG Gestos, por pessoas que estavam na mesma situação, aprendendo como lidar com o HIV em suas vidas e frequentando os grupos de autoajuda que eram conduzidos por um psicólogo.

Ismael Basílio, Josefa Conceição, Marcos França, Reinaldo Brito, Sérgio Araújo e Wladimir Reis eram integrantes desse grupo. Todas as pessoas que participavam eram de regiões periféricas de Recife. Mas essas seis pessoas, em particular, além de buscar a ajuda necessária para lidar com as questões pessoais acerca do tema do HIV, compartilhavam do mesmo anseio de levar informação para outras pessoas.

No cenário nacional, o Ministério da Saúde estava implementando a política de AIDS, através do AIDS I, e objetivo era dar visibilidade para pessoas vivendo com HIV, para que essas pessoas ajudassem e contribuíssem na criação dessa política social. A estratégia governamental naquele momento para a efetivação da política era somar forças com a sociedade civil. Sendo assim, as ONGs locais, que recebiam recursos do governo federal através da aprovação de editais, passaram a convidar seus beneficiários, pessoas vivendo com HIV, para uma participação mais ativa.

Naquele tempo as coisas eram mais complicadas, muita desinformação e muita gente morria doente de AIDS. Essa situação atrelada às desigualdades sociais do estado de Pernambuco significava que, muita gente pobre, sem escolaridade e sem informação estava morrendo sem nem saber o porquê. E isso indignava a gente que se reunia em grupo, a gente queria levar informação para mais pessoas que estavam precisando. (Reinaldo Brito, entrevista concedida em 25/08/2016)

Conseqüentemente, o processo de autoajuda do grupo que se reunia nas dependências da ONG Gestos em Recife desencadeou um processo de politização, porque era uma demanda daquele momento conjuntural e um desejo dos participantes que buscavam mais informações. O grupo começou a se inserir dentro do contexto da política nacional. Frequentavam congressos, participavam de encontros regionais de pessoas

vivendo com HIV e tomavam contato com militantes experientes da luta contra AIDS de outras regiões do país, que compartilhavam informações sobre êxitos e fracassos de campanhas de conscientização sobre a epidemia, explicavam a conjuntura nacional das políticas sociais.

Diante desse contexto, ao voltar para a capital pernambucana, a solução encontrada pelo grupo sobre como levar a informação para a população pobre da região metropolitana do Recife, de maneira simples e direta, foi encontrada. Foi pelo caminho da arte que começaram a jornada como grupo, decidiram que o teatro de rua seria a melhor maneira de disseminar prevenção ao HIV/Aids.

O teatro de rua e a linguagem lúdica auxiliariam na multiplicação de informação de forma simples, direta e massiva. O lúdico, considerado elemento estruturador da vida, incentiva o imaginário, possibilita a experiência, o compartilhar de maneira dinâmica e influencia a superação das rotinas, encenando o jogo da vida. O teatro humaniza, pois contempla os sentimentos, as sensações e a intuição. Além disso, considera os desejos e os sonhos das pessoas, superando as fronteiras estabelecidas e permitindo a busca para a formação da cidadania, com a participação de todos os envolvidos como sujeitos e sujeitas da história.

A gente fazia esquetes em vários lugares, dentro da comunidade, depois nas escolas e postos de saúde também. Nas oficinas falamos sobre o corpo humano e trabalhando a questão do HIV e das DST, onde tinha o teatro também. Eram esquetes teatrais falando sobre o corpo humano falando a questão do HIV e a Aids, o que o vírus faz no organismo e daí por diante a gente foi seguindo... (Sergio Pereira de Araújo, entrevista dada em 25/08/2016).

Com pancake branco no rosto e figurino simples (Imagem 2), escondiam suas identidades e encenavam cenas do cotidiano nas ruas do Recife e cidades da região metropolitana. Com o tempo, desenvolveram esquetes teatrais que tratavam da negociação do uso do preservativo dentro do âmbito das famílias ou cenas com parceiros heterossexuais ou homossexuais, chamando a atenção das pessoas para a epidemia de AIDS e a importância da prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e o HIV. Os assuntos abordados através de esquetes teatrais possibilitavam uma ruptura no cotidiano da plateia/comunidade, tornando-se um verdadeiro acontecimento, em que se compartilhavam alegrias, risos, reflexão e, também, oferecia informação.



Imagem 9 - Teatro de Rua realizado por membros em 1998.

Os esquetes teatrais eram desenvolvidos em escolas, hospitais, universidades, espaços sociais, associações de bairro, festas públicas, assim como, mercados, praças, ruas e avenidas. Posteriormente à exibição de esquetes, promoviam-se oficinas ou rodas de diálogo sobre direitos humanos, a importância do acesso à saúde gratuita e de qualidade e o direito à prevenção.

O trabalho contínuo do grupo composto por pessoas vivendo com HIV/Aids que atuavam como arte educadores, utilizando o lúdico como estratégia, via esquetes teatrais, deu origem ao Teatro Turma da Prevenção e, posteriormente, à institucionalização do grupo, como uma organização não-governamental. No site oficial da ONG GTP+, em um vídeo⁶⁴ institucional, uma das fundadoras, Josefa da Conceição, aborda a importância do teatro para o grupo:

O teatro foi fundamental para nossa projeção na sociedade, porque ele nos deu a oportunidade de falar para o lugar em que a gente veio e a gente poder falar das dificuldades que nós tínhamos sem necessariamente estar nos identificando. Ao mesmo tempo as pessoas que começaram a fazer teatro também se fortaleceram, também eram pessoas vivendo com HIV que se sentiam úteis e se sentiam capazes de estar falando das dificuldades do que é viver com HIV sem necessariamente dizer que vivia com HIV.

⁶⁴ http://www.gtp.org.br/new/master_portugues.php?area=videos

Com o Teatro Turma da Prevenção realizando esquetes teatrais pela cidade, o grupo foi ganhando força e entusiasmo, foi germinando a vontade de ter mais protagonismo e autonomia, o que revela a fala de um dos componentes do grupo:

Eu, Reinaldo e Wladimir, que é o coordenador geral do GTP+ hoje, discutíamos entre nós três a necessidade de fundar a instituição. Estávamos com isso na cabeça, mas não tínhamos recursos. Não foi fácil para a gente fundar essa instituição porque foi muitas coisas acontecerem. Demorou alguns anos. Mas a gente teve muita força e coragem, mesmo sem recursos naquele momento. A gente correu atrás de um e atrás de outro, pedimos ajuda para alguns que recebiam benefício da aposentadoria. Começamos com o teatro, fomos para as comunidades, pedíamos apoio da Secretaria da Saúde e conseguimos o transporte através de um ônibus. Os esquetes eram feitos dentro da comunidade e depois nas escolas e postos de saúde. Nas oficinas falamos sobre o corpo humano e trabalhando a questão de HIV e DST. A gente se sentia mais forte fazendo esse trabalho. Os anos foram passando... (Sergio Pereira de Araújo, entrevista em 25/08/2016)

Nesse sentido, a trajetória dos sujeitos entrevistados mostra que, no primeiro momento, o grupo reunia-se buscando a autoajuda para lidar com as questões da sorologia ao HIV. Entretanto a partir de um processo de politização, alguns membros do grupo buscaram encontrar respostas frente à gravidade da situação das pessoas com HIV/Aids. É nesse contexto que surge o desejo do grupo da formação de uma ONG.

Aí o GTP+ surge através de seis pessoas, seis sócios, todos eles se reuniam numa outra instituição, a Gestos. E através de uma atividade que era de teatro, uma atividade lúdica, eles começaram a fazer ações em escolas e vários espaços sociais, associações de bairro, até no meio da rua e em festas públicas... Através do grupo de teatro, formado por eles, aonde eles levavam a necessidade de prevenção. Essa organização para as esquetes se dava numa sala muito pequena. Nos fundos da organização, uma sala cedida. Esse processo de gestação do GTP+ durou dois anos. E com o passar desses dois anos, eles sentem a necessidade de se estruturar formalmente. Então eles resolveram para que eles tivessem mais voz, eles precisavam se institucionalizar. (Azael Cosme dos Santos Junior, entrevista em 26/08/2016)

O Grupo de Trabalho em Prevenção Positivo (GTP+) surgiu como um grupo que trabalhava a prevenção ao HIV de uma forma positiva através da arte. O **Positivo** escrito com as letras H-I-V no meio da palavra tem sua razão de ser; foi a maneira encontrada para ressignificar o sentido de estar com vírus do HIV, que o diagnóstico positivo ao vírus não fosse encarado como sentença de morte e, sim, como o começo de uma nova etapa da vida.

Cabe ressaltar que a ressignificação fazia parte do cotidiano e da linguagem do grupo que passou a usar palavras chaves da época da epidemia, positivando-as, como por exemplo: disseminação de prevenção, contaminação de informação, viver com HIV e AIDS. Esse resignificar também simbolizava a recriação da própria vida dessas pessoas, positivando-a através de um novo sentido e propósito de ajudar as outras pessoas, tanto no acolhimento, quanto na defesa dos direitos humanos.

O GTP+ foi fundado no dia 1º de dezembro de 2000, Dia Internacional de Luta contra Aids, a partir da necessidade de criar uma entidade coordenada por pessoas vivendo com o HIV e doentes de AIDS. Escolheram a data do dia mundial de Luta Contra Aids para dar origem a uma instituição com a preocupação de gerar aos seus beneficiários um sentimento de identificação e pertença à instituição, que desenvolvessem ações de prevenção com o objetivo de contribuir no enfrentamento da epidemia, buscando encorajar o ativismo e a desenvolver educação para a prevenção.

Como verificamos no estudo levantado por Facchini (2005), naquele momento histórico dos anos 1990, a tônica era o incentivo governamental para formação de grupos que posteriormente se transformassem em ONGs institucionalizadas com CNPJ, o que também se refletiu localmente com o GTP+:

Esse grupo de pessoas, que se chamava Grupo de Trabalho em Prevenção Positivo, se reuniu e institucionalizou a ONG GTP+. Então fazem seu primeiro estatuto, registram esse estatuto, e conseguem um CNPJ. O sócios do GTP+ depois de institucionalização sentem uma necessidade de espaço, sentem a necessidade da autonomia da instituição. Todos eles estavam inseridas dentro de um contexto da política nacional de Aids, já frequentavam congressos, participavam de manifestações... Com tudo isso acontecendo ao mesmo tempo, não dava mais para continuar nos fundos de outra instituição. (Azael Cosme dos Santos Junior, entrevista em 26/08/2016)



Imagem 10 - Participação de membros do GTP+ em manifestação exigindo medicamentos

Apesar do cenário nacional, através das políticas governamentais do Aids I e Aids II fomentaram-se inúmeros encontros, eventos, congressos para a capacitação em informação sobre a prevenção do HIV e, sobretudo, viabilizaram-se editais para projetos sociais. Foi através de uma organização alemã que os membros do GTP+ conseguiram seu primeiro projeto, o que permitiu a locação de uma sede.

Através do Azael que deu a maior força nesse tempo que a gente conseguiu um projeto com financiador da Alemanha, com a ASW e foi um projeto de estruturação e ter nossa própria sede. Porque antes era pulando de galho em galho, porque nunca tinha sala, era falta de cadeiras, sala pequena. A gente se sentia objeto de projeto queria deixar essa condição, queria ter informação e passar a informação para quem não tinha. Fomos lutando, lutando... através de Azael que conseguiu esse projeto de estruturação que pagou dois anos de aluguel da casa, essa mesma casa que estamos agora... Foi muita luta. (Sergio Pereira de Araújo, entrevista dada em 25/08/2016).

Azael Cosme dos Santos, psicólogo clínico com pós-graduação em bioenergética, estudou na Alemanha e tomou contato com a Fundação Alemã ASW, que em português significa Ação Mundo Solidário. A Fundação achou interessante a proposta de formação do grupo e se dispõe a ajudar uma instituição que é composta pelas pessoas vivendo com HIV. A instituição financiadora aprovou o projeto e financiou o GTP+ por dois anos, custeando despesas básicas (aluguel, água luz e telefone), além de mobiliário e computadores.



Imagem 11 - Foto da sede dos membros fundadores do GTP+

A sede escolhida consistia em um salão de uma antiga casa, localizada na Rua Manuel Borba, paralela à movimentada Avenida Conde da Boa Vista, na região central da capital pernambucana. Através da RITS, Rede de Informações para o Terceiro Setor, conseguiram apoio para financiamento de mais um computador para a instituição.

Mediante esse novo cenário, uma ONG institucionalizada com sede, computadores e telefone surgiu. A ONG GTP+ tornou-se a primeira e única instituição coordenada por pessoas vivendo com HIV no Nordeste do Brasil, região que tem uma população de 54 milhões de pessoas.



Imagem 12 - Foto de Reunião com os membros do GTP+ na sede

Na época da fundação da sede da ONG, a Aids, no imaginário social, era sinônimo de morte e o grupo passou por muitas situações de discriminação. Quando a população que transitava ao redor do casarão descobriu que no salão principal funcionava a ONG e que ali circulavam pessoas com HIV, surgiram as primeiras manifestações de preconceito. Começaram a chamar o prédio de “Casa da Aids”. Comentários discriminatórios como esse impediram a proprietária do imóvel de alugar as salas vizinhas do salão central e, com o passar dos anos, a solução foi oferecer as demais salas para as ações da própria ONG.

O Grupo de Trabalhos em Prevenção Posithivo (GTP+) nasceu da base popular, gerou atividades voltadas à cidadania e aos direitos humanos, que se direcionavam para a estruturação de práticas de sociabilidade, como a educação entre pares, primando pelos valores éticos e independência política/partidária.

A trajetória foi difícil, pois um dos maiores problemas enfrentados pelas ONGs tem sido a sustentabilidade financeira e política. Os desafios para manter uma organização em andamento incluem dificuldades de várias ordens, como conseguir fontes de financiamento, elaborar propostas consistentes e de acordo com as solicitações dos editais, o que exige pessoal especializado em elaborar projetos. Além disso, a captação de recursos, a gestão administrativa da organização e dos projetos em andamento exige um grande esforço de seus membros e colaboradores.

Conforme apontado por Facchini (2005), a adoção de uma estrutura formal trazia consigo uma longa lista de novas atribuições, cargos e papéis definidos na organização, despesas mensais, a necessidade de financiamentos e interlocução com técnicos de agências de cooperação internacional, a preparação para matérias jornalísticas em veículos de comunicação.

De maneira inevitável, as dificuldades se apresentaram. Surgiram situações que desafiavam a habilidade técnica dos membros da ONG que não possuíam curso superior, mas necessitavam concorrer a editais através do envio de propostas de projetos ou prestar contas de projetos finalizados. Além disso, os desentendimentos internos aconteceram, provocando momentos de tensão entre os membros do grupo.

Dentro do contexto das dificuldades, as OSCs nascidas da base popular vivenciam a situação que MacRae (1986) já comentava, desde a fundação do Grupo Somos, na abertura democrática: o jogo de forças entre populares e universitários. Aqueles que têm curso superior, melhor oratória e mais experiência política são mais ouvidos e tem maior influência nos espaços de discussão coletiva e, portanto, maior chance de ter seus projetos aprovados.

Os conflitos enfrentados pelo GTP+ também ultrapassaram o espaço interno da organização, ocorreram situações de divergência com outras organizações do movimento de luta contra AIDS e enfrentamentos às políticas sociais destinadas às pessoas com HIV e Aids, adotadas pelo Estado. Tais situações deflagraram as primeiras decepções com as políticas nacionais e até mesmo com instituições ligadas à causa:

O GTP+ busca ser uma entidade de direitos humanos, ainda acreditamos que devemos ser uma entidade de direitos humanos, por isso toda causa que atue na defesa dos direitos humanos nos interessa. Mas a caminhada nem sempre é fácil, nós lutamos por uma sustentabilidade econômica, mas, sobretudo por uma sustentabilidade política. Precisamos sobreviver como instituição, como organização sem fins lucrativos. Queremos ter o poder de falar o que acreditamos e não ficar à mercê das politicagens que estamos vendo por aí. Queremos falar o que nós vemos e fazer o controle social das políticas sociais que não estão funcionando. Não é nosso papel resolver essas políticas sociais, o papel é do Estado. Nós podemos apontar, sinalizar, mas não nos cabe resolver. Falar a verdade incomoda muita gente e muitas vezes tira o GTP+ do espaço de discussão. Nós estamos cientes disso, mas certas coisas não podemos abrir mão. Uma delas é a nossa voz. (Wladimir Reis, entrevista em 26/08/2016).

Mesmo com as adversidades, a organização continuou, buscou a interlocução com outras organizações, com o poder público e a sociedade civil. Com o passar dos anos, cresceu e ganhou visibilidade, conseguiu colaboradores técnicos, tornando-se respeitada por organizações nacionais e internacionais. Seus membros contribuíram e participaram de redes e fóruns, estruturaram projetos sociais, contaram com a cooperação alemã e inglesa através de parcerias e financiamento de projetos.

No decorrer da atuação da ONG, perdas importantes aconteceram no quadro de recursos humanos da instituição. Tanto por motivo de rompimentos ou desligamentos, quanto por falecimentos. Em 2011, Ismael Basílio, um dos fundadores, com 11 anos de atuação militante e assistência aos projetos sociais, desligou-se da instituição. Após desentendimentos com os demais membros e por acreditar que o grau de exigência na organização e eficácia nos projetos estava gerando um distanciamento da proposta original da fundação da ONG, preferiu o afastamento de sua função.

Outra perda foi a precoce morte de Patrícia Gomes no mesmo ano, vítima de toxoplasmose. Conhecida por todos como Nena Patrícia, a travesti exercia função de secretária administrativa e financeira no GTP+. Patrícia era uma pessoa alegre, de extremo bom humor, que tinha comprometimento e afinco em suas atividades profissionais e de militância. Na época de seu falecimento, com apenas 30 anos, atuava como vice-presidenta da AMOTRANS (Articulação e Movimento das Travestis e Transexuais de Pernambuco) e uma grande defensora dos direitos humanos⁶⁵. Com respostas rápidas e praticidade no desenvolvimento dos procedimentos, contribuiu de maneira contundente com a luta da construção da cidadania das travestis no estado de Pernambuco.

⁶⁵ Após a conclusão desse estudo, em 16 de novembro de 2017, foi inaugurado o primeiro ambulatório LGBT de Pernambuco, intitulado Ambulatório LGBT - Patrícia Gomes, na Policlínica Lessa de Andrade, no bairro de Madalena, cidade do Recife. O nome do ambulatório foi em homenagem ao legado deixado por Patrícia que atuou de forma decisiva na promoção dos direitos e cidadania das pessoas trans. O espaço visa à promoção da cidadania e garantia de direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Está habilitado a fornecer orientações sobre direitos humanos e prestar atendimento especializado a vítimas de discriminação e violência homofóbica. Maiores detalhes: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/16/11/2017/pcr-inaugura-ambulatorio-lgbt-na-policlinica-lessa-de-andrade>



Imagem 13 - Foto de Patrícia Gomes

Marcos França, um dos fundadores da organização GTP+, ator e roteirista dos esquetes teatrais da Turma da Prevenção, faleceu em 2013. Marcos interpretava, entre outros papéis, a Maria Bonita, conhecida personagem da cultura pernambucana e do imaginário brasileiro. Lampião e Maria Bonita ficaram muito conhecidos nas campanhas de prevenção ao HIV em escolas, empresas, coletivos e datas comemorativas, como dia dos namorados e festas juninas. De maneira lúdica eram transmitidos conceitos e informações sobre as DST's, HIV e Aids, gênero, sexualidade, práticas de sexo seguro e autocuidado. Carismático, alegre e de temperamento apaziguador, Marcos sempre utilizou a irreverência e o lúdico para passar a mensagem da necessidade da prevenção como um ato legítimo de cidadania.



Imagem 14 - Maria Bonita (Marcos França) e Lampião (Ednaldo Brandão)

No mesmo ano do falecimento de Marcos, a instituição teve a saída de uma de suas fundadoras, Josefa da Conceição, única representante feminina do grupo. A fala coerente e precisa de Josefa sobre a necessidade de um acolhimento de qualidade às pessoas com HIV e um encaminhamento monitorado aos espaços governamentais serviu de instrumento reivindicador para acompanhamento do tratamento, o que contribuiu para que o trabalho do GTP+ fosse consolidado e reconhecido. Josefa coordenou durante várias edições o projeto Horas Posithivas, que acolhia pessoas que tiveram o diagnóstico positivo. O desejo de ter maiores informações, esclarecimentos e trocar experiências sobre como era viver com o vírus motivava o convite de participar do projeto, que abordava os direitos e também os deveres das pessoas vivendo com HIV. Josefa representou a ONG em palestras, fóruns, debates e seminários e, após 13 anos de participação, passou a atuar em fóruns de mulheres e contribuir em ações de organizações feministas.

O trabalho da organização GTP+ resultou em cinco premiações⁶⁶ de ações bem-sucedidas em 16 anos de existência. A ONG conta com um portfólio de 08 projetos sociais⁶⁷, que necessitam de financiamento para ter continuidade, exceto os projetos Turma da Prevenção e ações da Cozinha Solidária, que continuam mesmo sem financiamento e desempenham suas ações em troca de alimentos não perecíveis. Essas e outras ações, como doações de simpatizantes, demonstram uma tentativa da instituição em buscar formas de autonomia financeira desvinculada de métodos clássicos de financiamento como os chamamentos públicos de editais de órgãos governamentais ou organizações internacionais.

⁶⁶ 1) Outubro de 2008, através do Congresso de Prevenção às IST/ AIDS do Ministério da Saúde, ficando em terceiro lugar na categoria Ações Bem Sucedidas; 2) Dezembro de 2008, com o projeto “Não fique em Silêncio”, conquistado com a população surda nas ações de prevenção as IST/AIDS no Recife e Região Metropolitana. Primeiro lugar no Projeto Saúde Brasil, 3) 5º Premio AIDS – Responsabilidade Social em Dezembro de 2009, categoria Organizações Não Governamentais. Prêmio idealizado pela Aguilla Comunicação, que tem como objetivo estimular ações que promovam a melhoria da qualidade de vida dos portadores do vírus HIV, 4) Dezembro de 2010 - Segundo lugar conquistado pelo voto popular no Concurso Prudence no Dia Mundial de Luta Contra a AIDS. 5) Dezembro de 2012 Premiado pelo Departamento de IST, Aids e Hepatites Virais _ M.S. Brasil, Banco Mundial – BIRD, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime –UNODC através de dois projetos 1- Mercadores de Ilusões – nas Paradas I (ações de prevenção das IST/HIV/Aids e hepatites virais durante as atividades de mobilização do orgulho LGBT) e o Cidadania Posithivas (fortalecer ações de promoção e defesa dos Direitos Humanos relacionado à epidemia de IST/HIV/AIDS e Hepatites Virais), que realizaram gestão eficiente e transparente dos recursos públicos repassados no âmbito dos subprojetos desenvolvidos em 2011 - com abrangência nacional ou regional.

⁶⁷ Para maiores detalhes sobre os projetos desenvolvidos pela ONG GTP+: <http://www.gtp.org.br/new/index.php>.

Na atualidade, o GTP+ conta com uma equipe multidisciplinar de doze pessoas, reduzida pela falta de recursos, sendo três voluntários e duas pessoas contratadas como prestadoras de serviço. Entretanto, houve momentos de um quadro de recursos humanos de 35 pessoas (2008-2011). Dentre as pessoas que atuam na instituição, está o pedagogo André Guedes, que comenta sobre o que considera o papel da organização:

Eu penso que o grande exercício desse espaço chamado GTP, é o exercício de dar as pessoas os instrumentos que precisam para que elas mesmas decidam por elas. Não colocar aquele ciclo de 'sujeito de projeto', mas sim 'sujeitos políticos' que passaram por um projeto social. Esse é o nosso desafio e eu acho que, do nosso jeito, a gente tem dado um bom recado em relação a isso, com todas as dificuldades. Muitas pessoas nos procuram e elas têm o direito de olhar, falar e decidir por si só. Então, a didática metodológica, quando se fala por aí que estamos empoderando ... pode até ser ... Algumas conseguiram desenvolver seus próprios empoderamentos, outras não. Primeiro que, um sujeito político não nasce de um dia para o outro. A quem diga que a gente muda a vida de alguém, eu não acredito que a gente muda a vida das pessoas. Elas que se percebem e se permitem mudar. Toda construção política demora anos. Mas a decisão tem que ser da pessoa. Elas decidem mudar sua vida, sua consciência, mudar seus hábitos. Só que elas precisam ser acolhidas, precisam ser orientadas, mas se a gente consegue dar ferramentas a essas pessoas para atingir a autonomia e elas se apropriam, elas serão muito mais fortes para encarar as coisas do dia-a-dia. (André Guedes, entrevista concedida em 26/08/2016)

A colocação de André estimula a reflexão sobre o papel das ONGs. A educação voltada para a cidadania, direitos humanos e a mobilização social é vital para proporcionar elementos que contribuam na formação de cidadãos e cidadãs críticos, para que, sobretudo, tenham atuação social.

Entretanto, o caminho da defesa de direitos foi árduo para os membros do GTP+ por diversas razões, algumas já abordadas, e também por reflexos de políticas nacionais e internacionais que exigem a institucionalização e eficácia máxima na atuação dos projetos e prestação de contas. Como vimos, o marco legislativo regulatório das ONGs é recente, sem a aplicabilidade da lei em todos estados, necessitando da aprovação de decretos específicos em nível estadual para sua efetiva concretização nacional. A situação de OSCs, como o GTP+, é a de vivenciar cotidianamente dificuldades para garantir a sustentabilidade financeira e política.

Os agravos aumentam sem a legislação devidamente efetivada. A contratação de colaboradores técnicos, por exemplo, torna-se rotativa, já que recursos econômicos estão

atrelados à projetos aprovados. Alguns projetos aprovados por editais demoram a receber seus recursos por meses, às vezes anos. Quando recebidos, os valores estão defasados tanto para compra de materiais, quanto para pagamento de recursos humanos que dependem de uma remuneração condizente a função a ser desempenhada. Tal cenário torna improvável a manutenção de uma equipe técnica de qualidade por muito tempo e contribui para o trabalho precarizado.

Mediante ao contexto exposto, os membros do GTP+ por diversas vezes pensaram em encerrar as atividades, ora por ausência de recursos humanos e econômicos, ora por mudanças governamentais, mas recuaram mediante ao complexo quadro de desigualdade e ausência de acolhimento às pessoas vivendo com HIV:

As pessoas que nos procuram são pobres e chegam precisando de escuta, de esclarecimentos e de encaminhamentos. Hoje, temos 40 famílias de gays, travestis e transexuais cadastradas e em dificuldades financeiras que são atendidas, acolhidas e recebem acompanhamento pelo GTP+. Essas pessoas foram em outros lugares e não receberam informação. A fome volta a chegar junto dessas populações e elas batem aqui na porta da instituição. Ainda precisamos existir para atender essas pessoas. Se não há mais dinheiro para a Aids, se a Aids não tem a importância que teve há vinte anos atrás como falamos, eu não sei. O que sei é que, várias pessoas ainda batem na porta da instituição semanalmente pedindo ajuda. Se hoje estamos vivos é porque lutamos ontem. Apesar de todas as dificuldades só nos resta continuar a nossa luta diária. (Wladimir Reis, entrevista concedida em 26/08/2016).

Na atualidade, apesar de país concentrar mais de 40% das novas infecções pela Aids na América Latina e no Caribe, segundo Unaid⁶⁸, existe a falta de recursos no combate à doença, o que também prejudica a prevenção e as populações mais pobres sofrem a consequência conforme nos fala de Sérgio Araújo:

Hoje, estamos em outro momento, muito diferente do momento que começamos. Não só nós do GTP+, mas outras instituições estão engatinhando e outras estão fechando. E não está fácil para se conseguir projeto hoje. Eu acho que o próprio Brasil como está agora, politicamente e economicamente, as coisas se tornaram mais difíceis. Não digo para os ricos, mas para o pobre da periferia está muito difícil. E para a sustentabilidade da instituição estamos passando por esse momento, por essa instabilidade. A Aids não tem mais a visibilidade de antes e não é mais pauta de interesse como antes. As pessoas continuam se infectando com o vírus, mas não se dá a importância devida a essa situação. (Sergio Pereira de Araújo, entrevista concedida em 25/08/2016).

⁶⁸ Fonte: <https://nacoesunidas.org/falta-de-recursos-ameaca-resposta-ao-hivaid- alerta-agencia-da-onu/>

Através do vasto histórico do GTP+ é possível observar uma trajetória de persistência e resiliência, digna da forte tradição de organização popular do estado de Pernambuco. O estado tem como herança o pensamento político das ligas camponesas⁶⁹ e da esquerda pernambucana, que pode ser percebido na força do movimento sindical, do movimento rural, do movimento de mulheres entre outros.

Além do legado da luta contra a Aids, os anos de trabalho militante da ONG GTP+ também contribuíram com a formação das duas organizações de travestis e transexuais do estado de Pernambuco, a AMOTRANS e a NATRAPE.

Nesse sentido, no próximo tópico, faremos o percurso de dois projetos desenvolvidos pelo GTP+, Mercadores de Ilusões e Fortalecer para Superar Preconceitos, que propiciaram o contato com as travestis e transexuais como público-alvo da instituição.

4.3. TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NOS PROJETOS DO GTP+

O Projeto Mercadores de Ilusões foi criado em 2002 e desenvolvido para a prevenção às DSTs, HIV e Aids destinado aos profissionais do sexo no seu local de trabalho e, posteriormente, os garotos de programa participavam de uma série de oficinas sobre direitos humanos e acesso à saúde na sede instituição GTP+. O Mercadores de Ilusões foi o primeiro projeto realmente estruturado com financiamento, e tinha como público beneficiário, o profissional do sexo masculino, ou seja, os garotos de programa.

O projeto Mercadores de Ilusões surge para trabalhar com a população que a gente considerava vivendo em vulnerabilidade social acrescida à epidemia de HIV e AIDS. Essa população era de profissional do sexo masculino e a gente desenvolve uma metodologia para trabalhar com eles no local de prostituição. Inicialmente a gente foi às ruas para realizar um mapeamento e verificar onde trabalham os profissionais masculinos. A gente escolheu dois locais preferenciais que são a Avenida Boa Viagem na beira da praia e a na Avenida Conde da Boa Vista, no centro da cidade. Ficávamos da meia-noite às três da manhã. Na Avenida Boa Viagem nos deparávamos com uma multidão de pessoas, e percebemos percebe que ali tinham pessoas que estão passeando simplesmente, para encontrar os amigos, porque final de contas era o calçadão de Boa Viagem. Percebemos outras pessoas que estão para fazer sexo uma com as outras mais por diversão sem cobrar nada e também os garotos de programa. (Reinaldo Brito, entrevista concedida em 25/08/2016)

⁶⁹ As ligas camponesas defendiam uma reforma agrária profunda no Brasil. Maiores detalhes: <http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/ligas-camponesas-e-a-reforma-agraria.htm>

O nome do projeto foi uma ideia de Marcos França que associou a vivência dos garotos de programa a um mercado de ilusões. No início do projeto, que posteriormente teve várias edições, Azael Cosme era o coordenador do projeto e Reinaldo Brito era o assistente de coordenação. Ambos trabalharam juntos e voluntariamente no projeto-piloto Mercadores de Ilusões e coordenavam as atividades desenvolvidas: abordagens noturnas, mapeamento e oficinas com os grupos operativos.

Então, eu e o Reinaldo, que era a pessoa que ia comigo todas as sextas feiras à noite... Conseguimos identificar quais são as pessoas que são profissionais do sexo, pelo jeito de andar, pelos locais que ficam alocados perto do calçadão, pelos trejeitos, pelos olhares quando passamos. A gente faz o convite aos garotos para participar das oficinas, para eles participarem desses pequenos grupos operativos, nos quais um dia faríamos uma oficina, uma palestra ou algo assim, outro dia era uma sessão de autoajuda. Conversávamos sobre quais eram suas dificuldades, como a gente poderia melhorar, e também comentávamos as regras de trabalho, porque todo grupo tinha que ter uma regra de trabalho. Então a gente trabalhava todas essas questões, então esse trabalho foi crescendo, a gente conheceu um outro ponto que era na Av Conde da Boa Vista, a gente fez o mesmo processo, só que na Conde da Boa Vista no horário que a gente trabalhava que era das 10 da noite até 02 ou 03 horas da manhã isso dependia muito da frequência que tinha de garotos... e quando a gente vai e a gente percebe que esse horário só tem garotos. Aí a gente encontra uma travesti que trabalha na Rua Conde da Boa Vista, que foi a pessoa que 'abriu' o ponto da Conde da Boa Vista, ela nos apresentava os garotos para que a gente conseguisse fazer o projeto. Então a gente tinha o respaldo dela para fazer o projeto, ela que era uma pessoa conhecida e que ajudou a gente nesse momento. (Azael Cosme dos Santos Junior, entrevista concedida em 26/08/2016)

O projeto Mercadores de Ilusões teve seu primeiro projeto aprovado em 2003, por uma organização alemã, chamada ASW, por dois anos consecutivos. Houve a capacitação de 20 profissionais do sexo (homens) como agentes multiplicadores de prevenção. Mas antes disso, em 2002, uma política nacional queria atuar com populações que o Ministério da Saúde tinha dificuldade em alcançar e iniciou-se uma parceria do GTP+ com a Secretaria Estadual de Saúde:

A Secretaria Estadual de Saúde toma conhecimento do trabalho que a gente estava desenvolvendo e aí eles se interessam e passam a apoiar a ação de forma esporádica. Por ocasião dessa política de Aids, foi criada no Ministério da Saúde um projeto que macro que chama projeto SOMOS. Esse projeto SOMOS previa insumos para prevenção as DST e Aids (camisinhas e gel lubrificante) e remuneração para as oficinas, que fossem em horários e locais específicos e que não fossem horários de atendimento da Secretaria de Saúde. A epidemia de Aids trouxe a luz da sociedade, a luz do governo e do Ministério da Saúde,

aqueles públicos que até então eram invisíveis e entre eles o público de profissional do sexo masculino. O Ministério também começa a perceber que ele precisa ter uma dinâmica um pouco diferenciada para atingir esses públicos: prostitutas, garotas de programa, travestis. O projeto SOMOS foi pensado para essas ações, é pensado para direcionar recursos humanos para atender essa população que nem sempre está dentro do horário comercial acessível, então nosso projeto tinha essa flexibilidade. O projeto Mercadores de Ilusões começa a ser apoiado com material, com camisa do projeto, com um carro para que a gente fizesse as abordagens noturnas, porque até então eu fazia com meu carro. A Secretaria passa a disponibilizar um carro e um motorista, eles deram os insumos para que a gente começasse a desenvolver o projeto, a partir daí a gente começa a ter essa ajuda. Então o início do projeto foi esse. (Azael Cosme dos Santos Junior, entrevista em 26/08/2016)

No período de 2006 à 2007 percebeu-se uma mudança nos locais de trabalho dos profissionais do sexo, exigindo atualizações no mapeamento realizado anteriormente. Além disso, durante as abordagens noturnas, crescia a informação sobre os casos de garotos de programa e travestis viajando para países da Europa para prostituição. Na mesma época, o Projeto tomou conhecimento dos primeiros relatos sobre o tráfico de seres humanos e percebeu que em seus mapeamentos o número de travestis e travestis menores de idade aumentou nos pontos de prostituição.

Veja só, vou falar da minha experiência como educador soropositivo, sobre o processo que eu presenciei... A gente fazia abordagem na rua no projeto Mercadores e a partir da segunda edição do projeto a gente começou a discutir que tinha uma necessidade de se trabalhar com as travestis, porque os garotos estavam se afastando mais das ruas. A gente via poucos garotos e mais travestis, inclusive menores de idade. (Sergio Pereira de Araújo, entrevista concedida em 25/08/2016).

Outro fato que abalou a equipe que coordenava o projeto foi que um ex-integrante da primeira edição do Mercadores de Ilusões transformou-se em travesti, foi morar em São Paulo e foi assassinada nas ruas do centro da capital paulistana. Mediante o novo cenário, a coordenação do GTP+ decide inserir travestis como público-alvo do projeto, além dos garotos de programa.

O GTP+ passa a receber com mais regularidade travestis em sua sede e toma a decisão de inserir o público como beneficiário de todos os projetos desenvolvidos na instituição.

Após uma reunião de planejamento decidimos colocar as travestis como nosso público beneficiário. Depois com o passar dos anos incluímos as transexuais femininas também. A gente queria oferecer as mesmas condições que ofertávamos às pessoas vivendo com HIV dentro do GTP+ para as travestis. Isso incluía concorrer vaga de trabalho caso elas tivessem interesse e a instituição tivesse recursos. A gente, enquanto GTP+ percebeu que as condições de vulnerabilidade e de discriminação que as travestis passavam eram parecidas com o que passam as pessoas vivendo com HIV. E por sermos uma organização que promove os direitos humanos tomamos essa decisão. O trabalho é um direito humano. (Wladimir Reis, entrevista concedida em 26/08/2016).

A ONG decide como política organizacional que, assim como pessoas vivendo com HIV poderiam concorrer a vagas de trabalho na instituição, travestis também poderiam ter as mesmas oportunidades:

Na terceira edição do projeto, dali em diante que começamos a trabalhar com elas. No próprio estatuto da instituição a gente teve que se reunir e teve que discutir para englobar esse público, inserindo tanto os garotos, os HSH, quanto elas. Para colocar no papel, tornar oficial o que a gente já vivia diariamente, as travestis estavam no caminho da instituição e na construção dos direitos humanos. (Sergio Pereira de Araújo, entrevista concedida em 25/08/2016).

No intervalo de 04 anos (2006 a 2010), as travestis passaram a estar na instituição em vários projetos desenvolvidos pela instituição, como relata Azael, que ficou um tempo afastado da instituição:

No final de 2003 eu me afasto do projeto Mercadores de Ilusões, me afasto da instituição e só retorno ao projeto 05 anos depois. Quando eu retorno ao projeto a realidade é outra. O público está acrescido de travestis e transexuais. Nesse momento a gente ainda não tinha muito claro, porque não era visibilizado dentro do movimento LGBT, a questão das trans. A gente sabia que elas existiam, mas a gente ainda não tinha propriedade para discernir o que era travesti e o que era transexual. Então entram no projeto as travestis, e todas elas se reconhecem como travestis. Eu voltei 05 anos depois e já encontro as travestis no projeto. Percebo que a metodologia de atuação continua basicamente a mesma, a gente trabalha na instituição com uma formação política do educador social e trabalha nas ruas nos pontos de prostituição. A diferença é que, nos pontos de prostituição a gente incluiu os pontos de prostituição das travestis. E haviam muitas delas nas ruas, muito mais que 05 anos atrás, algumas vindas do interior e outras de outros estados do Nordeste, como Paraíba e Alagoas. (Azael Cosme dos Santos Junior, entrevista concedida em 26/08/2016)

Em 2008, um grupo de travestis e transexuais procura o GTP+ para pedir ajuda para formar uma organização sem fins lucrativos com as pautas desse público. Trata-se da primeira instituição formada por travestis e transexuais no estado, a AMOTRANS (Articulação e Movimento das Travestis e Transexuais de Pernambuco):

A Gleiciane, que era muito próxima ao GTP+, ela me procurou falando que ela, Francine, Aleika e mais outra travesti queriam abrir uma instituição. O GTP+ ajudou em relação ao estatuto, na época estávamos com projeto Cidadania Positiva, de assessoria jurídica, em andamento. Pedimos ajuda para a advogada do projeto na parte estatutária. Também oferecemos o espaço do GTP+ para as reuniões. Elas fizeram várias reuniões e encontros na instituição. (Wladimir Reis, entrevista concedida em 26/08/2016).

A trajetória de luta pela garantia dos direitos das travestis já existia na cidade, começou antes da criação de uma ONG que as representassem. Algumas ativistas participavam de ENLAIDS e eventos do Ministério da Saúde desde 2004 e pensavam formar uma nova organização.

A Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco (AMOTRANS - PE)⁷⁰ foi fundada em maio de 2008, em Recife, com a finalidade de incluir seus integrantes na sociedade, orientando as pessoas sobre seus direitos, saúde, educação e cidadania através de palestras, reuniões, oficinas e debates. A primeira presidenta da ONG foi a travesti Gleiciane Andrade e, na atualidade, é a transexual Choppely Santos, que ocupa o cargo há mais de três mandatos.

Com as reuniões da AMOTRANS acontecendo na sede do GTP+, a relação entre as duas organizações tornou-se próxima e, quando o GTP+ abriu um edital de vaga para a função de secretária administrativa e financeira, convidou Patrícia Gomes, que passa pelo processo seletivo e começa a trabalhar na instituição.

De 2008 a 2011, vários fatos aceleraram a participação e o protagonismo das travestis e transexuais na ONG GTP+. Em 2008 fizeram uma pesquisa socioeconômica dos profissionais do sexo (homens, travestis e transexuais), através de uma parceria com a agência de pesquisa Prime Brasil e da ONG alemã Futuro Sozial Brasil. A pesquisa foi realizada nas cidades do estado de Pernambuco (Recife, Olinda, Jaboatão) e 44 profissionais do sexo foram entrevistados. Em 2009, o projeto Mercadores de Ilusões

⁷⁰ <http://amotrans.blogspot.com.br/>

consegue a aprovação pela Coordenação Estadual DST, AIDS do Estado de Pernambuco e pela ONG internacional AmFAR. A partir da pesquisa feita em 2008, foi possível desenvolver novas estratégias de enfrentamento ao HIV dirigidas a essa população, que sofre alta marginalização. Com o resultado da pesquisa do Projeto Mercadores de Ilusões, foi realizado o 1º Encontro Pernambucano de Profissionais do Sexo (homens, travestis e transexuais femininas) em novembro de 2009, com apoio do Ministério da Justiça, sendo o primeiro Encontro do gênero a ser realizado no Brasil.

Em 2010, o projeto pela primeira vez tem o grupo de formato misto, com homens, travestis e transexuais femininas. A inovação vem da premissa de trabalhar o tema do preconceito entre os três públicos. Com a experiência, a ONG GTP+ realizou apresentação oral no Congresso Nacional de DST, HIV e Aids, que ocorreu em Brasília em junho. Além disso, recebeu a notificação da aprovação da exibição de um Pôster, em julho, no Congresso Mundial de Viena de 2010, mas por falta de recursos financeiros não pode enviar um representante para expor o trabalho e compartilhar os desdobramentos do projeto.

Da experiência dessa edição do projeto Mercadores de Ilusões surgiu o desejo de construir um novo projeto que atuasse na prevenção nas unidades prisionais levando oficinas de capacitação em Direitos Humanos e Prevenção as DST, HIV e Aids. Surgiria o projeto Fortalecer para Superar Preconceitos, que foi criado com o intuito de atuar com os internos da Unidade Prisional. A ONG criou um projeto chamado Fortalecer Para Superar Preconceitos, que atuou no Presídio de Igarassu, localizado na Região Metropolitana no Recife, garantindo alguns direitos básicos aos travestis e transexuais presos, como o enfrentamento da discriminação e das violências sofridas dentro do sistema penitenciário, bem como promover ações de prevenção às DSTS/HIV/AIDS entre a população do presídio e seus familiares, através da difusão de práticas sexuais mais seguras, da distribuição de insumos de prevenção (preservativos e géis lubrificantes) e de material informativo.

Antes do projeto, homens e travestis viviam em situação de precariedade nas unidades prisionais no tocante à prevenção, com acesso bastante restrito a informações sobre HIV/AIDS. Dentre os grandes desafios enfrentados pelos reeducandos está o preconceito e discriminação sofrida pelas pessoas que vivem com HIV, que em sua maioria são retiradas dos pavilhões e alojadas em uma enfermaria, sem que haja a

necessidade pelo estado de saúde destes, além de discriminações geradas pelo pessoal da guarda e funcionários do presídio. Não são apenas as pessoas vivendo com HIV ou AIDS (PVHA) que sofrem discriminação e são violentadas em seus direitos nesta instituição, as travestis, por exemplo, têm a identidade de gênero não reconhecida, sofrendo uma gama de desrespeitos, sendo tratadas enquanto pessoas de segunda categoria. Às travestis estão destinadas todas as atividades de limpeza, lavagem de roupas e demais serviços domésticos, sem qualquer remuneração, sendo que, quando se recusam a assumir essas atividades, são espancadas e vítimas de abusos sexuais, salientando que, via de regra, elas são obrigadas a manter relações sexuais com todos os homens que ocupam o pavilhão em que habitam.

O projeto teve duas edições que possibilitaram ao GTP+ a expertise de atuação e execução de oficinas de direitos humanos e prevenção ao HIV dentro do contexto prisional. Abaixo, vejamos os indicadores do impacto de resultado obtidos:

Destacamos como indicadores de resultado do Projeto Fortalecer para Superar Preconceitos, a criação Pavilhão Sem Preconceito dentro do sistema prisional de Igarassu, destinado às mulheres travestis e transexuais e gays, fruto da articulação da equipe técnica do projeto com a gestão do Presídio e o Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura. Além disso, o ingresso de Maria Clara de Sena, educadora do projeto e mulher trans, no Mecanismo Estadual de Combate a Tortura, na Secretaria Estadual de Direitos Humanos de Pernambuco e o ingresso de Fernanda Falcão na Coordenadoria LGBT da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. Fernanda, mulher trans, foi educanda no projeto enquanto cumpria pena no presídio Igarassu. Esses impactos são consequência de um processo de ações, reuniões, parcerias e formação de educadores que, progressivamente, tornam-se também referência de luta pelos direitos humanos. (Wladimir Reis, entrevista concedida em 26/08/2016).

Maria Clara de Sena era uma das travestis que participou do projeto Mercadores de Ilusões e que também foi secretária do GTP+ (substituiu Patrícia Gomes após seu falecimento) e atuou no Projeto Fortalecer para Superar Preconceitos. Ela percebeu nos atendimentos que realizava no GTP+ que a maioria da população trans atendida acabava em unidades prisionais. Em 2012 e 2014, a atuação do GTP +, apoiada pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, conforme dito por Wladimir Reis teve como um dos resultados a criação de um espaço especial, que é referência para todo o Brasil, destinado a população trans no Presídio de Igarassu, em Pernambuco. Dessa experiência resultaram várias

reportagens e documentários⁷¹ que deflagraram o que os ativistas do projeto apontavam; as condições de violências e violações de direitos das pessoas nas unidades prisionais. Nessa altura, achamos oportuno abordar o percurso de Maria Clara de Sena, por seu destaque na construção da cidadania das pessoas trans no estado de Pernambuco.

Direitos Humanos nas Unidades Prisionais: a Trajetória de Maria Clara de Sena

Através da atuação no Projeto Fortalecer para Superar Preconceitos, em visitas periódicas ao Presídio Igarassu, Maria Clara conhece Fernanda Falcão, travesti que lhe relata a história que policiais a sequestraram enquanto trabalhava e após ser espancada, foi levada para a delegacia e presa, sendo que no boletim de ocorrência constava que ela portava oito pedras de crack na bolsa, o que ela afirmava ser mentira. Fernanda dividiu uma cela com cem homens e duas travestis e foi estuprada durante vários dias. Por conta do curso técnico em enfermagem, conseguiu começar a trabalhar na enfermaria do presídio e descobriu que tinha o vírus HIV. Com a ajuda da ONG GTP+ e o Ministério Público, o presídio ganhou o Pavilhão Sem Preconceito para os gays, transexuais e travestis. Fernanda Falcão saiu da prisão, solta por falta de provas e testemunhas, entrou com processo contra o Estado pelos estupros e por ter contraído HIV e não se calou, passou a relatar as condições que vivenciou nas unidades prisionais. Na atualidade, Fernanda faz parte da Gerência de Livre Orientação Sexual do Estado de Pernambuco, atuando para políticas afirmativas para travestis e transexuais.

Após atuar nos Projetos Mercadores de Ilusões e Fortalecer para Superar Preconceitos, Maria Clara concorreu à vaga do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, MEPCT/PE, que faz parte do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O MEPCT/PE está diretamente ligado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e é um órgão criado para coibir a prática de tortura em instalações de privação de liberdade e foi instituído pela Lei 14.863\2012, fazendo visitas constantes em locais como presídios e hospitais psiquiátricos. O Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura atende ao protocolo assinado pelo Brasil, na ONU.

⁷¹ Destacamos: Vídeo Presídio de Igarassu ganha pavilhão para homossexuais – Diário de Pernambuco <https://www.youtube.com/watch?v=ReOKjtlQO4Y>

Transgêneros ganham ala especial em presídio no Grande Recife:

<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?tag=presidio-de-igarassu>

A incrível história de Maria Clara de Sena, que luta por condições dignas nos presídios do Recife

<https://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/a-incriveis-historia-de-maria-clara-de-sena-que-luta-por-condicoes-dignas-nos-presidios-do-recife/>

A seleção em Pernambuco foi convocada por edital e envolveu análise de currículo, redação e entrevista. Maria Clara passou em todas as etapas e foi a primeira travesti a fazer parte do Mecanismo no mundo. Sua atuação estava focada em unidades prisionais, casas de reabilitação, hospitais psiquiátricos e outros locais em que liberdade do indivíduo fosse ameaçada. Nas unidades prisionais, ela atuou fortemente nos sistemas de proteção a LGBT, em especial com as travestis e transexuais, pois elas eram violadas logo ao chegar, sofrendo por ter seus cabelos cortados.

O projeto Fortalecer para Superar Preconceitos teve um reconhecimento na Secretaria de Direitos Humanos e devido ao protocolo da construção do Mecanismo e do Comitê aqui em Pernambuco, o GTP+ foi convidado para fazer parte do Comitê de Combate a Tortura. Aí a gente começou a contribuir nesse lugar. Com o passar do tempo, saiu um edital para as pessoas se inscreverem para concorrer a uma vaga no Mecanismo. E assim eu fiz, encaminhei meu currículo e os certificados que comprovavam que eu tinha alguns cursos em relação a direitos humanos, meus trabalhos dentro do sistema prisional e fui aprovada. Me tornei notória, conhecida no Brasil e no mundo por ser a primeira mulher transexual a estar nesse órgão, reconhecida pela ONU. No momento foi uma esperança, sabe, e me deu mais vontade de viver e mais vontade de ir para frente. De dizer: poxa agora sim, agora as “meninas” vão ter uma referência. De verdade, não foi pelo dinheiro que eu ia receber, mas pela mudança de uma realidade que eu vinha sofrendo há muito tempo... Aí eu disse: Agora sim! A gente está no caminho! Eu queria mostrar para a sociedade que a gente tinha como mudar, então eu fui com muita força para esse lugar. (Maria Clara de Sena, entrevista concedida em 14/11/2015)

O tão almejado “lugar” de mudança, de certa maneira foi conquistado, sua atuação na defesa dos Direitos Humanos ganhou reconhecimento no estado de Pernambuco e no mundo. Em 2016, Maria Clara foi uma das indicadas ao Prêmio Cláudia-Natura, na categoria Políticas Públicas, que busca o reconhecimento e a valorização de projetos de mulheres inspiradoras que trabalham em prol da sociedade e do meio ambiente, o prêmio sustenta o título de maior premiação feminina da América Latina. No prêmio, 250 mulheres são selecionadas e seus projetos passam por uma avaliação criteriosa e, por fim, são escolhidas 03 competidoras por categoria. Maria Clara, aos 37 anos, torna-se pioneira como mulher transexual a participar do prêmio e ganha a categoria de Políticas Públicas do Prêmio Cláudia-Natura. Após a premiação Maria Clara dá um depoimento:

Esse troféu tem um simbolismo daquilo que a gente luta, que é o amor, o amor verdadeiro. Gostaria de agradecer muito. Eu não imaginava que ia chegar na final. E se chegamos estamos indo pra um lugar positivo, só basta acreditar. Esse prêmio não é só meu mais de muita gente. (Maria Clara de Sena, depoimento após premiação em 04/10/2016).



Imagem 15 - Foto do acervo pessoal de Maria Clara de Sena com a sobrinha e a pesquisadora⁷².

Apesar de mencionar o sentimento do amor em seu depoimento após a premiação na categoria Políticas Públicas em 2016, o caminho da atuação de Maria Clara no Mecanismo de Combate a Tortura teve momentos que demonstraram a fragilidade de sua função como perita e existência de uma cultura de ódio contra pessoas trans. Um ano antes de receber o prêmio, ela própria vivenciou uma violação de direitos humanos no exercer sua profissão.

Em 17 de agosto de 2015, Maria Clara realizava suas atividades fazendo visitas às Unidades Prisionais do Estado de Pernambuco com a equipe formada por 05 integrantes do Mecanismo. Nessa data, a visita foi ao Presídio de Santa Cruz do Capibaribe. Ao chegarem à Unidade Prisional, foram recepcionadas por um agente penitenciário, sendo que na portaria da unidade foram apresentados os documentos de toda a equipe para dar entrada no local. A equipe foi direcionada à coordenação do presídio, onde apresentaram o planejamento dos locais a serem visitados, inclusive as prerrogativas da utilização da máquina fotográfica e, até esse momento, não houve entrave na realização do trabalho.

⁷² Foto de autoria da fotografa Bianca Vasconcellos.

Enquanto aguardavam a chegada do chefe de segurança, outros dois agentes informaram que não seria possível tirar fotos na unidade, mostrando os cadeados enferrujados, o portão com dificuldades, e fazendo críticas à equipe dizendo que os “Direitos Humanos eram coisa de besta” e que “estavam feito cachorros correndo atrás do rabo”. Durante esse período, um dos agentes falou para o policial militar que estava na guarita que apontasse seu armamento na direção da equipe de Direitos Humanos e que ele poderia atirar. O agente falava em tom de brincadeira e deboche, sendo que em todo momento estava acompanhado do chefe de segurança da unidade, que nada disse, nem em concordância ao que o agente falava e nem para coibir o mesmo, deixando correr livremente os comentários. Nesse momento, a equipe entendeu não ser possível dar continuidade à visita, como o motorista da equipe afastou-se da unidade para almoçar, os reeducandos prepararam um lanche para equipe, todos retornaram ao refeitório. Naquele momento, retornaram à área de permanência, onde inicialmente foi feito o registro dos documentos da equipe e o agente, que se dizia chamar Eduardo, falava em tom de deboche que se um dia ele perdesse o emprego, não seria por causa dos Direitos Humanos e ria. O agente Eduardo dizia aos outros agentes, rindo abertamente, que ela era José Roberval e queria ser chamada de Maria Clara.

A perita do Mecanismo contra Tortura, Maria Clara solicitou ao agente que ele se dirigisse a ela como Servidora do Estado e respeitasse o trabalho desenvolvido pela equipe. O agente disse que não respeitava e a expulsou da Unidade Prisional, porém ela manteve a posição de ficar e disse que a equipe não sairia. O agente destravou a arma e apontou para a cabeça de Maria Clara e falou “vou matar este viado preto”, o chefe de segurança puxou ele e disse que ele estava passando dos limites, chamando-o de Ricardo. O agente penitenciário bradou diversos palavrões e disse que naquele momento mataria Maria Clara, o chefe de segurança mandou um veículo da unidade prisional levar a equipe para um local seguro, enquanto o agente permanecia na frente da unidade com o revólver em punho ameaçando atirar.

Após o ocorrido a equipe entrou com um processo contra os procedimentos ocorridos dentro da Unidade Prisional e soube que o nome completo do Agente Penitenciário que ameaçou a equipe era Luiz Ricardo Araújo de Menezes. Em caráter especial de inquérito, o Delegado concluiu que Maria Clara deveria ficar sobre guarda e proteção do Estado de Pernambuco. Na prática, ela relata que a proteção não aconteceu efetivamente, pois Luiz Ricardo Araújo de Menezes a procurou diversas vezes no prédio

de sua residência, Edifício Modulo, numa atitude de intimidação. Ao saber que o agente penitenciário rondava o prédio em que vivia, ela mudou de residência, mas a queixa maior era em relação a posição do Estado:

O Estado se negou a me dar um apoio psicológico e financeiro. Aquilo que era de mínimo. Eu passei e estou vivendo um momento muito frágil. Eu não estou conseguindo nem sequer ir trabalhar no Mecanismo, porque eu vi que não existe uma vontade pública de se mudar uma realidade, sabe, eu acho que...nesse momento eu não tenho mais uma fala de esperança. No lugar que eu estava...que eu estou é o lugar que se dá garantia e não se vê a vontade de quem é para fazer a coisa acontecer. Tudo isso me deixou mal. Toda vez que eu toco no assunto desse lugar eu não tenho mais como dizer ... eu não tenho mais...Falar naquele lugar me incomoda. Lá era um lugar que eu tinha muita esperança. Agora virou tudo de cabeça para baixo. Eu sei que o Estado não está nem aí para as travestis que morrem toda semana no Estado de Pernambuco. Eu falo do meu caso porque é notório, veio ONU, veio tudo, mas não vai mudar as coisas que acontecem. (Maria Clara de Sena, entrevista concedida em 14/11/2015).

Por sua vez, o Sindasp-PE (Sindicato dos Agentes e Servidores no Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco) manifestou-se⁷³ dizendo que Maria Clara de Sena do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco (MEPC-PE) que agrediu o Agente Penitenciário Luiz Ricardo Araújo de Menezes, durante a visita ao presídio de Pernambuco, inaugurado em Santa Cruz do Capibaribe, no Agreste.

Sem uma ação efetiva de proteção por parte do Governo do Estado de Pernambuco, Maria Clara viveu um período de afastamento do trabalho morando em outros estados (Paraíba e Rio Grande do Norte). Após alguns meses e sentindo-se mais forte psicologicamente, resolveu retornar as suas atividades laborais e denunciar amplamente o ocorrido como forma de resistência. Concorreu e recebeu o Prêmio Claudia relatando as cenas de intimidação e o risco de morte que sofreu pelo agente penitenciário no exercício de sua função como perita do Mecanismo e defensora dos Direitos Humanos.

⁷³ Nota do sindicato na íntegra pode ser acessada através do link:
<http://sindasp pernambuco.blogspot.com.br/2015/08/documentos-laudos-e-relatorios-provam.html>

Entretanto a decisão terminativa do caso foi que não houve comprovação de qualquer ilegalidade ou abusividade cometida pela Administração Pública, na pessoa do agente penitenciário, considerando a legalidade da remoção por necessidade de serviço⁷⁴.

Diante desse cenário, Maria Clara teve que abandonar seus estudos universitários em Serviço Social, pois não sentia a proteção efetiva do Serviço de Segurança do Estado de Pernambuco, assim como não se sentia segura para ir às aulas, e tinha receio de ser abordada na entrada ou saída do prédio em que estudava⁷⁵.

Conforme Peres (2005) fica evidente a participação de determinados jogos de interesses por parte de grupos dominantes, que querem dar continuidade a um sistema de opressão e violência que tenta a todo custo forjar estratégias de manutenção da dominação patriarcalista e heterossexista.

O Estado de Pernambuco, que comemorou a instituição do Mecanismo contra Tortura, atendendo ao compromisso internacional assumido pelo Brasil em 2007, sendo pioneiro através da nomeação da primeira transexual do mundo a assumir um cargo de defesa de direitos humanos em parceria com a ONU, paradoxalmente é o mesmo Estado que não considera abusivo ou ilegal o tratamento vexatório e discriminatório cometido contra a perita do Mecanismo nomeada em defesa dos direitos humanos.

Das várias reflexões que possam surgir a partir desse episódio vivenciado por Maria Clara, destaco o questionamento sobre os desafios relacionados ao tema da inclusão social das pessoas trans e ao preconceito arraigado nas relações sociais.

Quando uma pessoa, por motivos de crenças individuais ou pelo aprendizado cultural /social que recebeu durante sua trajetória de vida, acredita que pessoas trans não possuem direitos e que não devem ser tratadas de acordo com sua identidade de gênero, é papel do Estado mediar e intervir, garantindo uma convivência democrática. Para essas situações em que as tensões entre o privado e o público produzem situações graves e /ou violentas, é vital que o Estado crie mecanismos e estratégias de defesa dos direitos das

⁷⁴Para detalhes sobre o processo acessar:

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/308118715/andamento-do-processo-n-0014088-7320158170000-do-dia-24-02-2016-do-djpe>

⁷⁵ Dois meses antes da conclusão desse estudo, em setembro de 2017, Maria Clara de Sena buscou refúgio internacional no Canadá. Atualmente vive Toronto e participa de um projeto da ONG Internacional The 519, de inclusão de pessoas trans refugiadas de países em que sofreram discriminação.

peças trans dentro do espaço público, para que as crenças privadas não comprometam o exercício dos direitos conquistados.

Tais mecanismos e estratégias de defesa dos direitos são como pontes de conexão para que os direitos conquistados sejam verdadeiramente exercidos. Conforme Jesus (2012) sinaliza, toda mudança em favor da justiça e da igualdade começa quando entendemos melhor quem são as outras pessoas, e o que elas vivem, superando mitos e medos. Sendo assim, não basta abrir oportunidades de inclusão, é preciso compreender melhor as relações de preconceito e estigma arraigadas na sociedade. Essas relações de preconceito incluem o rechaço a orientação sexual e identidade de gênero diferentes ao padrão binário (homem/mulher, macho/fêmea), e é importante o conhecimento aprofundado dos desafios para superá-las no espaço público.

Quando o Estado não assegura os direitos das pessoas trans, abre-se a margem para a homofobia, para os crimes de ódio e para a perpetuação do preconceito. Para uma mudança em favor da justiça e da igualdade, como aponta Jesus, é necessário o esforço legítimo de estudar, aprofundar e sistematizar mecanismos que sensibilizem a sociedade, criando uma legislação específica que garanta os direitos humanos das pessoas trans e a fiscalização da execução das leis para assegurar a legítima inclusão nos espaços sociais. Desse modo, essas pessoas sofreriam um risco menor de serem alvo de situações estigmatizantes, movidas por crenças preconceituosas e discriminatórias, e se isso ocorresse, estariam protegidas pela lei para sua defesa.

4.4 PRÁTICAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Dentro do contexto mais amplo, como apontado por Chequer (2010), podemos dizer que, embora o surgimento da epidemia da Aids tenha servido como motor propulsor para o sistema de saúde brasileiro colocar foco em travestis e transexuais como um dos grupos para desenvolver estratégias de prevenção, é possível verificar a existência de uma maior complexidade de demandas em relação à saúde dessas pessoas. Também podemos afirmar, pelo visto até aqui, que todo o trabalho realizado por programas do Ministério da Saúde, com a parceria e interlocução das ONG Aids para chegar a populações antes não alcançadas, como as travestis e transexuais, resultou em avanços.

A abertura de espaços que acolhessem e oferecessem instrumentos de organização e conscientização para esse público legitimou as pautas reivindicatórias de várias travestis

e, posteriormente, transexuais, que já tinham um histórico de luta pela garantia de seus direitos. Portanto, na atualidade, podemos presenciar a maior participação de travestis e transexuais em discussões sobre questões como a vulnerabilidade às DST/HIV/AIDS; realizando cada vez mais ações educativas; elaborando e executando projetos de prevenção voltados às pares. Assim como travestis e transexuais refletindo, dialogando e tratando de outros temas como o respeito à identidade de gênero, a necessidade de oportunidades de trabalho, a necessidade da criação de estratégias que diminuam a evasão escolar e garantam a qualificação educacional, entre outros pontos de igual importância na vida dessas pessoas.

Desta forma, vamos abordar as práticas sociais na construção da cidadania de travestis e transexuais na cidade do Recife, buscando ressaltar o contexto da sociedade pernambucana, marcada por sua cultura.

Ampliar os Vínculos Sociais

O primeiro passo para se constituir um grupo interessado em contribuir com a construção de cidadania e a garantia de direitos é tomar contato com pessoas que pensam da mesma maneira.

Muitas travestis e transexuais buscam projetos sociais incentivadas por pessoas conhecidas ou na perspectiva de fazer amigos, encontrar pessoas que estejam nas mesmas condições da vida, que comunguem dos mesmos questionamentos, que queiram fazer parte de um grupo que atue socialmente. Para outras, o interesse em organizar aconteceu após vários estímulos como participação em eventos, oficinas, palestras. Inicialmente, participavam do projeto com intuito pragmático de ter uma bolsa-auxílio, ter um espaço de convivência ou participar de seminários em hotéis, obterem maiores informações sobre a prevenção ao HIV e Aids, sobre seus direitos entre outros assuntos. O envolvimento com a defesa dos direitos e o tornar-se militante é um processo individual que acontece com algumas pessoas. O contato entre pares é um fator positivo nesse processo de ampliação de vínculos, como as experiências as relatadas abaixo retratam o percurso da militância como um processo:

Eu conheci o projeto Mercadores de Ilusões. Altair e Luana que me levaram para instituição GTP+, eu fui atraída por R\$ 30,00 (trinta reais). Altair disse que tinha R\$ 30,00 reais de ajuda de custo. Eu disse que ia. Não estava fazendo muita coisa e chegando à instituição descobri que era uma instituição de pessoas vivendo com HIV. Fiquei assustada. Veja só! Fiquei assustada porque eu pensava: como é que eu vou abraçar, como é que eu vou tocar? Eu não tinha informação de nada, não conseguia falar nem da minha própria vida. Eu comecei a entender que eu também tinha meus limites e que minha mente também estava atrofiada. Todos os dias de oficina falávamos sobre cidadania, direitos humanos, prevenção de HIV e Aids, o que significava imunidade, tudo isso, aí eu fui expandindo minha mente. Fui expandindo... Fui compartilhando com outras travestis e outras trans. E aí um dia essas pessoas vivendo com HIV me disseram que eu tinha condição de envelhecer com dignidade, que eu tinha condição de ter uma família, criar expectativa de futuro. Eu, pela primeira vez pensei que poderia viver com mais de 35 anos de idade. Assim eu fui buscando e acreditando, fui expandindo esse conhecimento. Com o passar dos anos me tornei uma militante da causa das travestis, das transexuais e principalmente dos direitos humanos. (Maria Clara de Sena, entrevista concedida em 14/11/2015)

Observa-se na fala de Maria Clara que o futuro era algo incerto antes de conhecer o projeto, e a expectativa de vida curta era realidade sentenciada. O acolhimento nos espaços de militância, normalmente em ONGs, auxiliam o reconhecimento e sentimento de pertencimento à condição de transgênero, contribuindo para construção de laços de amizade e companheirismo e, além disso, para a conscientização da luta coletiva pela garantia de direitos, que vem através do exercício da cidadania, conforme expressado por Heymilly:

A questão da militância ocorreu em 2012. Já buscava informações via rede social, com algumas explicações... Eu pegava algumas notícias que abordassem a questão dos direitos das pessoas trans. Mas, em 2012 eu participei de um projeto na Ong Gestos, que tinha reuniões à noite, toda quinta feira com as travestis e mulheres trans. Aí eu adentrei a essa reunião, ainda não me reconhecendo enquanto ser humano, enquanto pessoa... Ou seja, ainda não reconhecendo minha identidade de gênero, mas consegui aproximações com pessoas que eu conheci lá e que posteriormente tornaram-se minhas amigas. Aí já me reconhecia, através delas, como mulher. Depois, mais adiante, tive o contato com Maria Clara, Cristiane Falcão, Jéssica Taylor aqui em Pernambuco e foi através delas que eu fui me reconhecendo e passei à militância, ciente da luta que o Estado de Pernambuco ainda tem, devido ao retrocesso, ao atraso das políticas públicas para essa população. (Heymilly Maynard, entrevista concedida em 13/11/2015)

Para Luana, que atualmente vive na Espanha, mas que foi atuante na construção e efetivação de atividades, atos e ações em várias edições do projeto Mercadores de Ilusões quando era garoto de programa, o espaço de militância a ajudou durante sua transição para tornar-se uma travesti:

Quando eu comecei a participar do projeto Mercadores de Ilusões eu ainda era um menino, participei de mais de uma edição e o espaço me ajudou no meu processo de transição. As atividades me proporcionaram um repertório de ferramentas para prática cidadã, para o autocuidado, para eu saber de meus direitos e também sobre meus deveres. Eu passei a entender mais a importância da organização coletiva. Também me ajudou enquanto Luana, foi um espaço de escuta e troca nesse período de transição. (Luana Rodrigues, entrevista em 10/12/2016)

Institucionalização e Associativismo Nacional

Existem duas organizações formadas por travestis e transexuais em Pernambuco, a AMOTRANS (Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco) e a NATRAPE (Nova Associação de Travestis, Transexuais e Transformistas de Pernambuco), que adotaram o modelo ONG para legitimar suas atividades conforme descrito por Facchini (2005), o que é uma tendência da maioria dos grupos que atuam por determinada causa, com a profissionalização de militantes, no compartilhamento de sedes com outras organizações, na concorrência em editais para projetos sociais financiados pelo Estado, entre outros.

Segundo Rubem César Fernandes (1985), o processo de institucionalização está relacionado a expectativas de obter apoio econômico para a realização das atividades, o que não necessariamente ocorre dada à escassez de fontes e às disputas em torno da legitimidade da inserção de temáticas relacionadas à LGBT na agenda política em âmbito nacional e internacional, potencializando o ambiente competitivo entre organizações.

A partir do momento em que a organização se torna conhecida, pelas atividades desenvolvidas, pelos projetos executados, pela participação em fóruns, ela tem mais acesso à informação sobre possibilidades de financiamento de projetos ou campanhas e é comum a construção de parcerias para reforçar a chance de obter apoios econômicos através de aprovação via editais.

Na atualidade, está em voga a temática das travestis e transexuais e oportunidades de editais têm surgido com a proposta de que ativistas trans sejam as protagonistas da

coordenação dos projetos. Tal situação tem criado um processo interessante: agora são as ONGs que atuam com a temática do HIV e Aids que buscam parcerias com as organizações de travestis e transexuais para concorrer a editais de projetos relacionados aos direitos humanos.

Devido às oportunidades de apoio com a temática da Aids terem diminuído e a doença ser considerada na atualidade uma infecção controlada⁷⁶, segundo o Ministério da Saúde o caráter de “epidemia” não existe mais. A terminologia “doença” também foi alterada pelos órgãos oficiais da saúde no Brasil, atualmente adota-se a terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) porque, segundo o Ministério da Saúde, com tal terminologia destaca-se a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas.

No cenário atual, organizações como British Council, ONU Mulheres, Open Society Foundations, Fundo Brasil de Direitos Humanos, Fondo de Acción Urgente América Latina e ELAS Fundo de Investimento Social disponibilizam às mulheres trans organizadas por meio de ONGs, e em alguns casos até mesmo não institucionalizadas, apoio econômico através da aprovação de editais de projetos sociais.

O edital do ELAS de 2017, por exemplo, incentiva projetos que tenham propostas que visem o diálogo, aproximação e/ou ação conjunta entre diferentes segmentos dos movimentos feministas e de mulheres, que sejam intergeracionais e/ou que reconheçam a diversidade, promovendo o encontro entre sujeitas políticas dos movimentos de mulheres no Brasil (mulheres jovens, indígenas, negras, do campo, trans, trabalhadoras domésticas, lésbicas, com deficiência, vivendo com HIV/Aids, prostitutas, estudantes, quilombolas, etc).

Entretanto, o envio de tais propostas exige acesso à informação e algumas habilidades técnicas, elaboração de propostas, cópia de documentos, atenção aos prazos de entrega da proposta, desenvolvimento de projetos, ou seja, disponibilidade de tempo e de pessoas com conhecimento técnico que se comprometam com a tarefa, realidade que nem todas as ONGs possuem.

⁷⁶ Tal posicionamento do Ministério da Saúde causou embate com as ONGs que lutam contra Aids que afirmam que o vírus da Aids ainda é um problema de saúde pública e que o caráter de epidemia persiste.

No contexto do Recife, as organizações AMOTRANS e NATRAPE concentram suas atividades no estado de Pernambuco, com parcerias com a Prefeitura e o Governo do Estado para a execução de projetos sociais de curta ou média duração (06 a 12 meses) ou campanhas e ações pontuais, como por exemplo, a entrega de preservativos.

A AMOTRANS é associada da ANTRA e a NATRAPE é associada da REDETRANS. Maria Clara explica como foi a aproximação com a REDETRANS, já que seu contato inicial era com a AMOTRANS, filiada à ANTRA:

Quando eu cheguei no projeto Mercadores de Ilusões já existia uma aliança entre as organizações, porque a AMOTRANS nasceu aqui no GTP, então já existia uma parceria GTP e AMOTRANS e todas as vezes que tinha evento da AMOTRANS, o GTP+ mandava um representante para poder falar do projeto Mercadores de Ilusões. Eu estava começando a entender esse processo, então Wladimir para tentar me estimular ao fortalecimento falava 'Maria Clara está tendo reunião das travestis aqui no Estado e nesse local' e eu ia. Mas eu comecei a ver outras possibilidades, eu fui para outros eventos nacionais, mas não filiada a AMOTRANS. Eu fui representando o GTP para poder falar do Mercadores. E nessas redes nacionais, as pessoas vão se conhecendo. Foi aí que eu conheci a ANTRA, que é a Associação Nacional de Travestis, a qual a AMOTRANS é filiada. Mas só que eu não me enquadrava na política da AMOTRANS, porque é uma política meio limitada, que não atende as meninas que vivem numa situação de rua, as profissionais do sexo, as usuárias de drogas. Então eu que vim desse lugar não me enquadrava naquela política da AMOTRANS. Permaneci falando do Mercadores de Ilusões. Com um tempo Laysa do Rio Grande do Sul, juntamente com Eduarda de Brasília, Cris Madri de Alagoas e Marcele Malta, nós começamos a pensar a criar a Rede Nacional de Travestis e Transexuais que também era filiada a outra Rede, que é REDETRANS, que por sua vez é filiada a REDELATINA. E daí a gente começou a pensar como contribuir com essa Rede. Só que Laysa começou a fazer uns eventos individuais, aí a gente pegou e deixou para lá, não demos continuidade. Em 2014, Tatiane Araújo assumiu a REDETRANS. A ANTRA que teve origem a partir do Entlaids, que é um encontro importante, mas que não conseguia ter um trabalho de fortalecimento após seu término, um trabalho que fosse para além do Entlaids. (Maria Clara de Sena, entrevista concedida em 30/08/2016).

A AMOTRANS-PE, em ocasião de recebimento de homenagem da vereadora Marília Arraes (PT) na Câmara Municipal do Recife pelo aniversário de nove anos da organização, teve na fala da presidenta da ONG Chopelly Santos uma visão crítica sobre a ausência da atuação com as pessoas trans que estão na prostituição. Ao revisar a

trajetória da AMOTRANS, disse⁷⁷ que a instituição não avançou num ponto: “Esquecemos de trabalhar na questão da assistência social, para dar apoio a muitas travestis que ainda vivem na prostituição e outras pessoas em situação de rua”. Em seguida, ela disse que o movimento não dispõe somente de uma entidade que o represente, elogiando a NATRAPE: “Que bom que hoje temos mais uma instituição que o represente, que é a NATRAPE, Nova Associação de Travestis e Transexuais de Pernambuco.”

Heymilly Maynard da NATRAPE também aponta críticas sobre o Entlaids e a ausência de continuação de ações após o encontro:

A ANTRA ainda tem aquele modelo antigo. Ficou congelado no tempo o modelo de encontro nacional, viagem, passagem e muitas diárias em um hotel. E assim não progride em nada, não avança em nada. Então a REDETRANS, ela vem avançando em outro modelo. Ela é a única Rede Nacional que tem um site que está catalogando todos os assassinatos de travestis e transexuais no Brasil. Está com parceria com o TGE, que é uma ONG Europeia que está catalogando esses dados. (Heymilly Maynard, entrevista concedida em 30/08/2016)

Para Maria Clara, a questão da limitação do Entlaids e a atuação da ANTRA consiste na ausência de ações sistemáticas pós-encontro e também pela ausência de quórum de novos quadros de militância, pois o encontro atende somente às travestis e transexuais que são consideradas mais “politizadas”.

A ANTRA busca uma política pública de forma legítima, mas na minha opinião limitada na ação, sabe. Não atende às transexuais em todas as suas esferas, por exemplo, as meninas que vivem em situação de rua, as meninas dentro do sistema prisional. Eu posso falar da realidade de Pernambuco. As meninas que estão na prostituição, elas não são atendidas, a não ser aquelas meninas que tem uma forma mais politizada já, ou aquelas que tem entendimento que existe uma associação e buscam ajuda. Eu fui formada politicamente no GTP e as pessoas me deram espaço, tempo e oportunidade para crescer enquanto sujeito. Mas você sabe que é muito difícil você encontrar uma instituição igual do GTP que deixe você protagonizar, que incentive as pessoas a serem protagonistas de sua história, se tornarem sujeito político e garantam que a própria fala vai lhe proteger. Tanto é que o GTP sempre tem portas fechando, por causa da fala política das pessoas que trabalham na instituição. E o GTP tem bem isso. Aí a gente vê o quanto é difícil estar nesse lugar. Recebe a influência de fora sim, porque a gente precisa se adequar para estar nesses espaços, mas a gente não permite se corromper, por exemplo, a perder a sua ideologia,

⁷⁷ Fonte: Vereadora faz homenagem à Amotrans-PE
<http://www.recife.pe.leg.br/noticias/vereadora-faz-homenagem-a-amotrans-pe-1>

a missão, sua visão. (Maria Clara de Sena, entrevista concedida em 30/08/2016).

Conforme vimos no capítulo III e foi relatado por Carvalho e Carrara (2013), o surgimento da REDETRANS apontou tensões dentro do movimento de travestis e transexuais. Mediante as disputas e os debates internos sobre como operacionalizar as ações nacionalmente e a inclusão as travestis e transexuais de todas as esferas e situações sociais, em grande medida a REDETRANS nasce desses conflitos num racha da ANTRA. Heymilly Maynard comenta a atuação na REDETRANS e sua opinião sobre a construção de um modelo que contemple a diversidade trans:

Em 2014, Tatiana Araujo assumiu a REDETRANS como atual presidente, visto que esse modelo nacional que já temos, como a ANTRA, que é a mais antiga, não é algo que representa a todas. Por exemplo, na REDETRANS, a Assembleia foi em 2014 até que eu tomei posse dentro da Diretoria, em 2015 já fizemos workshops em vários estados e fizemos um nacional. E agora em 2016 estamos continuando o mesmo trabalho. Enquanto a ANTRA está naquele modelo de fazer o Entlaids, de juntar várias trans de vários estados e fazer só um único evento, fica naquilo ali...De 2014 para cá a gente já ocupou espaço no conselho de saúde, o conselho de assistência social, o conselho de direitos humanos. Então é o que realmente uma Rede Nacional tem que fazer. Não se limitar, não invisibilizar e sim criar políticas para todas em todos os estados e todas as regiões. (Heymilly Maynard, entrevista concedida em 30/08/2016)

As tensões entre ANTRA e REDETRANS continuam reverberando nos âmbitos estaduais, como também acontece em Pernambuco, entretanto apesar das fricções, possíveis disputas e pontos de vistas diferentes, a existência de duas organizações inseridas num cenário social pernambucano marcado pelo patriarcado e o machismo, reforça a luta pela garantia dos direitos das pessoas trans e a implantação de políticas públicas que os assegurem.

Participação em Palestras, Encontros e Seminários

Na atualidade são vários os espaços que fomentam o debate e abordam as temáticas LGBT, assim como a discussão sobre políticas de inclusão para travestis e transexuais, como Sindicatos, Universidades, Ongs entre outros. Muitos deles vem construindo âmbitos de compartilhamento em formatos diversos como Rodas de Diálogo, Fóruns, Palestras, Conferências, tornando-se uma estratégia de visibilidade e sensibilização à causa.

Existe o interesse em aumentar o conhecimento sobre a vivência das travestis e transexuais que sofrem cotidianamente situações de preconceito, discriminação e violência. Além disso, existe o interesse em criar pontes de comunicação, convivência e socialização entre as pessoas trans e os demais públicos. Em palestras, a fala pública de pessoas trans ganha caráter de informação, mas também de denúncia sobre os assombrosos dados de crimes de ódio contra a população trans, buscando sensibilizar e estimular a empatia daqueles que assistem, ouvem, perguntam e opinam.

Para articular parcerias e conseguir espaços em palestras, mesas de debate, plenárias, rodas de conversa, a tática utilizada tem sido ir em eventos universitários ou temáticos, tomar contato com os demais convidados, divulgar o trabalho da instituição e estabelecer um vínculo com as pessoas que possam abrir caminhos na direção de uma participação em uma atividade posterior. Muitos desses contatos e possibilidades de articulação nascem na participação do Fórum LGBT Pernambucano.

O âmbito universitário tem sido capaz de congrega professoras/es e pesquisadoras/es, estudantes, membros de Núcleos de Pesquisa ativistas de ONGs e Centros e Programas Universitários de Estudos de Gênero, no sentido de discutir produções educativas, na perspectiva da articulação de pesquisas interdisciplinares, na construção de encontros e seminários, para a formação do(a) educador(a), visando a atualização do conhecimento e à socialização de experiências e vivências.

Educação Entre Pares

Para a formação política cidadã, a estratégia usada pela NATRAPE tem sido de articular o diálogo, provocar e aprofundar o conhecimento entre pares para desenvolver estratégias de promoção dos direitos das pessoas trans, com uma metodologia pedagógica que inclui informação, vivências compartilhadas, reflexão, emoção, sentimento e afetividade. Cria-se um ambiente de aprendizagem ativa, com estímulo ao vínculo entre pares para compartilhar informações e pensar soluções para problemas comuns.

Estamos realizando um workshop que foi feito em várias regiões do Brasil, o último vai ser agora no Nordeste, chamado 'Nome civil não nos contempla' através da metodologia de educação entre pares. Sabemos que é difícil a questão do nome social, porque o trabalho se torna negado quando a gente chega com o RG, com o nome que foi colocado por nossos pais, mas na aparência vem uma mulher, uma aparência feminina. Quando a gente está com o processo de retificação do nome, muitas vezes o juiz pede algo que é inadmissível, pede o laudo

psiquiátrico, para tentar comprovar algo que você realmente não é. Eu não sou nenhuma doente para precisar de um laudo psiquiátrico! Isso realmente é inadmissível. Essa é uma realidade que não é só no Nordeste, mas em todo Brasil e nesse momento as trans falam de sua vivência, compartilham estratégias e todas nós aprendemos juntas. (Heymilly Maynard, entrevista concedida em 13/11/2015)

A educação entre pares é uma importante forma de abordagem para travestis e transexuais, pois estas estão presenciando emoções e sentimentos similares: a necessidade de um o sentimento de pertença ao grupo, o direito à informação sobre as legislações, a insegurança em como proceder em determinados casos, entre outras situações. E a forma de abordá-las assim permite que as envolvidas possam avaliar o efeito da metodologia utilizada para fomentar o conhecimento em futuras reuniões, encontros ou workshops e se a aprendizagem compartilhada é colocada em prática com eficiência.

O método não é de todo novo, conforme Carvalho e Carrara (2013), as organizações políticas de travestis e transexuais surgem num momento em que as políticas de AIDS já incluíam termos como *peer education*, que significa educação entre pares.



Imagem 16 - Foto da Oficina Minha Cidadania Meus Direitos Humanos

No II Seminário Regional de Profissionais do Sexo – Homens, Travestis e Transexuais, ocorrido em 2015, onde foram feitas as primeiras entrevistas em Recife, estavam presentes várias representantes de ONGS de pessoas trans do Nordeste e algumas do Sudeste.

Um aspecto valorizado no desenvolvimento da educação entre pares é o compartilhamento de linguagens e experiências, por viverem situações semelhantes ou terem o contexto social, dispõem de um repertório comum que favorece a comunicação e a relação interpessoal. O compartilhamento é elemento importante para uma relação de diálogo, que objetiva o foco nas pautas de interesse.



Imagem 17 - Foto 1 da confecção de cartazes após oficina de educação entre pares.

No segundo dia do Seminário, aconteceu uma oficina chamada Minha Cidadania Meus Direitos Humanos que utilizou a metodologia de educação de pares para elencar quais as situações vividas por elas em que sofreram algum tipo discriminação, após vários depoimentos elas passaram a auxiliar umas as outras em como proceder no caso de cada discriminação ou violação de direitos. O objetivo da oficina era discutir as violações dos Direitos Humanos com os profissionais do sexo com representações políticas e órgãos competentes da área. Num segundo momento passaram a confeccionar cartazes para serem expostos na frente do Ministério Público.

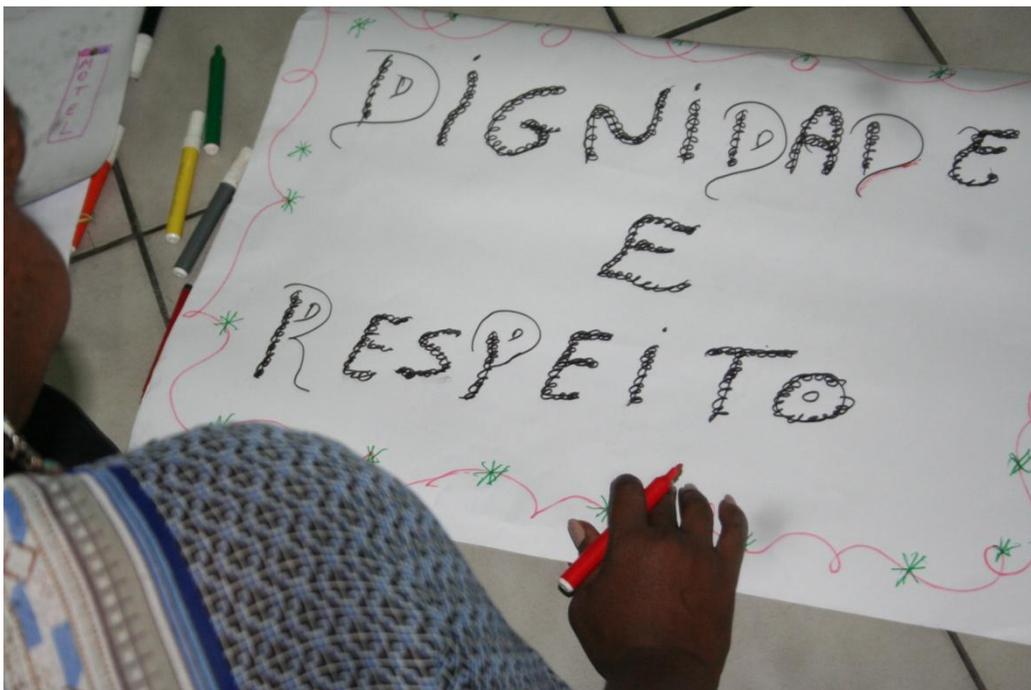


Imagem 18 - Foto 2 da confecção de cartazes após oficina de educação entre pares

Atos Públicos e Diálogo com Ministério Público

Os atos públicos e manifestações públicas de pensamento também têm sido formas de reivindicações das pautas do movimento trans na cidade do Recife. Através dessas ações, tem se procurado sensibilizar e chamar a atenção para pautas que garantam os direitos de travestis e transexuais, para além do dia 29 de janeiro, dia da Visibilidade Trans.

Em uma das viagens feitas ao Recife, presenciei um desses atos, uma caminhada até o Ministério Público, com aproximadamente 20 travestis, a maioria do Pernambuco e representantes de outros estados como Alagoas, Bahia, Paraíba, Sergipe e Rio de Janeiro.



Imagem 19 - Ato público de Caminhada ao Ministério Público

Durante a caminhada de seis quadras entre o Hotel que sediava o Seminário até o Ministério Público, as travestis e transexuais caminhavam com os cartazes que foram feitos na oficina de educação entre pares. Sob os olhares atentos das pessoas que também estavam nas ruas não aconteceu nenhum tipo de insulto ou represália à caminhada. Uma mulher de uns sessenta anos de idade se aproximou do grupo e o acompanhou até o Ministério Público, disse que as apoiava, “meu neto é gay e sofre discriminação, eu apoio a luta de vocês e sou contra o preconceito.”. Maria Clara me relatou que “quando estamos em maior número nas ruas é difícil alguém insultar, mas quando estamos em duas ou três sempre tem um que chama de *frango*, *viado safado*, o que mostra a covardia da violência.”.



Imagem 20 - Caminhada ao Ministério Público com exibição dos cartazes



Imagem 21 - Foto em frente ao Ministério Público: destaque para senhora transeunte de vestido branco estampado que acompanha o grupo



Imagem 22 - Foto em frente ao Ministério Público com exibição dos cartazes

Na reunião no Ministério Público, as travestis e transexuais falaram sobre as pautas que, todavia, persistem e que, apesar da abertura do Ministério Público de Pernambuco em receber os casos, muitos deles demoravam a ser solucionados, em detrimento da urgência das vítimas.

Por sua vez, o promotor Marco Aurélio Farias da Silva disse que o Ministério Público em Pernambuco é uma instituição que tem como missão servir à população, promover o exercício da cidadania e contribuir para a justiça social, fortalecendo os direitos de todos os cidadãos do Estado de Pernambuco, independente da orientação sexual ou identidade de gênero desse cidadão ou cidadã. Ressaltou que o Ministério Público de Pernambuco, através da Comissão de Direitos Homoafetivo de Pernambuco e várias organizações do movimento social⁷⁸ de Pernambuco tinham contribuído para a

⁷⁸ Assessoria LGBT do Estado de Pernambuco, - Assessoria LGBT do Município do Jaboatão dos Guararapes,- Centro de Combate à Homofobia de Pernambuco, - Centro de Cidadania LGBT do Recife, Espaço de Acolhimento e Atendimento de Pessoas Trans do Hospital das Clínicas de Pernambuco, GTP+ , Grupo Frida de Gênero e Diversidade, Gerência de Livre Orientação Sexual do Recife, Humanitas – Unicap, Instituto José Ricardo, Mães pela Igualdade, Secretaria de Saúde de Pernambuco, Secretaria de Saúde do Recife contribuíram com o Ministério Público de Pernambuco para a Construção da Cartilha Direitos da População LGBT. Acessível em <http://www.mppe.mp.br/mppe/cidadao/campanhas/ultimas-noticias-campanhas/4164-cartilha-direitos-da-populacao-lgbt>

construção de uma Cartilha de Direitos da população LGBT, e que reforçava que as violações de direitos e casos de homofobia e transfobia deveriam ser denunciadas e o Ministério Público estava instrumentalizado para encaminhá-los e resolvê-los.

Marco Aurélio, que também coordena a Comissão de Promoção de Direitos Homoafetivos do Ministério Público Pernambucano, citou vários casos de violação que poderiam ser denunciados e que constavam na cartilha como, por exemplo, quando uma pessoa fosse proibida de entrar e/ou permanecer em algum estabelecimento público ou privado em razão da sua sexualidade; pessoa for retirada de algum local por trocar carinho com seu/sua parceiro(a); pessoa proibida de unir-se com seu parceiro(a); abuso sexual; perseguição, assédio moral ou demissão do trabalho por orientação sexual ou identidade de gênero; bullying em ambiente escolar, ameaças por orientação sexual ou identidade de gênero; desrespeito ao uso do nome social e negação da utilização do banheiro de acordo com o gênero de identificação.



Imagem 23 - Foto da reunião no gabinete

Mesmo com as explicações do promotor, as travestis, transexuais e alguns garotos de programa que participaram do ato e estavam na audiência relatavam que, entre a denúncia da violação de direitos até a resolução do caso, o risco de morte da vítima era uma realidade. Verbalizaram casos em que a vítima era novamente assediada e sofria outras violências por ter denunciado o agressor, e que algumas vítimas eram assassinadas nesse período de espera das decisões judiciais.



Imagem 24 - Foto no gabinete do Ministério Público no final da audiência

O promotor disse que tinha ciência que certos procedimentos jurídicos são morosos, mas que esse fato não deveria desacreditar o comprometimento do Ministério Público e da justiça, ele ressaltou a necessidade de se atuar em duas frentes diante desse tema para possibilitar e ampliar o diálogo com a sociedade e os movimentos organizados e, por outro, cuidar da defesa dos direitos por meio das ações judiciais.

Os Desafios

Durante as entrevistas e no processo da escuta, buscamos nos atentar às experiências vividas das sujeitas trans entrevistadas, experiências de resistência frente ao estigma e à discriminação, assim como, os desafios para construir respostas possíveis de enfrentamento às opressões e violências, elementos de exclusão cotidiana, que

dificultavam o processo de construção da cidadania. Para tal, perguntamos quais eram os principais desafios a nossas entrevistadas:

Eu acho que a gente vive na margem tem algumas prioridades, por exemplo, o dinheiro é fácil para quem vive da prostituição... Mas como eu estava dizendo para meninas no Seminário; dinheiro para gente não é tudo... A gente quer estar dentro da nossa família, a gente quer nossos amigos, a gente quer andar na rua e o dinheiro não compra isso. A gente acaba se negando a isso. Quando socialmente te negaram tudo, a tendência é se apoiar no dinheiro, ter um espaço na sociedade que acredita que quem tem dinheiro é rainha. Temos dinheiro, mas dinheiro não temos poder de fala. O dinheiro não pensa, o dinheiro não abraça, o dinheiro não conversa, o dinheiro não ama... (Maria Clara de Sena, entrevista concedida em 30/08/2016)

Como desafio, Heymilly aborda a questão dos papéis sociais a serem resignificados pelas sujeitas trans que muitas vezes estão associados à utilização de expressões eufóricas ou agressivas:

Muitas das trans que começam na NATRAPE são agressivas, até falando com a gente mesmo, mas isso é uma questão de construção social. Se na sociedade que ela vive, ela só tem esse tipo de abordagem agressiva ou o papel de ser eufórica, então é isso que ela reproduzirá. Mas quando a gente puxa para a realidade da militância, ela já tem outros modelos e uma chance de se reconstruir... 'Ah eu posso ser assim!'. 'Não vou ter esse padrão para espantar as pessoas porque espero uma agressão'. 'Não preciso me expressar de maneira agressiva'. Elas começam a refletir. Uns podem pensar: Essa aí é baixa! Mas eu convido a pensar: é uma forma de se proteger e um medo de ser agredida. O medo do opressor e o medo da opressão. (Heymilly Maynard, entrevista concedida em 13/11/2015)

Maria Clara também aponta o desafio da ONG manter seus princípios éticos, preservando missão, esquivando-se da corrupção, de excesso de vaidade pessoal em oposição aos interesses coletivos, o que pode ser um desafio e prejudicar a construção coletiva da cidadania:

A NATRAPE está tentando buscar ser referência sensibilizar de que é preciso o fortalecimento, tornar possível que as pessoas sejam protagonistas de suas histórias. A gente tem um cuidado também de dizer sobre esse politizar. Primeiro que ninguém politiza ninguém, mas quando a pessoa já está politizada ela vai buscar de todo jeito. Estamos preocupadas que elas se fortaleçam e que tenham uma nova perspectiva de vida. Precisam de sensibilização, serem sensibilizadas. Que elas saibam que também tem que se provocar, sair do conforto e da limitação. E eu acho que é isso sabe, acho que agora a gente consegue ver algo mais positivo. Tudo é uma construção e também um grande desafio. Assim, essa construção da gente discutir, a gente junto fica mais forte, pensar sozinha não vai adiantar, ou apenas com um público

na capital, não é isso que eu acredito, temos que ir para as cidades do interior e do sertão. Outro desafio é que; a travesti é constituída muitas vezes da vaidade. Do tipo eu sou, eu faço e eu quero. E quando se parte para o coletivo, tem que se ampliar e deixar a vaidade para um quarto plano. Pensar no coletivo. É difícil porque a humanidade é feita de corrupção, principalmente a sociedade brasileira. É triste falar isso, mas é a verdade. Corrupção, excesso de vaidade, individualismo, valores do capitalismo, tudo isso... Se a gente permitir que isso entre, vai ser igual a todas outras ONGs que foram para esse lugar. Isso não é legal. Se perder nessa malha. Não é dizer: 'Agora tem mais uma ONG para fazer o trabalho do Estado. Não é isso não!'. A ideia não é essa. Espero que daqui a 10 anos tenhamos frutos positivos. (Maria Clara de Sena, entrevista concedida em 30/08/2016)

Aspirações e Sonhos

Para Suzanna Sochaczewski (2012), quando a Sociologia pergunta qual a esperança, qual o sonho do sujeito, o que na verdade quer saber é o que deseja e qual significado de ser humano na contemporaneidade.

Toda pessoa tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao projeto pessoal.

Os sonhos de uma vida melhor para si e para seus pares, de obter estabilidade econômica, iniciar ou finalizar os estudos, ter uma família, de ser respeitada ou simplesmente sobreviver, representam projeções para o futuro e as formas de enfrentamento às adversidades presentes no cotidiano, conforme as respostas das entrevistadas:

Meus sonhos... Minha visão quanto movimento é que a gente possa ter um Estado que seja laico, não seja um Estado de fachada que diz ter a laicidade onde as pessoas trans seriam vistas como pessoas e cidadãos, podendo ter um emprego, podendo ser respeitadas, por sua identidade de gênero ou sua orientação sexual, podendo sair na rua de forma como qualquer outra pessoa humana, não sendo vítima de violação de direitos como chacota, piadinhas ou até mesmo algum tipo de agressão verbal ou física. No futuro, no pessoal...que eu possa estar concluindo minha pós, eu penso também em construir uma família e adotar crianças. Eu tenho esse sonho. (Heymilly Maynard, entrevista concedida em 13/11/2015)



Imagem 25 - Maria Clara de Sena e Heymilly Maynard.

As experiências confidenciadas pelas entrevistas em profundidade demonstram a necessidade do convívio entre as pessoas, da construção de estratégias que possam contribuir para a afirmação de suas escolhas de vida, e também o desejo de um futuro em que haja uma formação familiar. Socialmente, o sonho se expande para o coletivo, para a transformação social, alicerçada no respeito às pessoas trans:

Tenho o sonho, talvez seja besta mas... tenho o sonho de ter minha família, adotar uma criança, levar para escola, ter meu marido, trabalhar, dar continuidade ao meu estudo. As pessoas respeitando a gente como pessoa normal. Hoje de manhã mesmo, um menino de rua começou a me seguir e gritar alto 'o viado!' e as pessoas ao redor agem como se isso fosse normal. Meu sonho é que tudo isso fique no passado, que eu possa andar, que eu possa cumprimentar. Parece um sonho muito distante. Queria que as pessoas se respeitassem e respeitassem o outro... As pessoas falam muito em sensibilização, mas como sensibilizar quem não é sensível, não adianta. As pessoas precisam de uma conscientização... A lei que criminaliza o racismo, por exemplo, hoje se tem mais cuidado para não agredir verbalmente... se criasse algum tipo de lei específica melhoraria, mas acho que é pela educação que se muda. Se alguém falar mal de uma travesti, por exemplo, a punição poderia ser trabalhar por serviços sociais, dar seu tempo numa instituição, trabalhar a empatia, entregar preservativos às travestis, buscar uma melhoria significativa no que se refere à relação humana. (Maria Clara de Sena, entrevista concedida em 14/11/2015)

Um Estado laico, a formação de uma família, ter filhos, estudar, trabalhar, serem respeitadas em qualquer espaço social, incluídas como cidadãs, e respeitadas em suas diferenças. Esses sonhos e aspirações estão imbuídos em cada gesto e fala das travestis que foram entrevistadas na pesquisa. Elas vivenciam diariamente as dificuldades de inclusão, de serem tratadas no gênero feminino e, apesar dos avanços, frutos de resistência e luta pela cidadania, ainda vivenciam situações de ausência de políticas na área da saúde, educação, trabalho, cultura e lazer.

Nesse capítulo nos dedicamos contextualizar o cenário da cidade do Recife, com as especificidades e contradições locais, com o objetivo de facilitar a compreensão do leitor sobre os desafios e as possibilidades na construção da cidadania. Relatamos a motivação e surgimento da ONG GTP+, descrevendo sua atuação permanente no Movimento de luta contra a Aids no Estado de Pernambuco. Discorreremos sobre a trajetória e a participação de lutadores sociais que contribuíram na construção de inúmeras ações através da ONG GTP+ e em prol dos direitos humanos.

Durante o percurso, descrevemos o surgimento das organizações que defendem os direitos das pessoas trans em Recife e a origem de sua conexão com as ONGS Aids. Relatamos o desenvolvimento e institucionalização das organizações, o protagonismo das ativistas, as ações desenvolvidas, o cenário nacional de associativismo, a estratégia de educação entre pares, o diálogo com o Ministério Público, a situação nas unidades prisionais, as conquistas, os desafios e os sonhos. O capítulo foi legitimado pela transcrição das falas das pessoas envolvidas nessa construção coletiva em prol do bem comum, e pelas práticas sociais de resistência de travestis e transexuais que decorreram dos processos de luta pelo acesso igualitário aos direitos humanos e a uma vida digna de ser vivida.

CONCLUSÃO

Toda mudança em prol da justiça social exige um esforço para compreendermos melhor a pluralidade, refletirmos sobre a construção da cidadania considerando os conceitos de diferença e de igualdade. Nessa perspectiva, esta dissertação percorreu uma trajetória que teve quatro momentos, em capítulos, buscando elementos para entender melhor as sujeitas da pesquisa, tendo como norte a problematização se a prática social da resistência, através do exercício da cidadania de travestis e transexuais, gerou conquista de direitos.

Como ponto de partida, nos guiamos pela mitologia, destacando alguns contos sobre personagens que viviam como mulheres em corpos masculinos. Alguns desses mitos retratam personagens disfarçados com indumentárias femininas, assim como metamorfoseados com mudanças de sexo. Através de seleções, fragmentos, resgate de mitos, percursos filosóficos e recortes de momentos de expressão artística, tecemos uma breve genealogia travesti, considerando símbolos, o imaginário, a figura do hermafrodita, os monstros, as relações de forças e os discursos que produziam jogos de poder em relação aos papéis sociais de cada gênero. Esses discursos multiplicaram-se e foram tantas vezes repetidos, que acabaram construindo de maneira arbitrária e determinista uma noção de sentido e verdade.

Em um segundo momento, tomamos contato com as sujeitas dessa investigação, travestis e transexuais, através de suas narrativas conhecemos fragmentos de suas histórias e compartilhamos suas vivências. As falas de cada uma delas reforçou a ideia que cada pessoa tem múltiplas formas de vivenciar sua identidade sem perder sua singularidade. Também abordamos o conceito de gênero, considerando-o uma construção social e elencamos algumas contribuições do feminismo que ressignificaram e ampliaram as questões pertinentes à compreensão de gênero.

No terceiro capítulo, através de um recorte histórico com referencial na década dos anos 1990 até os dias atuais, observamos um período de pioneirismo em termos de políticas LGBT no país. Pontuamos as questões pertinentes ao movimento LGBT e também especificamente às travestis e transexuais. Percorremos algumas pautas das pessoas trans, discutidas pelo movimento, como o tema da saúde, da visibilidade, do nome social e dos crimes de ódio.

No quarto e último momento, percorremos o cenário social da cidade de Recife, entre suas luzes e sombras, com sua modernidade e tradição, a alegria festiva e a desigualdade gritante. Abordamos a história de luta pelos direitos das pessoas vivendo com HIV e Aids, da ONG GTP+, que teve um papel intermediador e incentivador do surgimento das organizações AMOTRANS e NATRAPE. Buscamos criar conexões, a partir das análises construídas no capítulo III, com situações conjunturais de políticas sociais de saúde do país, observando as consequências na atuação local.

O capítulo buscou retratar as práticas sociais de resistência das travestis e transexuais, na luta pela garantia de direitos através do exercício livre da cidadania, e as sujeitas da pesquisa, munidas de desafios, mas, sobretudo, de sonhos. Através das falas e posicionamentos de nossas entrevistadas, presenciamos vivências de luta e conquistas, mas também decepções, violações de direitos humanos, ameaças, frustrações e, apesar de tudo, esperança. Pontuamos o construir coletivo através da educação entre pares e participação em atos, diálogos, palestras e seminários, a articulação com diversos atores sociais que estão presentes no Ministério Público, nas Universidades, Núcleos de Pesquisa Universitários, nos Fórum LGBT, Sindicatos, entre outros. Além disso, apontamos, através das entrevistas em profundidade, as tensões, fricções, as tendências, as possíveis disputas e os pontos de vistas diferentes que estão presentes na construção da cidadania.

Ao finalizar a trajetória desta pesquisa, reiteramos que as urgências sociais orientam, em grande medida, as pesquisas sociológicas e esta pesquisa não foge à regra. Ao apontar temas e problemas vivenciados pelas sujeitas da pesquisa, as análises decorrentes desse estudo buscaram evidenciar que as questões da saúde, da violência, do trabalho, estão marcadas por relações de poder.

Através do estudo realizado por essa dissertação, consideramos que a resistência, através do exercício da cidadania de travestis e transexuais gerou conquista de direitos. Houve avanços e políticas públicas, como o Programa Brasil sem Homofobia, o Decreto Federal Nº 8.727 sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais e também a criação do Dia da Invisibilidade Trans.

No entanto, ainda existe um caminho a ser percorrido. A maioria dos estados não instituiu o tripé da cidadania (Coordenadoria, Conselho LGBT e Plano de Combate à

Homofobia). A maioria das prefeituras ignora o tema das políticas públicas LGBT, não instituindo ação de combate à homofobia. Ainda existe o desafio das pessoas trans serem incluídas em outras políticas sociais, resguardando o direito de vivenciar sua identidade de gênero e orientação sexual, sendo tratadas como cidadãs.

Caminhamos para a marca dos 70 anos de proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), momento oportuno para ressignificar o tema, promover o debate sobre a garantia dos direitos humanos. A construção da cidadania e a defesa dos direitos perpassam um processo contínuo de questões sociais, políticas e culturais. No campo cultural, faz-se necessária a geração de consciência que respeite as diferenças, que construa novas políticas públicas, incentivadoras de novas práticas sociais de cooperação e diálogo, que contribuam para a construção de uma cultura de respeito à diversidade humana. No campo político e social, faz-se necessária uma campanha nacional de conscientização dos direitos das pessoas trans, embasada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira, documentos norteadores em que as pessoas trans já são incluídas, pelo simples fato de serem seres humanos e cidadãs brasileiras, recolocando, portanto, a defesa dos direitos humanos na centralidade da luta enquanto conquista social. Faz-se necessária uma legislação que considere e garanta os direitos à saúde, educação, lazer, esporte, cultura entre outros às pessoas trans. E, uma legislação que considere como crime de ódio as situações de violência, ameaça, tortura, prática vexatória e por fim os homicídios cometidos contra travestis e transexuais (assim como contra gays, lésbicas e bissexuais). Que o cumprimento da legislação seja capaz de proteger a vida dessas pessoas que é cotidianamente ameaçada por sua orientação sexual e/ou por sua identidade de gênero.

Mediante esse contexto, além do processo de conscientização e garantia de direitos, existe a urgente necessidade da construção de políticas afirmativas nas áreas da educação e mundo do trabalho, como um necessário processo de reparação histórica.

E a partir do realizado e o a ser construído, considero oportuno reafirmar que novas pesquisas aprofundem a questão da construção da cidadania de travestis e transexuais no país, no âmbito cultural, social e político, para que em um futuro breve tenhamos outros estudos acadêmicos sobre essa temática, contribuindo com essa geração de consciência sobre o respeito ao diverso, próprio do humano e que, entre essas pesquisas, estejam pesquisadoras travestis e transexuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZALDÚA, Gloria E. **Como domar uma língua selvagem**. Tradução Joana Plaza Pinto e Karla Cristina dos Santos. Revisão da Tradução Viviane Veras. Cadernos de Letras da UFF - **Dossiê: Difusão da Língua Portuguesa**, n. 39, págs 297-309, 2009.

ANDRADE, Luma. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, Ceará: 2012.

AMARAL, Marília S., CRUZ, Karla, O., SILVA, Talita C., TONELI, Maria. J. F. **Do travestismo às travestilidades: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010**. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2014. págs 26(2), 301-311.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 165-182.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo, v.I, II**. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Programa Nacional de DST-AIDS**. Disponível em <http://www.aids.gov.br/>. Acesso em: 25 de outubro de 2016

BRASIL. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Anais da Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLTB. **Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLTB**. Brasília, 2008.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BULLIET, C. J. **Venus Castina reprint**. Bonanza Books: New York, 1956.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

BUZANELLO, José Carlos. **Direito de Resistência**. In: Sequência. UFSC, Florianópolis, SC, Brasil, ISSN 2177-7055, v. 22, n. 42, 2001 p. 5. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15391/13974>. Acesso em: 22 de junho de 2017.

CAMPBELL, Joseph. **As Máscaras de Deus: Mitologia Primitiva**. São Paulo: Palas Athena, 1992.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. **Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. **Em direito a um futuro trans? : contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil**. Sex., Salud Soc. (RJ) [online]. 2013, n.14, pp.319-351.

CHAGAS, Denise. **Mulheres e travestis trabalhadoras do sexo em Recife: um desafio para a política de prevenção às DST/HIV e aids**. Dissertação (Mestrado), Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Pesquisa AGGEU Magalhães/FIOCRUZ: Recife, 2006.

CHEQUER, Jamile. **Das ONGs/aids ao movimento social travesti - Interação Estado-sociedade, dinâmicas complexas e identidades em construção**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CIAMPA, Antônio. C. **Identidade humana e as metamorfoses das metamorfoses**. Comunicação apresentada no Simpósio “Metamorfoses da Identidade no mundo contemporâneo” do Encontro Nacional da ABRAPSO de 1997.

CIAMPA, Antônio. C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.) **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. In: Revista Estudos Feministas. v. 10, n. 01. Florianópolis: UFSC, pp. 171-188. 2002.

DANILIAUSKAS, Marcelo. Considerações preliminares sobre as concepções e conceitos norteadores das políticas públicas de educação para a igualdade de gênero e diversidade sexual. In: **Seminário Corpo, Gênero, Sexualidade**. FURG: Rio Grande, 2009.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a Questão Gay**. Companhia de Freud: Rio de Janeiro, 2008.

ELIADE, Mircea, **Mefistófeles e o Andrógino**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ELIADE, Mircea, **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIADE, Mircea, **Mitos, Sonhos e Mistérios. Perspectivas do Homem**. Lisboa: Edições 70, 2000.

FACCHINI, Regina. **Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico.** *Cadernos AEL* (10, 18/19), Campinas, Arquivo Edgar Leuenroth/Unicamp, 2003, pp.81-124.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina, FRANÇA, Isadora. **Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro.** Bagoas: Revista de Estudos Gays, v. 3, n. 4, p. 131-158, jan./jun. 2009.

FERNANDES, Rubem César. **Sem fins lucrativos.** Comunicações do Iser. Rio de Janeiro, ano 4, n. 15, p. 13-31, jul. 1985.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. Nascimento da Prisão.** Trad. Raquel Ramallete. 23ª Ed. Vozes: RJ, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber.** São Paulo: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** São Paulo: Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres.** São Paulo: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais: Curso no Collège de France (1974 – 1975):** tradução Eduardo Brandão – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRANÇA, Isadora. **Cercas e Pontes. O movimento LGBT e o Mercado GLS na cidade de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina.** Petrópolis: Vozes, 1971.

FERNANDES, Rubem César. **Sem fins lucrativos.** Comunicações do Iser. Rio de Janeiro, ano 4, n. 15, p. 13-31, jul. 1985.

FRY, Peter, MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

GALEANO, Eduardo; BORGES, José. **Las palabras andantes.** Buenos Aires: Siglo XXI, 1994.

GRAVES, Robert. **Os Mitos Gregos.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

GREEN, R. Mythological, historical and cross-cultural aspects of transsexualism. In: Denny D, editor. **Current concepts in transgender identity.** New York: Garland 1998.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.

GOHN, Maria da Graça. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

GUIMARAES, Anibal. **Do armário à vitrine: o empoderamento das minorias sexuais e a demanda das reformas legais - Uma questão de direitos humanos**. Prêmio PUC Rio de Monografia em Direitos Humanos. Revista Direito, Estado e Sociedade, n 2, julho, 2004.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: **Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio**. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. História Agora, v.16, nº 2, pp.101-123, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2008

LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva, TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Histórias da aids no Brasil, v. 1: as respostas governamentais à epidemia da AIDS**. Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015a.

LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva, TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Histórias da aids no Brasil, v. 2: a sociedade civil se organiza pela luta contra a AIDS**. Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015b.

LE BRETON, David. **A Sociologia do Corpo**. Petrópolis: Editora Vozes; 2006.

LEITE JÚNIOR, J. **Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. Tese (Doutorado), Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008

NOVENA, Nádia P.; CAMPELLO, Lúcia. B. B.; FARIAS, Maria Tereza ; CAMPELLO, Hugo B. ; MOUTINHO, Luiz M. B. . **Homossexualidade nos anos 60 a 80 na cidade do Recife: uma análise de suas práticas e representações sociais**. In: Congresso Internacional de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero, 2012, Salvador. Congresso Internacional de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. Salvador: UFBA, 2012.

MACHADO, L. Z. **Masculinidades e violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea**. Série Antropológica.UNB, Brasília. 2001 (Mimeo).

MACRAE, Edward. **O homossexual no Brasil de “abertura”**. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1985.

MALLON, Brenda. **Símbolos Místicos: Um guia completo para Símbolos e Sinais Místicos Sagrados**. São Paulo: Larousse, 2009

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. **Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil**. Brasília: Revista Sociedade e Estado v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012.

MISKOLCI, Richard. (2009). **A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização** (queer theory and sociology: the challenge of analysis of normalization). Sociologias, 11(21), 150-182.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: James Green; Renan Quinalha. (Org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. 1ª ed. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, v. 1, p. 53-81.

MOTT, Luiz e ASSUNÇÃO, Aroldo, **Gilete na carne: etnografia das automutilações dos travestis da Bahia** in Revista Temas IMESC, sociedade, direitos, saúde, São Paulo, 4 (1), julho de 1987.

OVÍDIO, **Metamorfoses**. São Paulo: Madras, 2003.

OLIVEIRA, Anderson A. **A Alquimia da Palavra: Fernando Pessoa e as Ciências Ocultas**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, RS, 2011.

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Best Seller, 1991

PARKER, Richard; HERDT, G. et CARBALLO, M. **Cultura Sexual, Transmissão do HIV e Pesquisas sobre a AIDS**. In: CZERESNIA, D. AIDS: Pesquisa e Educação. Rio de Janeiro: Abasco, (1995)

PATRÍCIO, Maria Cecília. **No truque: transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2008

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e Desejo - uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. São Paulo: Annablume, 2009.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2007

PEREIRA, Glória. **Cartografias do desejo queer: dispositivos dos corpos travestis**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Católica de Brasília: Brasília, 2010.

PEREIRA, Cleyton F. **Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil**. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos. Unesp: São Paulo, 2016, p. 115-137, jan./jun.

PERES, Wiliam S. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade dos estigmas à construção da cidadania**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2005.

PERES, Wiliam S. **Travestis: corpo, cuidado de si e cidadania** In *Fazendo Gênero 8*

Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008.

PERES, Wiliam S.; TOLEDO, Livia G. **Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder.** *Revista Eletrônica de Psicologia Política*, v. 11, n. 22, p. 261-277, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/127026>>. Acesso: 12/09/2016.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PLATÃO. **Diálogos.** São Paulo: Cultrix, 1957.

RAIMONDI, Gustavo A.; PAULINO, Danilo B.; TEIXEIRA, Flávia do B. **O que importa? As Pesquisas Brasileiras no Campo da Saúde e as (In)visibilidades das Travestis e Transexuais.** *Saúde & Transformação Social -Health & Social Change, UFSC (SC) [online]*. 2016, v.7, n. 3 , pp. 133-145

SÁ-CARNEIRO, Mário. **Orpheu**, ed. fac-similada dos três volumes. 2. ed. Lisboa: Contexto. v. 1, 1994.

SABATINE, Thiago Teixeira. **Travestis, territórios e prevenção de AIDS numa cidade do interior de São Paulo.** Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Marília, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** G2. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** São Paulo: Usp, 1989.

Disponível:<http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-JoanScott.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016

SPAGNOL, Antonio Sergio. **Desejo marginal: violência nas relações homossexuais.** São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

SILO. **A Paisagem Interna.** São Paulo: Editora Pensamento, 1989.

SILVA, Adrianna. **Das narrativas da dor: um estudo sobre práticas de modificações corporais e afetividades na experiência da travestilidade.** Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2008.

SILVA, Hélio R. S. **Travesti, a Invenção do Feminino.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ISER, 1993.

SIQUEIRA, M. **Arrasando horrores! Uma etnografia das memórias, formas de sociabilidades e itinerários urbanos de travestis das antigas.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2009.

SOCHACZEWSKI, Suzanna. **O proletariado, a esperança e o sonho de uma vida boa.** Estud. av. [online]. 2012, vol.26, n.75, pp.281-288. ISSN 0103-4014.

SOUZA, Cristiane P. **Emancipação Travesti - Perspectivas e Subjetividades das Travestis na Cidade do Recife, Pernambuco.** In: I Seminário Internacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015, Marília/SP. Gêneros e sexualidades dissidentes: problematizações acerca do acesso e privação de direitos. 2015.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do Arco-íris do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso. A Homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** 2ª ed. São Paulo: Max Limonad. 1986.

VASCONCELOS, Thaíssa. **Corpos em trânsito, transe e tranças: produções de corporalidades por/com mulheres trans.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco: Recife. 2015

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

YAGO, Daniel F. **A caravana dos prodígios: maravilhas, figuras grotescas, freaks na obra “Noites do Circo” de Angela Carter.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo. 2017.

YAGO, Daniel F. *Os estudos queer: história, potencialidades e limites.* In: Carla Cristina Garcia (Org.). **O Rosa, o Azul e as mil Cores do Arco-Íris: Gêneros, Corpos e Sexualidades na formação docente.** São Paulo: Annablume, 2017.